

Deiserê Gargione Lacerda Rodrigues de Cerqueira Cesar

Filosofia e Reforma Psiquiátrica: A Tarefa da Educação
no Contexto da Reabilitação Psicossocial

Marília
2003



DEISERÊ GARGIONE LACERDA RODRIGUES DE CERQUEIRA CESAR

DEISERÊ GARGIONE LACERDA RODRIGUES DE CERQUEIRA CESAR

FILOSOFIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA: A TAREFA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

1210201452

março
2008



DEISERÊ GARGIONE LACERDA RODRIGUES DE CERQUEIRA CESAR

**FILOSOFIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA: A TAREFA DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências
da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho",
Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em
Educação (Área de Concentração: Ensino na Educação
Brasileira).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ghiraldelli Junior

1410001466



Marília
2003



Nº cham 616.89
C421 f

UN 001137325

Nº Tombo 1466

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 11/09/2003

Proced. Autor

- *Reforma psiquiátrica*
- *Reabilitação psicossocial*

199p. anexo

40104001

CESAR, Deiserê Gargione Lacerda Rodrigues de Cerqueira

Filosofia e Reforma Psiquiátrica: a tarefa da educação no contexto da reabilitação psicossocial. Deiserê Gargione Lacerda Rodrigues de Cerqueira Cesar, Marília, 2003.

Dissertação – Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP - Marília

1. filosofia. 2. psiquiatria. 3. subjetividade. 4. reabilitação psicossocial. 5. educação. 6. neopragmatismo.



DEISERÊ GARGIONE LACERDA RODRIGUES DE CERQUEIRA CESAR

**FILOSOFIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA: A TAREFA DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL**

Comissão Julgadora

Dissertação para obtenção do título de Mestre

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Ghiraldelli Jr.

2.º Examinador: Prof. Dr. Marcus Vinicius da Cunha

3.º Examinador: Prof^a. Dra. Clélia Aparecida Martins

Suplentes: Prof. Dr. Robinson Janes

Prof. Dr. Paulo Amarante

Dados Curriculares

Deiserê Gargione Lacerda Rodrigues de Cerqueira Cesar

Nascimento: 04.03.1956 – Lins – SP

Filiação: Olga Gargione Lacerda Rodrigues
Hervandolo de Lacerda Rodrigues

1974/1977 Curso de Graduação
Faculdade de Serviço Social de Lins

1978/1996 Assistente Social e Assistente Técnica de Saúde I do
Hospital Clemente Ferreira de Lins, da Secretaria de
Estado da Saúde

1996/2003 Diretora Técnica de Divisão de Saúde e Diretora Técnica
de Departamento de Saúde do Centro de Atenção
Integral à Saúde – CAIS “Clemente Ferreira” em Lins, da
Secretaria de Estado da Saúde

1998 Curso de Especialização em Administração dos Serviços
de Saúde na Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Fernanda, Fabiana e Marcelo.

Sem eles não haveria vida que valesse a pena. Posso enxergá-los quentinhos, alojados aconchegantemente dentro do meu coração.

Aos meus pais, Hervandolo e Olga, cujo amor, demasiado, pôde ser acumulado para enfrentar os momentos de desamor e insensibilidade que a vida nos reserva.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos e cunhadas Wande e Tico, Lena e Teresa; a todos os meus sobrinhos, Alexei, Andrei, Alessandra, Cassiana, Marco e Leilane e às minhas tias, que sempre me impulsionaram e me apoiaram nas horas difíceis.

Ao Paulo, amigo e orientador: sua capacidade intelectual e criativa contribuiu para o meu crescimento; sua paixão por tudo que faz me entenece.

Às minhas amigas, especialmente à Noemi e à Fátima, que cuidam de mim: preciso muito de vocês.

À Salete, sempre presente para auxiliar.

Ao Emerson, pelo carinho.

A todos os trabalhadores de Saúde Mental, especialmente do Centro de Atenção Integral à Saúde - CAIS Clemente Ferreira em Lins, tanto os mais próximos como os mais distantes;

E, por último, não por ordem de prioridade, aos pacientes do CAIS Clemente Ferreira em Lins, agradecimentos especialíssimos pelo aprendizado de vida. Eu os ajudei, vocês me ajudaram. Todos melhoramos em aspectos significativos para nossas vidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

PARTE 1

REFLEXÃO A LINGUAGEM E A NOÇÃO DE SUJEITO 19

A desconstrução da língua 27

Uma leitura do pensamento heideggeriano 31

Alguns aspectos da filosofia de Heidegger e a questão da linguagem 33

Compreendendo o sujeito 40

Trabalho, a modernidade, Derrida e Foucault 42

A questão da linguagem em Foucault e Derrida 44

O sujeito e a linguagem 46

Alguns aspectos da linguagem 48

Foucault e a linguagem 49

A linguagem e a questão da linguagem 51

A linguagem e a questão da linguagem 52

A linguagem e a questão da linguagem 53

A linguagem e a questão da linguagem 54

A linguagem e a questão da linguagem 55

PARTE 2

Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos
anjos, se eu não tivesse amor, seria como um sino
ruidoso ou como um címbalo estridente.

Ainda que eu tivesse o dom da profecia,
o conhecimento de todos os mistérios e de toda a
ciência; ainda que eu tivesse toda a fé, a ponto de
transportar montanhas, se não tivesse amor eu nada
seria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1 Coríntios 13, 1-2

ANEXO: Lei 10.216 de 16 de abril de 2001 150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

PARTE 1

REPENSANDO A LOUCURA E A NOÇÃO DE SUJEITO	18
A descontinuidade histórica	27
Uma leitura do pensamento foucaultiano	31
Retomando a filosofia do sujeito ou a filosofia da consciência	38
Compreendendo o Iluminismo	40
O sujeito na modernidade: Descartes e Rousseau	42
A crítica ao sujeito em Nietzsche e Wittgenstein	49
O sujeito nietzscheano	53
Wittgenstein e a virada lingüística	58
Foucault e a noção de sujeito	63
O 'sujeito' no pragmatismo: rede lingüística de crenças e desejos	79
A subjetividade sob a ótica do pragmatismo	82
'História da Loucura' e despsiquiatrização	91
Os desdobramentos do pensamento foucaultiano	99
A singularização e a complexidade do sujeito: a estratégia da invenção	121

PARTE 2

A TAREFA EDUCATIVA OU A UTOPIA ÚTIL DA REDESCRIÇÃO	
NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL	127
Confrontando Foucault e entendendo a redescritção	134
A tarefa educativa e a reversão da lógica manicomial	146
Dois conceitos, um caminho ou vários caminhos	154
Ética e estética em saúde mental	166

CONCLUSÃO 177

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 183

ANEXO: Lei 10.216 de 06 de abril de 2001 190

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de pesquisa em Saúde Mental, geralmente de caráter bibliográfico, têm se dedicado a discorrer sobre a história da 'evolução' do tema em alguns países onde ocorreram avanços na legislação em saúde mental e nas maneiras de tratar o doente.

Mais recentemente, outros trabalhos têm surgido, narrando experiências extra-hospitalares eficazes, do ponto de vista da reforma psiquiátrica, experiências com a participação de familiares, e ainda, trabalhos de caráter ético e de formação da subjetividade, ou possibilidades de tratar o doente como um 'sujeito' plural. A maioria das produções são artigos ou ensaios, embora tenha ocorrido também a publicação de livros nas décadas de 70 e 80 sobre a experiência da Psiquiatria Democrática Italiana a qual contribuiu para o trabalho de despsiquiatrização, vindo a desospitalizar pessoas há muito tempo confinadas no cárcere perpétuo - o manicômio - e criando serviços abertos de saúde mental, em substituição ao Hospital psiquiátrico tradicional. Entrevistas com os atores da experiência, depoimentos, publicação de palestras proferidas em eventos da área e outros, contribuíram para a disseminação da idéia de desconstrução da ciência psiquiátrica em diversos países, inclusive o Brasil, e de um outro modo de ver o doente

mental, não mais como aquele que deve ser excluído, mas como uma pessoa com direitos à cidadania.

A legislação em saúde mental no Brasil data da década de 90, quando a reforma psiquiátrica registra maiores avanços, envolta pelos movimentos de trabalhadores de saúde mental e pelas lutas antimanicomiais. Uma série de Encontros de usuários, familiares e as Conferências Regionais, Estaduais e Nacionais evidenciam um maior controle social sobre o setor.

Abusos, maus tratos, negligência no tratamento dos doentes e os horrores da psiquiatria tradicional, centrada no hospital psiquiátrico são alvo de denúncias. A sociedade civil, principalmente os trabalhadores da área, parlamentares e o próprio Ministério da Saúde do Brasil, tentam mudar este cenário, buscando regulamentar o setor, de forma a coibir internações prolongadas, a qualificar os hospitais, fechar leitos, e ampliar a rede substitutiva ao manicômio, os chamados serviços abertos como CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), Hospitais – Dia e Ambulatórios.

A ‘evolução’ se dá a passos lentos, e a legislação atualmente configurada na Lei 10.216 de 06 de abril de 2001, portanto de promulgação recente, começa a ser aplicada, fazendo crer que todos os atores precisam continuar a luta, pois talvez agora esteja se iniciando a batalha maior: o do confronto com os interesses privados e a aplicação da lei.

E por que esta área, a da saúde mental, é tão controversa? Porque movimentos de trabalhadores,

associações de usuários e familiares, e o próprio movimento de luta antimanicomial se debruçam sobre o assunto, entre confrontos e conquistas? Por que saúde mental é mais que uma área da saúde, e sim, uma 'causa'? Por que a doença mental, que horroriza a tantos, estigmatiza socialmente, encontra também adeptos fervorosos?

Talvez a resposta seja pela paixão intelectual, pelos enigmas da loucura, pelas produções dos loucos e sua busca de sentido, que durante tantos séculos têm seduzido escritores, poetas, pensadores, dramaturgos... Pela tentativa vã de desvendar seus mistérios e de buscar sua razão...

Este foi o empreendimento no qual nos lançamos: a pesquisa exaustiva e prazerosa de estudar a psiquiatria e os movimentos de despsiquiatrização configurados na reforma psiquiátrica, enquanto processo permanente de reflexões e transformações, do ponto de vista filosófico, o qual julgamos inédito pelo enfoque dado ao tema, atrelando-o à educação no contexto da reabilitação psicossocial.

Conjugar ou articular educação e reabilitação psicossocial implica na utilização de novos vocabulários, práticas inovadoras impensadas, inventivas, que penetrem onde o conhecimento não alcança, com olhar atento, vislumbrando freqüentemente novas formas de ser e de existir. Educação que dê conta de outros modos de descrever o 'sujeito' ou a 'consciência', fora das categorias provenientes da filosofia iluminista, cartesiana e humanista, e mais próxima de

uma pluralidade identificatória, possibilidade esta oferecida pela pragmática da linguagem e o neo-pragmatismo.

E como levar a cabo tal empreendimento de forma que tanto autor quanto leitor possam se comprazer e se enriquecer com esta leitura? Como deixar registrados dados interessantes amarrados à própria história da filosofia e seus conceitos?

Um tal desafio não poderia prescindir de uma análise da obra do pensador francês Michel Foucault, cuja 'História da Loucura' e sua problematização ou tematização percorre boa parte deste trabalho.

A preocupação intelectual de Foucault na obra citada – edifício cartesiano sobre o qual se constitui a razão – e em outras, vai percorrendo a noção de poder, a constituição dos saberes modernos, a descontinuidade histórica, os acasos, a historicidade do sujeito, os dispositivos disciplinares e seus mecanismos de sujeição que nos atravessam e constituem.

Um outro autor cuja preocupação com temas vinculados à psiquiatria e à saúde mental, e o modo foucaultiano e pragmatista de tratá-los, é o brasileiro Jurandir Freire Costa, cujos livros, textos e artigos também foram alvo de pesquisa, intercambiando com o pensamento foucaultiano, ora para concordar, ora para discordar ou confrontar Foucault, através da pragmática da linguagem e de autores como Rorty, Davidson e Wittgenstein, numa leitura pragmatista daquele pensamento.

O estudo da reforma psiquiátrica, e sua concretização de modo a beneficiar aqueles que sofrem com o transtorno psíquico, não poderia prescindir da narrativa esperançosa e otimista de que, com certos cuidados, tudo poderá ser melhor. A pragmática da linguagem, através da leitura rortiana promovida por Jurandir Freire Costa e Paulo Ghiraldelli Junior, as estratégias redescritivas em ambos, ou a educação neo-pragmática para o último, foi a saída para não sufocarmos na clausura do objeto de estudo, pois historicamente, não poderíamos afirmar que houve ou haverá progressos nas maneiras de lidar com a doença mental, até então.

O século XVIII, através dos alienistas, já assistiu a práticas semelhantes às que se processam hoje: interesse em tratar os doentes, libertando-os das formas brutais a que estavam submetidos nos hospitais.

Foi necessário enfocar os pensamentos cartesiano e rousseauiano, embasados na razão e no humanismo, os quais conduziram nos séculos precedentes, os homens desarrazoados ou perversos, para o interior da instituição psiquiátrica, identificando-os como doentes mentais. Esta prática identificatória percorreu o imaginário social até os dias atuais, quando outros pensadores, inspirados pela quebra do paradigma clássico irão questionar o reino da razão, desde Nietzsche.

A obra de Paulo Ghiraldelli Jr. percorre um caminho semelhante, o qual utilizamos, sinalizando as 'viradas' epistemológica e lingüística, enfocando Nietzsche e Wittgenstein, para que se pudesse ter uma noção mais clara da ruptura com a teoria do conhecimento e a constituição dos saberes e a abertura de um caminho à pragmática da linguagem respectivamente.

Feito isto, estaríamos prontos para focar o 'sujeito' no pragmatismo – a rede de crenças e desejos de que somos feitos – e a esperança de estarmos falando hoje de outra subjetividade e outra liberdade, diferentes daquelas que impulsionaram Pinel e outros alienistas.

O enfoque mais geral tratado na Parte I abre-se então para o tema da despsiquiatrização, articulando-o às contribuições da filosofia, retomando a 'História da Loucura' de Foucault naquilo que a obra contribuiu para a história das antipsiquiatrias e enriquecendo com entrevistas concedidas pelo pensador, organizadas por Roberto Machado em 'Microfísica do Poder'. Seguindo a trajetória de Foucault, utilizamos a obra de Castel, 'A Ordem Psiquiátrica', de Roberto Machado, 'Danação da Norma e Constituição da Psiquiatria no Brasil' e de Jurandir Freire Costa e sua 'História da Psiquiatria no Brasil', cujo enfoque se dá sobre a constituição da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e seu caráter xenofóbico e nazista, o qual, escrito em 1976, mereceu um prefácio do autor em 1989, já com uma leitura pragmatista da própria obra.

Para continuar nosso percurso, valemo-nos de pesquisadores mais recentes, entre os quais cabe destacar Paulo Amarante, psiquiatra vinculado à Fiocruz, Fundação Osvaldo Cruz, e à Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, com uma variedade de publicações sobre o tema.

As produções de Basaglia e Rotelli, porta-vozes da Psiquiatria Democrática Italiana favorecem a melhor compreensão do trabalho de despsiquiatrização.

Documentos relativos à legislação em saúde mental do Ministério da Saúde e a prática nossa de cada dia numa instituição psiquiátrica estadual foram de suma importância para concretizarmos a idéia de evolução ou progresso na atenção e na assistência, bem como de novas perspectivas para a pluralidade e singularização do sujeito identificado até então como doente mental.

Este aspecto é o objeto da Parte II, onde tratamos da reabilitação psicossocial e da educação neopragmática como conceitos ou instrumentos úteis a uma nova ética em saúde mental, que 'fale' do que é justo e bom para todos, e de uma 'estilística da existência', que 'fale' do que é belo para cada um e para os grupos submetidos a violências ininterruptas através dos séculos, como é a situação dos chamados doentes mentais. A leitura pragmatista de Jurandir Freire Costa e a abordagem da educação neopragmática de Ghiraldelli são esperançosas nesta direção, 'avalizadas' pela concepção do próprio Foucault sobre 'estilística da existência', a qual deixou

como legado nas suas últimas obras – os três volumes de História da Sexualidade – e que de certa forma é o ‘ar’ que faltava para os objetos fechados – prisões e manicômios – aos quais dedicou grande parte de seus estudos.

Acreditamos que este empreendimento, na sua totalidade, é substancial para a compreensão do objeto de estudo – a reforma psiquiátrica – e cumpre seu papel de abordagem filosófica do tema, trazendo como esperança a educação no contexto ampliado de sua compreensão, como instrumento útil à redescritção, invenção e reinvenção de práticas e de subjetividades.



REPENSANDO A LOUCURA E A NOÇÃO DE SUJEITO

Não se preocupe em entender. Viver ultrapassa todo entendimento.
Clarice Lispector

Em 20 de maio de 1961, sábado, diante do júri e da platéia que presenciou a apresentação de sua tese de filosofia sobre as relações entre a loucura e a desrazão na época clássica, Michel Foucault concluiu: "Para falar da loucura seria preciso ter o talento de um poeta" (Eribron, 1990, p. 117).

Em 05 de junho de 1988, o psiquiatra psicanalista e pensador brasileiro, Jurandir Freire Costa, publicou um artigo no Jornal do Brasil, intitulado 'Faca no Coração', onde relata a história de Paulo Braga, um rapaz de 27 anos, que aos 14 foi hospitalizado com problemas psíquicos e "desde então, começou a descida aos infernos da psiquiatria pública, de onde não mais saiu" (Costa, 1995c, p.59).

Paulo fazia tratamento no Hospital Gustavo Riedel, uma das unidades do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro e após três anos vinha reagindo favoravelmente ao tratamento, tendo freqüentes licenças, como forma de ajuda terapêutica, sem desvinculá-lo da instituição.

Com a mudança da direção do Hospital, a ordem do Ministério da Saúde para sanear as finanças públicas e a implantação do modelo médico de atenção psiquiátrica, a

equipe que cuidava de Paulo foi afastada, ocorrendo uma perda de vínculo entre o rapaz e a psicoterapeuta que o assistia.

Paulo foi desligado do Gustavo Riedel e encaminhado para tratamento num Posto de Assistência em Irajá, em razão da regionalização que vinha sendo implantada.

Paulo tenta o contato com a psicoterapeuta e esta com ele sem sucesso. O desligamento ocorreu em fevereiro e em abril do mesmo ano o rapaz se mata com uma faca no coração.

Quantos Paulos morrem diariamente nas favelas e subúrbios, ou nos serviços de urgência e enfermarias de nossos hospitais públicos? Porque Paulo e não os outros Paulos? É que a morte de Paulo mostra, de maneira dura, a tragédia brasileira. Ele estava sob cuidados psiquiátricos e lutava desesperadamente para viver com os frágeis meios de que dispunha. Foi vencido impiedosamente pelos burocratas da saúde (Costa, 1995c, p. 60).

Em junho de 1995, durante o I Encontro de Reabilitação Psicossocial realizado no Teatro da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o Senhor Geraldo Peixoto, vice-presidente da Associação Franco Basaglia e representante dos familiares na Comissão da Reforma Psiquiátrica em Brasília, fala da criação da referida Associação, em maio de 1989, com a finalidade de buscar espaço de expressão e melhorias no atendimento à Saúde Mental. Expõe sua história pessoal e de seu filho, que vem sendo assistido no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

Geraldo Peixoto descreve o manicômio como um local violento e desumano, que não trata mas vigia; lúgubre, mal cheiroso, e ainda com dificuldades de acesso ao psiquiatra que tratava de seu filho. E descreve o CAPS, como o seu oposto: claro, ventilado, bem cuidado, escancarado para a rua, onde o paciente é participante da vida, onde se trata a pessoa doente e não a doença.

E conclui:

a doença mental não autoriza ninguém a tirar a liberdade de seu semelhante. Falei do meu ponto de vista pessoal, estou inserido na Associação, foi principalmente isto que descobri lá: que se deve tratar a pessoa que tem um sofrimento mental e não querer ficar colocando em prática teorias que muitas vezes são somente teorias (Peixoto, 1996, p.79).

Quarta-feira, 7 de fevereiro de 2001, o Jornal O Estado de São Paulo publica um artigo de Valentim Gentil, professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde o mesmo elabora uma crítica ao modelo de saúde mental praticada no Brasil, manicomial e hospitalocêntrico. Critica o Projeto Paulo Delgado que desde 1989 tramita pelo Senado e pela Câmara, critica o substitutivo e o embasamento desses projetos de lei, moldados na Lei Basaglia, promulgado na Itália em 1978 e que tem como objetivo a desconstrução do modelo médico da psiquiatria e não a melhoria da assistência psiquiátrica.

No artigo intitulado 'Por uma reforma mais psiquiátrica', Valentim Gentil defende a prevenção, o tratamento extra-hospitalar, a hospitalização necessária em hospitais bons, cuja função não pode ser exercida eficientemente por outros equipamentos e ainda a disponibilização de medicamentos psiquiátricos na rede básica do SUS (Sistema Único de Saúde) garantindo uma assistência comunitária melhor.

Em meio a todas estas propostas, se executadas, resta o conflito ideológico e a resistência declarada do autor aos Basaglianos que defendem a desconstrução da Psiquiatria.

Quando o autor do artigo utiliza-se do termo desconstrução, não o faz no sentido filosófico, mas no sentido do desprezo dos basaglianos pela psiquiatria como ciência, que para o autor é de suma importância no tratamento dos doentes mentais. O autor questiona o modelo e a melhoria da atenção médico-psiquiátrica, mas não aceita o questionamento da psiquiatria como ciência.

Em 06 de abril de 2001, após 12 anos de tramitação do Projeto Paulo Delgado na Câmara e no Senado, o Presidente da República sanciona a Lei que redireciona a assistência psiquiátrica no Brasil, com algumas alterações.

Antes disso, em fevereiro de 2000 é publicada a Portaria Ministerial que garante a implantação das Residências Terapêuticas no país e regulamentado em outubro do mesmo ano, o seu financiamento. O que se verifica são os avanços na

legislação psiquiátrica, que garante serviços substitutivos ao manicômio, e a necessidade dos profissionais e dos movimentos arregaçarem as mangas e lutarem incansavelmente pela aplicabilidade da lei, pois encontra-se profundamente enraizado no pensamento educacional brasileiro e na formação escolar dos diversos profissionais da área e de outras áreas afins, a idéia de supremacia da ciência, do saber médico psiquiátrico, e a lógica da exclusão do louco, autorizada pela Medicina e pelo Direito.

Em 1977 é publicado no Brasil o livro 'Viagem através da loucura' de autoria de Mary Barnes, paciente esquizofrênica, e de seu médico Joseph Berke.

Barnes descreve todo o processo da sua loucura, como vivenciou cada momento, e o aprofundamento na crise, quando retorna aos seus primórdios, às atitudes infantis de comer as próprias fezes, espalhá-las pela parede do quarto do hospital onde está se tratando: a Comunidade Terapêutica dirigida por Laing¹. Desce para depois subir, emergir da crise. Apropria-se de sua doença, como algo que está presente e necessita ser compreendido.

Em 1976, o filme 'Um estranho no ninho', dirigido por Milos Forman e estrelado por Jack Nicholson, é o vencedor de vários Oscars. Nicholson vive o paciente com características sóciopáticas que é internado num hospital moderno, com boas instalações, equipe médica e de enfermagem preparadas,

1 Ronald Laing é um dos inventores da "anti-psiquiatria". Junto com David Cooper, na década de 60, mais precisamente após 1965, instalaram na Inglaterra várias comunidades terapêuticas para tratamento aos doentes mentais como alternativa ao ambiente psiquiátrico tradicional (Eribon, 1990, p. 130).

sessões grupais, atendimento individual, medicação administrada criteriosamente. A equipe detém a técnica, o saber. O personagem de Nickolson quer a vida, tem o *feeling* questionador. Trazendo a vida para dentro do hospital burla todos os protocolos, favorecendo aos pacientes a vivência de experiências sexuais ou a saída para uma pescaria escondidos. Polarizam-se as posições entre o saber médico-psiquiátrico e o paciente que trazendo a vida para dentro do hospício acaba morrendo. Uns detêm a técnica, o outro o *feeling* de um novo modelo. O choque é inevitável e o poder da técnica sai vencedor – no filme - mas não no impacto que a história gerou para o público que o assistiu.

Em 1994, o Hospital Psiquiátrico Estadual de Lins, interior de São Paulo, recebeu supervisão técnica e administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

O relatório da supervisão refere que são visíveis os problemas de ordem financeira e administrativa. Todavia, a situação crítica detectada transcende a questão financeira.

O abandono geral a que estão submetidos os pacientes, onde somente um pequeno grupo foi contemplado com um projeto terapêutico, o desrespeito do funcionário consigo mesmo e por conseguinte com o paciente, o despreparo para tratar com a clientela e outros fatores indicam a necessidade de uma transformação e reorganização interna.

Finalmente, o gerenciamento técnico-administrativo de um hospital próprio do Estado revela que o critério ético e técnico na atenção ao doente é o último a

ser priorizado, colocando a impotência dos poucos funcionários que ainda acreditam no serviço público ou que têm uma formação sanitarista, frente à frente com o seu próprio desamparo e o desamparo a que os pacientes podem ser colocados, à revelia da vontade daqueles poucos funcionários, gerando a inversão de valores, promovendo a perversão das relações, a distorção da lógica institucional onde a dignidade de todos aparece violentada (Delossi et al., 1994, p. 42).

Na apresentação da coletânea organizada por Ana Maria Fernandes Pitta² a respeito da reabilitação psicossocial no Brasil, esta coloca que reabilitação psicossocial implica uma ética de solidariedade que facilite aos sujeitos com limitações para os afazeres cotidianos, decorrentes de transtornos mentais severos e persistentes, o aumento da contratualidade afetiva, social e econômica que viabilize o melhor nível possível de autonomia para a vida comunitária (Pitta, 1996, p. 9).

A reabilitação psicossocial é um conceito a ser vivido, trabalhado e experimentado no contexto da reforma psiquiátrica brasileira e requer um novo tratado ético-estético, para Pitta; uma nova estética da existência, para Jurandir Freire Costa³; esperança utópica como ponto de chegada ao

2 Psiquiatra, Secretária Nacional para o Brasil e vice-presidente para as Américas da World Association for Psychosocial Rehabilitation, assessora da Coordenação do programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde – SP (Pitta 1996, p. 19).

3 J F Costa, médico e psicanalista, com mestrado em etnografia pela École Pratique des Hautes Etudes de Paris, professor do Instituto de Medicina Social da UERJ, autor de vários livros sobre filosofia, psiquiatria, psicanálise e educação. (Costa, 1999, contracapa)

qual nunca se chega, permitindo manter uma atenção ética-técnica constante, para Benedetto Saraceno⁴.

Ao relatar historicamente a psiquiatria institucional, Jurandir Freire Costa refere:

Em 1903, Simon utilizou na construção de um hospital um grande número de pacientes que viviam isolados. Registrou a melhora que esta produziu nos pacientes, que ao invés de ficarem na passiva posição de doentes, loucos irresponsáveis, tendo que ser cuidados exclusivamente pelos outros, foram colocados na atitude ativa de assumir outros papéis além daquele de enfermo, ao trabalhar e ter ocupações (Birman & Costa, 1998, p.47).

Hermann Simon teve sua obra redescoberta em 1929, e na cronologia das novas percepções sobre a doença mental, pode ser considerado primeiro precursor das comunidades terapêuticas, ponto de referência em torno do qual se constrói o movimento francês de psicoterapia institucional, por um grupo de psiquiatras do Hospital de Saint Alban.

A obra de Machado de Assis, 'O Alienista', publicada entre outubro de 1881 e março de 1882, coloca o tema da loucura e da ciência. O primeiro invoca personagens que se desviam de um padrão de conduta tido como índice de normalidade da criatura humana. O segundo coloca a idéia de

4 Benedetto Saraceno, presidente da World Association for Psychosocial rehabilitation, autor entre outros de Teorias e Modelos em Reabilitação (Pitta 1996, p. 19).

ciência com pressupostos tido como verdadeiros, e em nome da qual sucessivos equívocos são cometidos.

Simão Bacamarte, o alienista, leva pânico à população de Itaguaí, convertida num campo de experimentação, através das internações na Casa Verde, hospício construído com o apoio da Câmara Municipal. Entidade fria, distante e intocável, Bacamarte procura demarcar a zona limítrofe da razão humana.

As pessoas comuns, respeitosas e temerosas perante a ciência atacam ou elogiam, dependendo dos momentos e das situações.

Se por um lado a reação da população às internações abusivas que ocorrem em Itaguaí não tem qualificativo e utiliza-se de chavões esvaziados de conteúdo, por outro Simão Bacamarte é o único que detém os segredos da ciência, igualando todos os indivíduos em sua busca de determinar uma norma geral de conduta para o comportamento humano.

Contudo, o objetivo maior não é alcançado: conhecer a loucura para intervir com certeza, ideário racionalista – iluminista⁵ que permeia o século XIX e é alvo da ironia de Machado.

⁵ "Iluminismo – período do pensamento europeu caracterizado pela ênfase na experiência e na razão, pela desconfiança em relação à religião e às autoridades tradicionais, e pela emergência gradual do ideal das sociedades liberais, seculares e democráticas. Na Inglaterra do século XVII, o movimento já pode ser apreciado nos textos de Francis Bacon e de Hobbes, assim como, na França, na obra de Descartes, através da nova ênfase na independência da razão. No entanto, foi só no século XVIII que se deu o completo florescimento do Iluminismo, especialmente na França, na Escócia e na Alemanha, onde a filosofia crítica de Kant foi ao mesmo tempo uma espécie de apogeu e o primeiro presságio do período romântico que se seguiu. Embora seja difícil encontrar doutrinas positivas comuns a todos esses pensadores, o Iluminismo está associado a uma concepção materialista dos seres humanos, a um otimismo quanto ao seu progresso por meio da educação a uma perspectiva em geral utilitarista da sociedade e da ética. No entanto, a Constituição

A descontinuidade histórica

De 1881 quando foi publicado 'O Alienista', a 2001 quando foi promulgada a lei que dispõe sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, e mesmo antes deste período, o que se revela é um cenário parecido, similar, onde questionamos se houve ou não o progresso da ciência e se o saber psiquiátrico deu conta dos inúmeros segredos do que chamamos de loucura.

A obra de Foucault⁶ oferece uma possibilidade argumentativa, ao referir que se a história do pensamento pudesse ser o lugar das continuidades ininterruptas, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado.

Compreender o passado, ordenando-o numa temporalidade sequencial ou didática facilitaria para todos a compreensão do presente e a visualização do futuro. Todos sentir-se-iam seguros e aí estaria abrigada a consciência.

dos Estados Unidos, que não é um documento utilitarista (baseando-se antes numa ética de direitos naturais), é frequentemente apontada como um texto que incorpora de forma concreta os ideais iluministas". (Blackburn, 1997, p.196)

⁶ Foucault, Michel (1926-84) Historiador e Filósofo francês. Nasceu em Poitiers, formou-se na École Normale Supérieure, em Paris, deu aulas na Alemanha, na Suécia e na Argélia e regeu várias cadeiras nas universidades de Clermont-Ferrand e de Vincennes, até ser nomeado professor de história dos sistemas de pensamento no Collège de France, em Paris. Sua obra bastante diversificada – entre a história, a filosofia, a psicanálise e a linguística – foi extraordinariamente influente, levantando novas questões quanto ao caráter histórico das categorias da experiência social. Foucault interessava-se em especial pela utilização da razão e da ciência como instrumento de poder em domínios como a criminologia e a medicina. Sua primeira obra, *Folie et déraison* (1961), fazia um levantamento das atitudes ocidentais em relação à loucura, e teve uma influência determinante no diagnóstico daquilo que, apesar de poder parecer constituir um avanço progressista e humano no tratamento, constituía afinal um aspecto do aumento do controle social e político. Na verdade, sua percepção das relações sociais como relações essencialmente de poder, em geral imbuídas de uma dose apreciável de sadismo, levou a afirmar-se que Foucault tinha substituído a distinção entre sujeito e objeto pela de sujeito e abjeto. Por vezes, esse entusiasmo se refletia de forma sinistra na própria vida de Foucault, contribuindo para sua morte, tendo sido uma das primeiras vítimas da AIDS (Blackburn, 1997, p.159).

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito; a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito, poderá, um dia – sob a forma de consciência histórica –, se apropriar, novamente de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (Foucault, 1997b, p. 14-15).

A modernidade funda o sujeito. Com Descartes o sujeito é um eu, que pensa, e que portanto existe. Com Rousseau o sujeito tem fé na consciência, enquanto está crivado no assentimento do coração. O sujeito moderno é o eu imutável, a-histórico, metafísico, tem uma essência e uma universalidade e este sujeito é o alvo crítico de Foucault e de outros filósofos contemporâneos.

O pensamento moderno, é comentado por Paulo Ghiraldelli Jr. no texto 'O que é Filosofia da Educação—uma Discussão Metafilosófica'. Nele, o autor expõe sobre a filosofia de Descartes e Rousseau e as tradições que originaram, sobretudo em relação aos modelos de subjetividade, atrelando estas idéias à Educação e à noção de Infância, reportando-se à virada epistemológica, à virada linguística e ao neo-pragmatismo.

Os séculos XVII e XVIII podem ser chamados de 'a era da razão e do esclarecimento' e que o século XIX pode ser chamado de 'a era do historicismo e da

consciência histórica', e, enfim que o século XX, seguindo esse mesmo tipo de registro, poderia ser chamado de 'a era da linguagem e da lógica'. Essa propensão dos filósofos do século XX em, crescentemente, fixar sua atenção na linguagem, muitas vezes foi descrita, em termos amplos, pela expressão 'virada linguística' (linguística turn). Em analogia à 'virada linguística', alguns historiadores passaram a denominar a transição do pensamento filosófico antigo para o pensamento filosófico moderno – geralmente marcada pelos séculos XVII e XVIII – como a 'virada epistemológica' (Ghiraldelli, 2000b, p. 11-12).

Porém, o que mais interessa para este estudo, e que trataremos no próximo tópico, é o enfoque dado pelo autor à filosofia do sujeito ou filosofia da consciência e a relevância do caminho teórico percorrido para que possamos compreender o que se afigura como sujeito, no contexto ético-estético da reforma psiquiátrica.

Os modelos de subjetividade contidos no pensamento de Descartes e Rousseau traduzem as filosofias de base iluminista e humanista, exercendo de forma afirmativa ou não, positiva ou negativa, fortes influências no pensamento marxista, freudiano, nietzscheano e outros, trazendo consequências para a filosofia contemporânea, para as ciências, e colocando em cheque a chamada filosofia do sujeito ou a crítica à função fundadora do sujeito. Isto aparece na obra

de Foucault, como uma crítica à filosofia fundacionalista⁷. Sua obra revela uma preocupação ética e estética que escapa aos modelos marxistas e freudianos, quando não os critica.

Olhar a história da psiquiatria e a reforma psiquiátrica com olhos foucaultianos pode ajudar a compreender os progressos ou não desta história, a constituição das subjetividades, as relações ético-estéticas e morais, a ciência e o saber psiquiátrico.

Apropriar-se da obra de Foucault, da psiquiatria e da psicanálise pelo viés pragmatista é uma preocupação utópica e humanamente útil presente na obra de Jurandir Freire Costa.

Em Foucault e seus comentadores, assim como em Jurandir Freire Costa podemos encontrar respostas úteis para a problemática da loucura e para o enfrentamento da precariedade da assistência psiquiátrica.

A retomada histórica é interessante, porém não necessariamente há de se dar cronologicamente. Os acontecimentos e as publicações são datados, mas há algo de presente e comum a estes: a constituição do sujeito, a questão ética e moral e a prática como constituidora do objeto de estudo.

7 "Fundacionalismo: o ponto de vista epistemológico segundo o qual o conhecimento deve ser concebido como uma estrutura que se ergue a partir de fundamentos certos e seguros. Esses fundamentos encontram-se numa combinação da experiência com a razão, embora a este respeito as diferentes escolas filosóficas (empirismo, racionalismo) destaquem o papel de uma ou outra. O fundacionalismo está associado aos antigos estóicos e, na época moderna, a Descartes, que descobriu os seus fundamentos nas idéias "claras e distintas" da razão. Opõe-se principalmente ao coerentismo, que nos diz que um conjunto de proposições pode ser conhecido sem que esteja fundado na certeza, vendo-se antes como essas proposições se reforçam mutuamente: podemos saber que um problema de palavras cruzadas foi corretamente solucionado mesmo que cada resposta, considerada por si mesma, nos deixe na incerteza" (Blackburn, 1997, p.164).

Uma leitura do pensamento foucaultiano

A descontinuidade histórica em Foucault é um corte no passado, não para compreendê-lo, mas para extrair dele alguns campos de investigação, uma historicidade.

A história efetiva se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles... A história será efetiva na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (Foucault, 1998c, p.27).

Foucault apoia-se na genealogia nietzscheana⁸ para dizer que no mundo da história não há providência nem causa final mas um único reino: o acaso.

Cremos que nosso presente se apoia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos (p. 29).

Foucault tirou coisas do rumo: linhas de raciocínio aparentemente lógicas, teorias sobre a sexualidade reprimida, sobre o poder e os aparelhos de estado, desconstrução de objetos...tantas outras coisas que filósofos, educadores,

⁸ De acordo com esse método, a explicação de um fenômeno qualquer depende sempre da reconstituição dos momentos constitutivos de seu vir-a-ser, de tal maneira que o sentido atual desse fenômeno não pode ser obtido sem o conhecimento da série histórica de suas transformações e deslocamentos. Aplicando-o à gênese dos sentimentos morais, Nietzsche afirma que aquilo que, a um olhar não suficientemente adestrado, pode aparecer como uma oposição entre contrários – por exemplo, entre bom e mau, egoísta e altruísta, mas também entre belo e feio, verdadeiro e falso, objetivo e subjetivo – sempre se revela, à luz de sua consideração histórica-genealógica, como uma transformação do oposto em seu outro (Giacioia Junior, 2000, p.46).

psiquiatras, historiadores acreditavam ou acreditam, como ciência, foram sendo investigados sob um outro ponto de vista: são as diversas práticas que constituem o objeto. É a prática do sexo que foi criando, historicamente, o conceito sexualidade. O objeto não é *real*, portanto. E por isto nos referimos a 'tirar as coisas do rumo'. Por isto talvez, tantos tenham qualificado Foucault como polêmico ou desconcertante.

O desconcerto provocado por Foucault veio de vários lados. Canguilhem⁹ chamou a atenção para o impacto provocado pelo surgimento da história da loucura, em 1960, quando nos meios acadêmicos franceses havia espaço para, quando muito, se pensar numa História da Razão, da Psiquiatria. Mas da loucura? Teria ela uma história? (Rago, 1995, p.68).

Ao demarcar seus espaços de investigação: a loucura, a anatomia patológica, a delinquência, efetua-o sob a perspectiva do poder, de micropoderes que permeiam cada objeto de sua investigação; faz uma analítica do poder, coloca como este tece suas teias, como permeia o tecido social. Destrona o grande poder ou lhe confere menor importância. Subestima-o deliberadamente. Faz uma análise ascendente: como os micropoderes que têm tecnologia e história específica, se relacionam com o nível mais geral do poder, constituído pelo aparelho de Estado.

9 "Georges Canguilhem nasceu em 1904, na França. Fez parte da turma de 1924 na École Normale Supérieure, com Aron, Sartre e Nizan. Atuou como ponto de convergência. Seu nome tornou-se uma espécie de slogan, uma palavra de ordem para todos que procuravam sair dos caminhos batidos da filosofia do sujeito... e renovar o discurso teórico da filosofia da sociologia ou da psicanálise" (Eribon, 1990, p.113-14).

de outros Gerard Lebrun assinala no texto 'O microscópio de Michel Foucault', contribuições ressaltadas por Paul Veyne, professor de história romana no Colégio de França: a revolução metodológica e o corte de raízes do relativismo histórico, fatos marcantes em Foucault. Um mesmo objeto (falso-objeto), pode ser compreendido de forma diferente aqui ou lá. Quando se fala daqui, fala-se da civilização ocidental. E lá do outro lado, em outra civilização pode ser que este objeto nem tenha esse mesmo 'nome', 'conceito' ou 'significado'.

Assim, em 'Nascimento da Clínica', ao analisar os inícios da anatomia patológica, Foucault ensinava-nos que 'a Doença' não tem existência própria e que ela só é alguma coisa no cruzamento do discurso médico que organiza seus sintomas, do olhar clínico que lhe confere a sua forma de visibilidade, da prática hospitalar que define o estatuto do doente (Lebrun, 1983, p.79).

Portanto há que se analisar o que se fala, do que, como, onde e quando se fala. É a 'leitura' que podemos fazer de Foucault.

No contexto historiográfico o pensamento foucaultiano conduz à busca de compreensão das relações de força onde se constituem os jogos de poder, e não mais se detém numa suposta verdade documental.

A psiquiatria e a reforma psiquiátrica brasileira implica em influências de correntes de pensamentos e práticas

de outros países, e sobretudo a influência da Psiquiatria Democrática Italiana¹⁰ na reforma brasileira.

A pesquisa de documentos datados nos interessa na medida em que estes constituem um campo de forças e um subsídio para aqueles que militam pela reforma psiquiátrica em seus espaços de trabalho, nas Universidades, nos partidos políticos ou nos movimentos sociais, como o movimento da luta antimanicomial.

Contudo é na pesquisa bibliográfica e no relato de documentos e dados empíricos que tomaremos assento, enfocando os movimentos, os esforços e o empenho em alterar ou modificar a assistência psiquiátrica, a corrente anti-psiquiátrica, o desdobramento ocasionado pela publicação da 'História da Loucura', o desenvolvimento de foco de produções literárias no Brasil influenciadas por Foucault como 'Danação da Norma' de 1978 do filósofo Roberto Machado, 'Ordem Médica e Norma Familiar' de 1979, seguida de outras obras de Jurandir Freire Costa focalizando em particular este pensador.

Discorrer sobre ética, estética, constituição do sujeito, poder e saber tendo como objeto de estudo a

10 O movimento de psiquiatria democrática foi muito importante para a aprovação da lei 180 de 13 de maio de 1978 na Itália, que pela primeira vez na história restituiu o pleno direito à cidadania a todos: antes dela os doentes mentais não tinham este direito. Ele uniu um grupo de técnicos que já tinham efetuado uma ação prática e crítica, e o mundo social, político e cultural. Através da organização da Psiquiatria Democrática, composta não apenas de psiquiatras, mas também de representantes de forças sociais, sindicais, políticas e culturais, criou-se um momento de conjunção que generalizou uma série de temas e propostas de transformação da organização institucional psiquiátrica. Este movimento baseia-se em alguns pontos de referência essenciais; o primeiro é a crítica radical a todas as instituições totais e, em particular ao hospital psiquiátrico. É questão prioritária a superação e a dissolução dos hospitais psiquiátricos, através de um trabalho de transformação destes, porém visando alcançar a sua eliminação. O outro ponto é a reflexão a respeito das relações entre técnica e política, entendendo que o trabalho é campo específico e não poderia jamais prescindir da matriz de exclusão social sobre a qual os manicômios foram construídos, sobre a qual a própria psiquiatria se funda, através de uma delegação ao controle dos grupos sociais e dos indivíduos que não correspondem à regras e aos cânones da ideologia dominante (Delgado, 1991, p. 84).

psiquiatria e a reforma psiquiátrica de um ponto de vista foucaultiano, implica uma tentativa de sistematização deste pensamento.

Foucault não tece uma teoria geral do poder, mas ao delimitar espaços, busca estabelecer o conceito de micropoderes e como estes se correlacionam, e ainda insere a questão da positividade do poder.

O poder não é negativo, não é destrutivo ou tão somente massificador. O poder não está de um lado, não há destituídos do poder. Todos temos nossos poderezinhos.

O homem produz. O homem é um produto do poder. Este produto ou efeito do poder, que é o indivíduo, produz saberes e daí a ligação que se faz entre estes saberes e a disciplina do poder (o poder se formando a partir das análises dos espaços demarcados: loucura, criminosos, sexualidade).

Robert Castel, ao comentar a obra de Foucault 'A História da Loucura' refere que esta é repetitiva: em toda parte e sempre há apenas repressão, violência, arbitrariedade, confinamento, enquadramento, segregação e exclusão (Eribon, 1990, p. 134).

Isto, segundo Castel, teria ocasionado um enfraquecimento da obra, porém mais tarde, conforme Eribon, talvez tenha sido o ponto de partida da unidade que Foucault dará às suas pesquisas, em torno da noção de poder e da dupla saber-poder.

É sob essa unidade que a partir de 1970 organizará seus livros mais antigos. Conforme diz a Ducio Trombadori “Tudo isso emergia como algo escrito com tinta simpática e que começa a aparecer na página quando se usa o reativo correto: era a palavra PODER” (ibid, 1990, p. 134).

Saber e poder se implicam mutuamente. Ao enfocar o nascimento das ciências humanas refere-se ao seu papel na dominação dos corpos: adestrados e aprimorados para servir como força de trabalho, economicamente útil e politicamente dócil.

Roberto Machado, na introdução de ‘Microfísica do Poder’, coloca:

não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também reciprocamente todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação de saber. É assim que o hospital não é apenas local de cura, ‘máquina de curar’, mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão do saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia a prisão da criminologia, o hospício da psiquiatria. E, em contra partida todo saber assegura o exercício de um poder (Machado, 1998, p. XXII).

A questão ética e estética aparece de forma mais clara na obra de Foucault no segundo volume da História da Sexualidade, ‘O uso dos prazeres’ onde relata seu método investigativo, problematizando-o. Busca elementos na filosofia greco-romana e cita os socráticos e o conteúdo dos livros que

chegaram até nós para dizer que os elementos constitutivos do que entendemos hoje por sexualidade estavam contidos naquele pensamento, porém dentro de uma ética e de uma moral e não como um objeto de suma importância como hoje se afigura para nós a questão da sexualidade.

Algumas prescrições estavam na base da formação do sujeito. A pastoral cristã acrescentou elementos a esta ética dos gregos, seguidos, na era da burguesia vitoriana sobre os pecados da carne e outros 'dispositivos disciplinares', de uma suposta repressão, porém que falavam como nunca se falou do sexo: no confissãoário, nos divãs dos psicanalistas...

Ao discorrer sobre a história e os 'dispositivos disciplinares', Foucault ora mostra o sujeito como efeito, ora como experimentação, e na malha fina o que passa é a ética do sujeito, novas formas de ser e de se auto-realizar: 'é a vida como obra de arte'.

São as novas formas de subjetivação, de redescrição do sujeito ou estratégias redescritivas, na linguagem pragmatista, ou a crítica à filosofia do sujeito e ao conceito de verdade para os pós-modernos ou contemporâneos. Desconstrução do sujeito da modernidade para o sujeito plástico, que se altera. Redescrever este sujeito, assim como redescrever nossas práticas em relação à loucura, é uma tarefa educativa que requer um talento literário, uma veia poética, um tratado ético-estético, conforme refere Ana Pitta e que está na base da reforma psiquiátrica.

Retomando a filosofia do sujeito ou a filosofia da consciência

Em tópicos anteriores nos reportamos ao sujeito, à sua formação ou constituição, à questão ética e moral. Para efeito didático é importante retomar a noção de sujeito e de formação da subjetividade, tanto o conceito filosófico, quanto o percurso desta noção desde o século XVII até os dias atuais.

Ao discorrer sobre a consciência, Marilena Chauí coloca como a grande tarefa da modernidade a teoria do conhecimento, ou seja, tornar o entendimento objeto para si próprio, enquanto reflexão filosófica, baseado no pressuposto de que somos seres racionais conscientes.

A consciência de nossa própria identidade é o eu:

A consciência psicológica ou o eu é formado por nossas vivências, isto é, pela maneira como sentimos e compreendemos o que se passa em nosso corpo e no mundo que nos rodeia, assim como o que se passa em nosso interior. É a maneira individual própria com que cada um de nós percebe, imagina, lembra, opina, deseja, age, ama e odeia, sente prazer e dor, toma posição diante das coisas e dos outros, decide, sente-se feliz ou infeliz (Chauí, 1999, p. 117).

A consciência moral é a pessoa, é o sujeito livre para escolher, julgar e agir com responsabilidade.

É a capacidade para compreender e interpretar sua situação e sua condição (física, mental, social, cultural, histórica), viver na companhia de outros, segundo

as normas e os valores morais definidos por sua sociedade, agir tendo em vista fins escolhidos por deliberação e decisão, realizar as virtudes, e quando necessário, contrapor-se e opor-se aos valores estabelecidos em nome de outros, considerados mais adequados à liberdade e à responsabilidade (p. 117 – 18).

A consciência política é o cidadão, como indivíduo imbuído de direitos e deveres ou como membro de uma classe social, relacionando-se com a esfera pública do poder e das leis, defendendo sua posição e seus interesses (Chauí, 1999, p 118).

A consciência reflexiva é o sujeito do conhecimento, que ao contrário do eu, não é uma vivência individual, mas aspira à universalidade. Ou seja, a vivência é singular (minha). O conhecimento é universal (de todos os humanos).

Eu, pessoa, cidadão e sujeito constituem a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de identidade consigo mesma, virtude, direitos e verdade (p. 119).

Esta composição de subjetividade percorre linhas de pensamento desde Descartes e Rousseau, com o ideário racionalista – iluminista e humanista – romântico, até às críticas à subjetividade e à desconstrução do sujeito da modernidade, com Darwin, Marx, Nietzsche, Freud e Wittgenstein: os cinco demônios assinalados por Paulo Ghiraldelli Jr. (2000b, p 24).

Compreender o sujeito da modernidade e as diversas abordagens do pensamento contemporâneo, é tarefa primordial para o entendimento do sujeito em Foucault e da proposta de desconstrução da psiquiatria, ou do sujeito como rede lingüística de crenças e desejos, na linguagem neo – pragmatista, enquanto projeto de transformação ou alteração das formas com as quais nossa civilização tem lidado com a questão da loucura e do saber psiquiátrico.

Compreendendo o iluminismo

Iluminismo, Ilustração ou filosofia das Luzes é o movimento de mudança cultural que antecede a proclamação da primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em Paris, no ano de 1789, ocasião da revolução francesa, que pôs fim ao Antigo Regime na França, principal centro das Luzes.

O iluminismo não é um sistema único, acabado ou homogêneo, mas um movimento de idéias que se caracteriza pela liberdade de pensamento, pela não submissão da razão à teologia, mais especificamente à Igreja.

Já no século XVII, com Descartes, Locke e Bacon, temos o início deste processo de mutação cultural, que no século XVIII, com Voltaire, Montesquieu, Diderot, Rousseau e outros, tem seu coroamento. São estes os ideólogos da nova classe, a burguesia, opondo-se à velha ordem. Obviamente estas mutações ocorrem no plano econômico, com o sistema

feudal sendo substituído pelo mercantilismo (Salinas Fortes, 1993).

O edifício do saber deve ser construído sobre a Razão, instrumento soberano do conhecimento. A transcendência cede lugar à imanência. O próprio homem passa a ser o objeto de estudo e a história começa a se impor como ciência, pois através do estudo de seu passado, os homens colocam os conhecimentos acumulados a seu próprio serviço, seu próprio bem-estar, e neste contexto surge a idéia de Progresso.

Se há ou não o progresso da ciência ou da civilização eis uma questão a ser debatida, especificando-se o avanço ou não da ciência psiquiátrica. Esta questão é colocada por alguns filósofos pós-modernos.

Seguindo a linha de raciocínio de Paulo Ghiraldelli Jr.¹¹ trabalharemos com duas noções de sujeito que surgem com a modernidade: o sujeito do iluminismo e do romantismo e o dos pós-modernos ou contemporâneos, detendo-nos em Foucault e desembocando no projeto neo –pragmático.

Percorrer a mesma trajetória¹² nos auxilia à compreensão de conceitos e nos situa historicamente e para efeito didático, na questão da filosofia enquanto educação para

11 Paulo Ghiraldelli Jr., estudioso do pragmatismo e neo – pragmatismo , autor de vários livros que tratam da Educação em seu sentido amplo e também da educação enquanto pedagogia e educação escolar. Mestre e doutor em filosofia e história da Educação e em filosofia. Livre docente e titular da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente do Centro de Estudos em Filosofia Americana (CEFA) e diretor do Portal Brasileiro de Filosofia e Filosofia da Educação (xxx.filosofia.pro.br) Ghiraldelli Jr., 2003, contracapa).

12 Trajetória feita pelo autor em seu trabalho 'O que é filosofia da educação – uma discussão metafilosófica' (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 7 a 87).

tratar a civilização, tarefa sem a qual não há saídas para muitos problemas que nos aprisionam ou nos escravizam, remetendo ao tratamento dado ao que se chama loucura em nossa cultura e às nossas crenças a este respeito.

O sujeito na modernidade: Descartes e Rousseau

O sujeito cartesiano é o que acessa a verdade, o conhecimento do real, através da certeza, da avaliação entre verdadeiro e falso. Descartes percorre um método em que se despe de tudo que possa interferir na busca pelo real, pelo conhecimento verdadeiro - a dúvida metódica -, para concluir, na Primeira e Segunda Meditações, que o acesso à verdade se dá pelo pensamento: Penso, logo existo. É a sobrevalorização da razão, tendo a verdade como dependente do pensamento subjetivo, algo exclusivamente intelectual, o cogito cartesiano.

Rousseau constrói outro tipo de subjetividade, onde a evidência depende do assentimento do coração e o conhecimento é acessado por uma subjetividade mais individualizada e ampliada. A verdade em Rousseau é algo exclusivo da intimidade, avaliada por uma consciência moral, organizada à base dos sentimentos.

Em Rousseau a subjetividade é sinônimo de mundo interior e a infância é a condição essencial para o desenvolvimento da filosofia enquanto tarefa educativa e de busca da verdade. A intimidade assim posta, não é corrompida

pelas convenções sociais. A infância é representativa da autenticidade.

Em Descartes a infância é uma condição nefasta para a filosofia, posto que nesta idade o homem está preso às sensações e a noção de infância, assim colocada, é a negação da filosofia.

Embora diverjam na noção de infância, o pensamento cartesiano e rousseauiano valorizam positivamente a individualidade.

Com Descartes temos o sujeito do iluminismo, capaz de conter ou acessar a verdade. Com Rousseau, temos o sujeito do romantismo, sendo o homem harmoniosamente desenvolvido, capaz do autêntico sentimento de verdade, idéia esta associada à honestidade, à bondade, à pureza de coração.

Em ambos há uma busca pela verdade e o conhecimento está assentado no sujeito, diferindo na visão de modelos de subjetividade.

No século XVII, com Descartes, temos um iluminismo refinadamente metafísico. No século XVIII, com Rousseau, o iluminismo é menos metafísico, e vai se aproximando do empirismo. Porém ambos têm o caráter fundacionalista.

Descartes faz filosofia primeira, partindo de um despojamento das sensações e Rousseau está no mundo.

Ambos buscam a certeza, quer pela razão, quer pelo sentimento.

Intervir com certeza ou confiando nos sentimentos, no assentimento do coração, tendo como valores básicos a honestidade, ou a sinceridade, é um ideal iluminista.

A ciência psiquiátrica e a própria visão de loucura, desde o século XVII sofreram influências iluministas, para no XIX, sofrer influências positivistas. Separa-se a razão da desrazão e os loucos são segregados em nome da ciência e do progresso social.

O iluminismo coloca a pessoa do louco na condição de incapaz de pensar:

A dúvida de Descartes desfaz os encantos dos sentidos, atravessa as paisagens do sonho, sempre guiada pela luz das coisas verdadeiras; mas ele bane a loucura em nome daquele que duvida, e que não pode desatinar mais do que não pode pensar ou ser (Foucault, 1999, p.47).

Descartes conduz esta incapacidade ao seu limite:

Na economia da dúvida, há um desequilíbrio fundamental entre a loucura de um lado, e o sonho e o erro, de outro. A situação deles é diferente com relação à verdade e àquele que a procura; sonhos e ilusões são superados na própria estrutura da verdade, mas a loucura é excluída pelo sujeito que duvida. Como logo será excluído o fato de que ele não pensa, que ele não existe (p. 46).

O progresso da ciência iluminista está relacionado à idéia classificatória entre o normal e o patológico. O hospício ou manicômio é o locus onde a loucura deve ser segregada, estudada, analisada, para, após séculos de internações sucessivas e desnecessárias, os asilos de alienados apresentarem superlotação e péssimas condições de vida, sobrevivência e assistência, detectando-se tais condições até os dias atuais. O louco não sente, não tem capacidade perceptiva, não sofre, não tem dor, não pensa, e portanto não faz uso da razão.

A loucura é a desrazão que deve ser excluída¹³ em nome da razão. O louco sequer tem uma subjetividade¹⁴ ou intimidade, e pode viver exposto, nu, à mercê do tempo, do sol, da chuva, ao sabor do vento... pode ser prisioneiro de si mesmo, no mais aberto dos caminhos que é o mar, como refere Foucault, em 'História da loucura'¹⁵:

Fechado no navio de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no

13 A crítica de Foucault a Descartes vai encontrar oposição em Jacques Derrida, para quem Descartes isolou os loucos, retirando-os do processo da dúvida metódica, por uma questão cultural e circunstanciada ao tempo em que vivia. Na Conferência "Cogito e História da Loucura", Jacques Derrida desconstrói de maneira implacável o pensamento Foucaultiano que sustenta a sua "História de Loucura na Idade Clássica". Ataca a lógica da História da Loucura e todo o projeto de Foucault e para isso concentra sua desconstrução discutindo um trecho das "meditações" em que Foucault faz sua leitura do "cogito" cartesiano. Nove anos depois, na "Resposta a Derrida", Foucault afirma que ele não leu 'devidamente' Descartes. (Otoni, 2001, p. 22).

14 A Não – Razão do século XVI constituía uma espécie de ameaça aberta cujos perigos podiam sempre, pelo menos de direito, comprometer as relações da subjetividade e da verdade. O percurso da dúvida cartesiana parece testemunhar que no século XVII esse perigo está conjurado e que a loucura foi colocada fora do domínio no qual o sujeito detém seus direitos à verdade: domínio este que, para o pensamento clássico, é a própria razão. Doravante a loucura está exilada. (Foucault, 1999, p. 47)

15 Foucault refere que durante a primeira metade do século XV os loucos eram escorraçados das cidades européas e levados em barcos, atracando em portos, sem destino certo. O autor supõe tratar-se de uma medida de expurgo, antes mesmo que se construíssem casas especiais para eles. Afirma que não é fácil levantar o sentido exato deste costume, mas é certo que eram naus de peregrinação, altamente simbólicas, de insanos em busca da razão (Foucault, 1999).

meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra à qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem. Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer (p. 12).

Este orgulho de ser humano, de pensar, de ter razão como possibilidade de acesso ao conhecimento...este orgulho tão humano da honestidade, da bondade, da igualdade, liberdade e fraternidade, presentes no coração do homem, virtudes que podem ser preservadas, desde que não corrompidas socialmente, sofrerá um revés com os filósofos pós-modernos ou contemporâneos. Eles incomodaram a filosofia, questionando a noção de sujeito do iluminismo e a própria necessidade de sujeito: 'O Humano, demasiadamente Humano' de Nietzsche pode conter, no seu interior, o 'Desumano, demasiadamente Desumano'¹⁶, quando se refere

16 José Cláudio Barbosa tinha 39 anos e morreu no dia 22/12/95, na emergência do Miguel Couto, no Rio de Janeiro. Pertencia a uma família humilde da Zona Norte e, desde os 24 anos, apresentava graves problemas psíquicos. Com a ajuda carinhosa da família e com a atenção competente e cuidadosa da equipe que o assistia no Instituto Philippe Pinel, nos últimos anos começou a melhorar. Mas, meses atrás, apresentou queixas de "cansaço nas pernas" e teve início a via-crúcis, conhecida e anunciada, que o levaria à morte.

O médico do Pinel, diante da queixa, encaminhou-o a um cardiologista. José Cláudio, psicologicamente frágil, não suportou o mau atendimento e não mais procurou o profissional. Nada mais disse sobre os sintomas ao psiquiatra e só no dia 18/12 veio a reclamar de dores e dificuldades de andar. Havia suspeita de mielite. Começou a busca por um neurologista nos hospitais públicos do Rio. Tudo inútil. No dia 19/12, José Cláudio começou a vomitar, foi hidratado e melhorou. Na quinta, 21/12, estava com as pernas quase totalmente paralisadas e sem defecar e urinar havia mais de 24 horas. Foi levado ao Miguel Couto, onde o chefe do plantão, brincando despreocupadamente com o psiquiatra que dele tratava, apresentou-o a um paciente qualquer do hospital, dizendo: "Olhe aqui, um doutor que sabe do seu caso!" E entre "simpatias", "brincadeiras" e risinhos "vou ver o que faço", nada fez para esclarecer o caso, exceto pedir à estagiária um sumário de sangue e urina.

A equipe do Pinel e a família tentaram encontrar um outro hospital onde José Cláudio pudesse ser assistido. Impossível. Tendo de ficar onde estava, começou, então, a inacreditável queda-de-braço da equipe do Pinel com os médicos do Miguel Couto, que se recusavam a levar a sério o quadro clínico do cliente e só tinham uma preocupação: sua medicação psiquiátrica. Por fim, José Cláudio começou a perder os movimentos da mão e, na tarde de 22/12, sem sequer entrar na UTI, morreu com o diagnóstico de "insuficiência cardiorrespiratória por miocardiopatia dilatada" ao som dos jingle bells.

ao modo pelo qual a civilização ocidental tem tratado a questão da loucura.

A filosofia contemporânea colocará novos paradigmas para as ciências e para a própria filosofia, entendendo-se esta como educação em seu sentido amplo. Romperá, de certa forma, com o sujeito da modernidade, apresentando novos modelos de subjetividade e consequentemente possibilitando a revisão, o redirecionamento ou novas teorias a respeito das ciências humanas, forjando outros sujeitos, ou criticando a noção moderna de sujeito.

Ghiraldelli, no texto já referido, expõe de forma bastante clara, as críticas à filosofia do sujeito, ou seja, ao pensamento moderno que funda o sujeito e define a noção de subjetividade. Esta noção está interligada, a partir do século XVII, aos saberes e às ciências e de modo mais amplo, à cultura ocidental. A trajetória escolhida pelo autor enfoca o pensamento dos cinco demônios que fustigaram a filosofia: Darwin, Marx, Freud, Nietzsche e Wittgenstein, enfatizando os dois últimos. Nietzsche inaugura a filosofia contemporânea com a crítica à subjetividade moderna atacando o sujeito do iluminismo. Para Nietzsche o sujeito é uma ficção, uma figura da linguagem. A filosofia de Nietzsche antecipa-se à psicanálise freudiana e irá influenciar o pensamento pós

José Cláudio, o que fizeram contigo foi desumano, puramente desumano. Morrestes sem direito a réquiem, sem mesmo entender, em teu frágil desamparo, por que tudo aquilo te acontecia. Mas não morreste em vão. Tua morte denuncia a cupidez, o egoísmo e a insensatez de todos que, nesse país, se mantêm omissos no conforto tacanho de suas vidinhas pagas com a dor, a humilhação e a morte de irmãos em humanidade como tu. Aos que te viram como "louco pobre" e, por isso, te trataram como "um bicho que faia", mas que nem sente, nem sofre como "um de nós", a esses perdoa! Quanto aos que te amaram, respeitaram, trataram e quiseram bem, a esses resta guardar tua memória e fazer dela o alento e força para lutar por um mundo menos cruel e mais justo. Que Deus te dê a vida que nossa impiedade te roubou. (Costa, 1999b, p. 79-81)

moderno ou contemporâneo. Exercerá influências nos pensamentos de filósofos como Foucault e outros. A partir de Nietzsche e da compreensão de seu pensamento, poderemos reconhecer como a filosofia contemporânea se aproxima do pensamento nietzscheano e como este se coloca de forma paradigmática, estando interligado às idéias desconstrutivistas, incluindo a ciência e o saber psiquiátricos.

Por outro lado, ou se preferirmos, nesta mesma linha de raciocínio, constitui-se a identidade do que a sociedade ocidental descreve como louco, doente mental, ou pessoas cujos comportamentos são classificados como patológicos. A constituição desta identidade definirá as técnicas ou procedimentos com os quais a ciência psiquiátrica e a própria civilização ocidental tratará a questão da loucura, ou do que se define como tal.

Abordar o pensamento de Nietzsche e de Wittgenstein é uma tarefa importante para a condução do estudo ora proposto: a leitura foucaultiana e pragmatista da reforma psiquiátrica, ou do trabalho de despsiquiatrização, tendo como referências de estilo, Paulo Ghiraldelli Jr. e Jurandir Freire Costa.

O que nos interessa em Ghiraldelli Jr. é a forma peculiar de expor a crítica linguístico-moral em Nietzsche e a virada linguística em Wittgenstein. Já em Jurandir Freire Costa o nosso interesse se concentra na leitura pragmatista do pensamento foucaultiano, utilizando-se de objetos de estudo

próximos ou interligados à questão da loucura ou dos transtornos mentais, pela sua experiência enquanto médico e psicanalista. Jurandir utiliza-se de estudos sobre a sexualidade, o homossexualismo, a psicanálise, o amor, a ética, e vai, de certa forma, dissecando estes objetos, ao modo nietzscheano, foucaultiano, rortiano. Apoia-se na filosofia da linguagem, utilizando-se de Wittgenstein e de teóricos pragmatistas ou neo-pragmatistas da linguagem. As abordagens destes dois autores se complementam neste estudo .

A crítica ao sujeito em Nietzsche e Wittgenstein

O modo peculiar como Ghiraldelli Jr. trabalha com a filosofia contemporânea, ao referir-se aos cinco demônios que fustigaram a filosofia do sujeito ou filosofia da consciência pode ser explicitado da seguinte forma:

1. Darwin¹⁷ desfaz a separação entre os que têm e os que não têm consciência. O processo evolutivo é contínuo, então surge a pergunta – como posso atribuir consciência a mim mesmo?

17 A descoberta de Darwin de que o homem é apenas um elo na cadeia da evolução, e que entre um protozoário de épocas remotas e o homem, em determinado momento aparece algo como a consciência, incomoda a filosofia humanista cujas concepções de sujeito, quer em Descartes, Kant ou Rousseau, estão associadas à idéia de núcleo, autenticamente humano e ligado ao supra-sensível (Ghiraldelli Jr., 2003, p. 94).

2. Marx¹⁸ critica a afirmação de que somos seres conscientes. Quando agimos nossa consciência parece estar no comando das ações mas não está. Estão outras coisas. Em Marx o liberalismo é forjador de falsa consciência. Pode haver consciência no comunismo.

3. Freud¹⁹ refere que somos os nossos impulsos inconscientes e se estes manipulam o id e o superego, portanto enganando a consciência, como manter a idéia de vontade livre ou de ego que age como sujeito?

Nossa psique é um campo de batalha inconsciente entre desejos e censuras. O id ama o proibido; o superego quer ser amado por reprimir o id, imaginando-se tanto mais amado quanto mais repressor. O id desconhece barreiras. Vencedor, o id é violência que destrói os outros. Vencedor, o superego é violência que destrói o sujeito. Neuroses e psicoses são causadas tanto por um id extremamente forte e um superego fraco, quanto por um superego extremamente forte e um id fraco (Chauí, 1999, p. 356).

Em Freud, a psicanálise poderá oferecer respostas ou ser útil como terapia que ajudará o sujeito no autoconhecimento, visando que este não fique à mercê das forças inconscientes (id e superego).

18 "Para o marxismo, o capitalismo, em geral, e o mercado, em particular, produzem os fenômenos da reificação da consciência (a consciência tornando-se coisa) e do fetichismo da mercadoria (a mercadoria tornando-se algo vivo diante dos homens), o que transforma o homem em um ser alienado e incapaz de auto-determinação proposta pelo ideário iluminista. Com Marx, o próprio Iluminismo, por ter prometido que o homem poderia se auto-esclarecer, deveria ser visto como ideologia" (p. 95).

19 Freud ataca o humanismo ao dizer que há mais 'alguém' com o eu (o superego e o id) e portanto o eu 'não é senhor em sua própria casa' (p. 95).

Darwin, Marx e Freud, ridicularizaram a filosofia por fora, ou seja, colocaram perguntas difíceis ao humanismo e à 'metafísica da subjetividade', porém não apontaram para uma filosofia que desprezasse toda e qualquer noção de sujeito. Nietzsche e Wittgenstein corroem a metafísica. O primeiro pela crítica à noção tradicional da verdade e à moral judaico-cristã, e o segundo, por uma crítica mais direta e corrosiva à filosofia do sujeito ou filosofia da consciência (Ghiraldelli Jr., 2000, 2003).

O objeto de ataque de Nietzsche é o sujeito, demonstrando que este sujeito é frágil, atinge a certeza, base sobre a qual está fundado o discurso epistemológico ou teoria do conhecimento.

Ghiraldelli Jr. transporta a crítica nietzscheana para as suas preocupações com o ensino. Todavia deter-nos-emos na crítica à filosofia do sujeito, de base metafísica, via pela qual Nietzsche atinge o coração do humanismo.

A subjetividade moderna, segundo Descartes ou segundo Rousseau, é que dá a certeza como aval da verdade. Nietzsche quer fazer seus leitores desconfiarem da própria subjetividade e, então, a partir daí, fazer ruir todo o edifício metafísico que promove o bálsamo da alma A crítica à subjetividade faz parte desse seu Projeto. Ele a critica por meio de uma estratégia originalíssima: uma análise filosófica da moral associada a uma análise filosófica e filológica da linguagem ... Estruturamos a linguagem de um modo tal que, obrigatoriamente, pela estrutura da gramática que forjamos, colocamos um sujeito para desempenhar uma ação. ...Quando fizemos

isso? Quando passamos a viver na época imposta pela “revolução dos escravos na moral”: a época em que todos passaram a se ver livres para ser ‘bons’ ou ‘maus’. Trata—se da teoria dos fortes e dos fracos de Nietzsche ... A ficção da linguagem que cria o sujeito é algo que Nietzsche propõe para que possamos desconfiar do sujeito e da verdade que dele depende, pelo menos para a filosofia moderna. Nietzsche entende que pode desmascarar essa ficção da linguagem à medida que mostra que ela nasceu para ser utilizada em prol da paz comunitária ... e, assim, em favor de um julgamento moral do lobo — o julgamento moral dos fortes feito pelos fracos — para condená-lo e retirá-lo da vida comunitária. O sujeito é, para Nietzsche, aqui, apenas uma peça ficcional a mais na luta do fracos contra os fortes, na qual os primeiros sempre estão ganhando dos segundos por conta desses ardis — a “astúcia plebéia”, como denomina Nietzsche a inteligência dos fracos, das ovelhas, dos homens modernos e de seus médicos de almas, os filósofos modernos (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 26).

O forte não percebe o fraco porque o desdenha, mas por não enxergá-lo. As palavras bom e mau em Nietzsche têm um sentido técnico, conotação de competência, como uso pragmático de funcionamento nas quais ele acredita. O mau e fraco é incompetente tecnicamente, e não mal no sentido moral, mas ruim no sentido técnico.

Esta peça ficcional, figura da linguagem ou mera figura gramatical que é o sujeito para Nietzsche, vai sendo substancializada. A linguagem perde sua função de

comunicação para ganhar uma função metafísica. Mas ao abolir a gramática, dessubstancializamos o sujeito; o critério de verdade perde a regra - a certeza - e não há evidências, pois o "sujeito é desmascarado como uma ficção produzida por um jogo de poder - para usar uma expressão que se popularizou mais recentemente por conta do nietzschianismo do filósofo francês contemporâneo Michel Foucault" (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 30).

O sujeito nietzscheano

A crítica de Nietzsche é que o homem precisa acreditar na sua atemporalidade, na alma, no espírito, no que subsiste ao corpo, no sujeito metafísico. Assim crendo, engana a si mesmo, e toma muitas virtudes como mérito e a fraqueza como liberdade.

Calar, esperar, renunciar, crer, ser pacientes, humildes e justos são virtudes cristãs. A astúcia está aí presente, na medida em que o fraco imputa ao forte a falta destas mesmas virtudes.

O forte, ao ser imputado e ao aceitar tal imputação, ao se ver como forte, ao perceber a relação, já se enfraquece e é isto que os fracos desejam. Ao imputar culpa ao forte, agem com astúcia.

O forte, que não tem consciência de sê-lo, é potente, é força. Não é possível exigir que o fraco seja um forte, porque nem fortes nem fracos são livres para decidir.

Fortes são fortes e não têm que decidir, pois se assim o fizessem não seriam fortes, porque teriam a consciência de sua fortaleza. 'Ter consciência de'... é sinônimo de fraqueza.

A consciência remete à moral, ao valor, à ética, à não violência, à organização social, à busca de um ideal ou de sociedades idealizadas. Esta busca 'impede a vida'.

Os fracos precisam da busca do eu metafísico, da alma, de algo mais, do sentimento de impotência, da culpa, para assim seguirem sua busca incessante, e a vida não se realiza...

A natureza humana é vontade de poder que quando negada provoca ressentimentos, os quais servem de alimento para os fracos e por isso vencem sempre na luta contra os fortes.

A liberdade e a vida só se realizam para os fortes, para os que não estão em busca do 'eu' ou da 'essência'.

O sujeito em Nietzsche, sendo uma figura gramatical, uma ficção, é invalidado como homem. Ao referir que a 'tirania fortalece suas vítimas', Nietzsche é contraditório, visto que esta invalidação é seguida de um fortalecimento. Ninguém é vítima de ninguém. Todos têm seus poderezinhos. Aí está o poder que tece suas teias, como refere Foucault. Não há os destituídos de poder. Não há como barrar a vontade de potência do forte. Mas o forte não é sujeito, e sim uma construção a partir da relação fraco-forte.

Nietzsche é o velho relativista zombeteiro mencionado por Gerard Lebrun (1983) em 'O microscópio de Michel Foucault'. Zomba do homem, herdeiro do pensamento moderno, que está sempre em busca de um sujeito, seja ele um eu metafísico, imutável, nuclear, a-histórico, seja ele o eu plástico, que se altera, ou a imputação de um eu, a negação do sujeito: o sujeito fictício, figura gramatical, não metafísico, mas ainda sujeito, mesmo sendo seu oposto. Nietzsche é um ironista da condição humana.

A conotação técnica e moral atribuída por Nietzsche às palavras bom e mal pode ser vista como uma antecipação da filosofia da linguagem.

O conceito 'bom' tido como supremo é o alvo de Nietzsche ao referir-se 'que não há o que objetar a esse modo de erigir um ideal'. A busca do ideal é o refúgio, a fuga da realidade, renegação da existência. É preciso suavizar a crueza da existência humana, acreditando no que subjaz. Estes são instrumentos do homem do ressentimento, do cristão, do platonismo, do universalismo, do discurso de igualdade e justiça entre os homens para neutralizar a força. Querer que a vontade de potência não se manifeste é anti-natureza.

'O agente é uma ficção acrescentada à ação' ou seja, a linguagem é um jogo de faz-de-contas, onde podemos mudar as peças, alterando o agente: as aves de rapina (ou o lobo) comem as ovelhas ou as ovelhas são comidas pelas aves

de rapina . Não há o desencadeador da ação, não há causa e efeito. Há ação, força, impulso, vontade, querer-vencer.

Também a ciência é atacada por Nietzsche ao procurar um agente, um sujeito, um falso filho, um átomo.

Podemos ver em Nietzsche, como já nos referimos, uma antecipação freudiana do inconsciente, ao referir que ódio e vingança são natureza humana e negar a existência de tais sentimentos é fuga da vida real. Eles ardem ocultos, não é possível negá-los.

Estes sentimentos, renegados e presentes tiram proveito da crença no sujeito e imputam culpa à ave de rapina por ser o que é. A 'vingativa astúcia da impotência' se vê protegida pelos valores de justiça, igualdade, direitos, moralidade. Não por acaso, idéias ou valores do pensamento iluminista, as quais Nietzsche, como leitor do iluminismo, atacou.

Os valores cristãos que condenam a presença do mal no homem, remetem a Deus a vingança, o Deus das escrituras, um Deus vingativo. O juízo final, onde as almas serão julgadas, sem posses, sem quaisquer bens terrenos, é a vingança dos fracos pelo ultraje, pela opressão a que estão sujeitos na terra.

A crença de que o forte é livre para ser fraco, ou seja, a crença no livre- arbítrio, tem fundamento na moral dos fracos .

Para Nietzsche não há o livre arbítrio. A capacidade decisória entre ser e não ser, pois o que é, é por sua natureza e não por opção, por atitude voluntária ou desejo de sê-lo.

A oposição entre fracos e fortes, entre ovelhas e aves de rapina, é cínica, irônica, e se faz graças ao falseamento e à mentira para si mesmos, a uma farsa de idealismo, à falta de coragem para agir.

Ao referir que 'o sujeito ou falando de modo mais popular, a alma, foi até o momento o mais sólido artigo de fé sobre a terra', Nietzsche critica o pensamento rousseauiano e iluminista que remete aos direitos universais do homem, às leis que protegem os fracos, à igualdade social, à possibilidade de contrato social, ignorando ou amenizando a constatação de que a natureza humana é força e fraqueza e portanto, desigual.

O mundo das idéias de Platão, a segunda morada, a promessa de uma segunda vida, a vida verdadeira a ser usufruída no céu, poderia ser experimentada aqui na terra, pelos fortes, pelos que não fogem da vida, pelos que não procuram refúgio para suas existências brutas, amargas. Viver o real, o concreto: eis o recado de Nietzsche.

Importante se faz frisar que Nietzsche é um filósofo que foi reabilitado, após ter sido propagandeado como protofascista. A irmã do filósofo, Elizabeth Forster - Nietzsche, auxiliada por colaboradores, divulgou sua obra de forma

injustificável sob a rubrica de temas arbitrários, manuscritos oriundos de período e contextos heterogêneos, chegando, em 1933, a enviar um telegrama a Benito Mussolini, referindo ser o último um discípulo de Zaratustra, homem sonhado por Nietzsche.

Giacóia Jr. assinala que tal divulgação não absorveu totalmente o pensamento alemão, e alguns filósofos, como Heidegger, vão se ocupar do pensamento de Nietzsche.

Segundo Heidegger, Nietzsche é o filósofo em cujo pensamento a metafísica é conduzida aos limites extremos de sua possibilidade. Ao mesmo tempo que representa o extremo aprofundamento e radicalização da metafísica - levando à sua consumação e esgotamento - Nietzsche seria também um preparador de terreno para sua superação (Giacóia Jr., 2000, p.75).

A geração pós-68, que exerceu e exerce influência na intelectualidade mundial, foi decisiva na ascendência da obra de Nietzsche, cujos pensadores mais representativos podem ser citados: Gilles Deleuze, Michel Foucault, Jacques Derridá e Jean-François Lyotard (Giacóia Jr., 2000, p. 74).

Wittgenstein e a virada lingüística

O paradigma posto por Nietzsche e que na contemporaneidade vai retirando a metafisicidade do sujeito está vinculado ao que é ontológico e cosmológico. A filosofia de Nietzsche é uma cosmologia, uma física e não uma

metafísica. É a vontade de poder, da qual o homem deve se apropriar, é a natureza. Somente quando o homem deixa de viver como asceta, libertando-se da fantasia da transcendência, poderá reparar seu desejo de um além metafísico e seu rancor contra a passagem do tempo. Assim a totalidade da vida poderá ser assumida, com suas misérias e êxtases. O que deseja viver venturas não pode amputar as dores do mundo (Giacioia Jr., 2000).

Sendo o sujeito uma estrutura lingüística e não ontológica, como mencionado na citação de Ghiraldelli Jr., Nietzsche utiliza-se das palavras “bom”, “mau” e “ruim” para desenvolver sua crítica da linguagem, no quadro teórico da divisão entre fortes e fracos. Sua filosofia é sustentada por uma crítica da moral, como mencionado anteriormente.

Nietzsche pode ser visto como fazendo filosofia moral, como alguém que discute as profundezas da ética do Ocidente e da modernidade... é um filósofo da linguagem *avant la lettre*. Esse estilo de fazer filosofia é, em boa medida, um estilo que, depois, dominou a prática filosófica no século XX, principalmente entre os filósofos de língua inglesa, e o que de certo modo caracterizou o século XX como a época da ‘virada lingüística’ (*linguistic turn*) (Ghiraldelli Jr., 2000b, p.31).

O uso da linguagem como julgamento moral, bom e mal, é metalinguagem ou Linguagem. A linguagem serve à descrição dos diversos estados do sujeito, e com ele podemos alterar as circunstâncias que determinam os comportamentos, mas nem por isso podemos fazer do uso da linguagem ‘a

garantia transcendental de nossa superioridade espiritual' (Costa, 1995a, p.46).

Com Nietzsche e a análise que ele faz da linguagem, a partir de sua profissão de filólogo, o século XX passa a se caracterizar como o século da virada lingüística. Wittgenstein²⁰ é um filósofo identificado com a virada lingüística. Para ele, a linguagem é um fenômeno público. Não há a possibilidade de uma linguagem privada ou de uma aquisição privada da habilidade lingüística. "Seguir corretamente a regra de uso das palavras, frases ou sentenças, exige, desta maneira, que mais de uma pessoa conheça a língua em que tais regras funcionam, conferindo sentido ao que se diz" (Costa, 1995a, p.37).

No contexto da virada lingüística o que pode existir é a compreensão do que se diz entre os falantes de uma mesma língua, ou seja, os participantes de um mesmo jogo de linguagem.

Em Wittgenstein²¹, diante da impossibilidade da linguagem privada, não é possível a Verdade com V maiúsculo,

20 Wittgenstein, Ludwig (1889 – 1951), filósofo austríaco. ... é habitual dividir a obra de Wittgenstein num período, que culmina com o *Tractatus*, e num período posterior, que começando em 1929, tem sua mais famosa expressão nas *Investigações filosóficas*, publicadas em 1953 (as doutrinas do período posterior não foram publicadas durante a vida de Wittgenstein, e foram recolhidas de cadernos de apontamentos e de notas para cursos e conferências). Os dois períodos são dominados por um forte interesse pela natureza da linguagem, pelo modo como ela representa o mundo e pelas implicações que estas questões têm para a lógica e para a matemática (Blackburn, 1997, p 410 – 411).

21 "Wittgenstein se debruça sobre essa questão: como a palavra 'dor' funciona como o nome de uma sensação? Em geral, somos tentados a pensar que para qualquer pessoa, 'dor' adquire seu significado por meio de sua correlação com a sensação de dor privada e incommunicável de cada pessoa. O que Wittgenstein diz é que devemos resistir à tentação de ver as coisas desse modo. Sua tese é a de que nenhuma palavra adquire significado desse modo -...- O jogo de linguagem com a palavra em português 'dor' não é uma linguagem privada; outra pessoa pode muito freqüentemente saber quando uma pessoa está com 'dor'. Não é por meio de qualquer definição solitária que 'dor' torna-se o nome de uma sensação: é antes por formar uma parte de um jogo de linguagem comunitário. Por exemplo, um choro de bebê é espontâneo. É uma expressão pré-lingüística de dor; depois, gradualmente a criança é treinada por seus pais a repetir isto com a expressão

enquanto discurso fundacionalista, fundamentador do saber ou portador de um metadiscurso, capaz de sustentar o humanismo de base metafísica.

Ghiraldelli Jr. detalha a argumentação de Wittgenstein pela impossibilidade da linguagem privada.

Um dos interesses de Wittgenstein foi pela relação entre palavras, pensamentos e estados da mente. Sua idéia básica é que, na linguagem, o que nós humanos fazemos é estar em franco desempenho com jogos de palavras. As palavras, segundo ele, não podem ser entendidas fora do contexto de atividades humanas não-linguísticas nos quais o uso da linguagem é confeccionado, tramado. As palavras e suas circunstâncias comportamentais constituem o jogo de linguagem.

Palavras são como instrumentos: suas funções diferem como diferem um serrote e uma chave de fenda.

A observação dos jogos de linguagem, como Wittgenstein fez, mostra que nem todas as palavras são nomes, e que nomear não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Para se nomear algo não basta confrontar esse algo e emitir um som, porque solicitar e dar nomes é alguma coisa que só pode ser feita no contexto de um jogo de linguagem. E isto é deste modo até mesmo no caso relativamente simples de nomear um objeto material, e é claro que tudo se complica ainda mais quando se trata de nomearmos eventos e estados

convencional, a expressão aprendida de dor. Assim, a linguagem de dor é enxertada na expressão natural de dor" (Ghiraldelli Jr., 2000, p. 32-34).

mentais, como sensações e pensamentos (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 32-3).

A posição iluminista, de base cartesiana, pode levar à idéia de uma linguagem privada, ao sustentar a possibilidade da mente humana ou a alma conter uma semântica. O empirismo de David Hume, também outra grande escola de filosofia moderna, é atacado, visto que a linguagem privada, se existisse, estaria associada às palavras cujo significado estariam ligados às experiências privadas.

O sujeito cartesiano ou rousseauiano, que pensa, logo existe ou que tem fé na consciência e no coração sincero, sujeito imutável, a-histórico e metafísico seria o locus onde a linguagem privada estaria guardada. Mas em Wittgenstein, a linguagem privada é uma quimera e portanto não há o locus ou a essência (Ghiraldelli Jr., 2000b, p.35-6).

No âmbito da virada lingüística, a descrição ou redescritção pode ser vista como constituinte da subjetividade, ou alteração desta. Foucault, leitor de Nietzsche refere no volume II de 'História da Sexualidade', 'faça de sua vida uma obra de arte'. E Rorty²², filósofo pragmatista, leitor de ambos, refere-se ao sujeito como plástico e portanto passível de alterações, as quais podem ser descritas pela linguagem.

22 "Rorty, Richard (1931-) Filósofo e crítico norte-americano. Estudou em Chicago e Yale e, desde 1982, é professor de Humanidades na Universidade da Virginia. É muito conhecido como o filósofo analítico que se voltou contra aquilo que considera as categorias tradicionais de interesse nessa tradição – verdade, conhecimento objetividade – substituindo-as por uma versão pós-modernista muito própria do pragmatismo, associada a autores como Heidegger e Gadamer, onde tais tópicos foram banidos. Tendo ultrapassado tais interesses, o intelectual liberal assume uma atitude irônica e distanciada, mesmo em relação às suas próprias convicções fundamentais; a vida intelectual transforma-se numa espécie de conversa diletante; seus críticos acham que o quietismo político ou o conservadorismo sugeridos por esta posição são preocupantes. *Philosophy and the Mirror of Nature* (1979) e *Contingency, Irony and Solidarity* (1979) são algumas de suas influentes obras" (Blackburn, 1997, p. 345-46).

Deste ponto de vista é possível inventar, reinventar e constituir identidades.

Para Rorty, estratégias redescritivas estão acopladas à idéia de que o ser humano é infinitamente plástico, o que altera o julgamento moral, uma vez que algo abominável pode vir a ser algo positivo, dependendo de uma descrição alternativa. A idéia de que há seres humanos que não podem ser considerados como tais, como é o caso do louco, que em Descartes não sente, não pensa, portanto não existe, encontra em Rorty a possibilidade de, através da educação, tarefa da civilização ocidental, ter redescrito sua identidade, não como pessoas diferentes de nós, mas como mais um de nós.

Se pensarmos com Nietzsche aprenderemos a conviver com agonia e êxtase, com venturas e sofrimentos como algo perfeitamente humano. Se pensarmos com Rorty, poderemos ter um enriquecimento moral. Se pensarmos com Foucault, teremos a preocupação ética com a busca de uma forma de produzir a vida que valha a pena; forma a ser moldada de acordo com a estilística da existência.

Foucault e a noção de sujeito

Em Foucault, a formação do sujeito ou das subjetividades, ou a questão do 'quem somos nós'²³ está estreitamente ligada à palavra PODER.

23 Gros, F., Foucault e a questão do quem somos nós, vol. 7, 1995, p.175.

A genealogia do poder²⁴ tem como uma de suas teses fundamentais a produção da individualidade, ou seja, o indivíduo é um efeito do poder.

Foucault demonstra, no conjunto de sua obra que a respeito do poder há uma multiplicidade de aspectos, noção não universalizante que não se aplica a todos os objetos e que funciona como tecnologia. Não está localizado, posto que não é um objeto, mas uma relação que se distribui por toda estrutura social.

Não existem os detentores do poder e os que estão dele alijados, visto que é transitório, se exerce, se disputa, não é unilateral.

Foucault não propõe uma teoria geral do poder, pois não considera que este tenha essência ou características universais. A noção de poder como prática social constituída historicamente, aparece nas suas investigações em espaços demarcados, através de suas pesquisas em hospícios, prisões ou de seu método investigativo, como foi brilhantemente apresentado no conjunto da obra sobre a História da Sexualidade.

Termos como saber e poder que se relacionam, dispositivos, tecnologia, técnicas disciplinares, adquirem em Foucault uma metodologia, que não parte do macro para o micro-poder.

24 Machado, R., 1998, p. VII a XXIII.



Foucault não é um filósofo preocupado com o poder repressivo do Estado, com o macro poder que teria uma escala descendente, e se reproduziria. Neste sentido diverge de Althusser que considera os aparelhos de Estado como reprodutores do poder, massificadores, dominadores, sendo o Estado o macro-poder que através destes aparelhos penetra em vários setores da vida social.

Em Foucault, o poder se aplica ou se exerce através de micro-poderes, com existência própria em espaços delimitados, cujas relações se dão fora do Estado, e são constituidores dos saberes modernos, tais como a Ciência Psiquiátrica, a Medicina, a Clínica ou o Direito.

Em Foucault o sujeito é levado a se reconhecer como o louco, o presidiário, o homossexual, por técnicas e dispositivos disciplinares, através das relações de poder, ou numa linguagem nietzscheana, o sujeito é uma construção a partir da relação fraco- forte.

A cada investigação de Foucault que originaram obras como 'História da Loucura', 'Vigiar e Punir', 'História da Sexualidade' e outras, a palavra poder vai aparecendo como constituidora dos saberes e da subjetividade.

O poder disciplinar é uma técnica que insere os indivíduos em espaços de classificação e de sujeição do corpo ao tempo, no sentido de obter o máximo de rapidez e eficácia, correlacionando um gesto específico com o corpo que o produz numa elaboração temporal do ato, e ao mesmo tempo uma

técnica de controle, vigilância contínua e permanente, presente em toda a extensão do espaço, de tal forma que dela não se dê conta, que impregna de tal forma que o olhar do vigiado adquire a mesma visão de quem o olha. Desta forma o sujeito é levado a se reconhecer como tal ou qual, ou seja, o poder é produtor de individualidade como referido anteriormente.

Assim, por exemplo, quando a medicina, com o nascimento da psiquiatria inicia um controle do louco, ela cria o hospital ou hospital psiquiátrico, como um espaço próprio para dar conta de sua especificidade; institui a utilização ordenada e controlada do tempo, que deve ser empregado sobretudo no trabalho, desde o século XIX considerado o meio terapêutico fundamental; monta um esquema de vigilância total que, se não está inscrito na organização espacial, se baseia na 'pirâmide de olhares' formada por médicos, enfermeiros, serventes; extrai da própria prática os ensinamentos capazes de aprimorar seu exercício terapêutico. Mas, além de serem interrelacionadas, umas servindo de ponto de apoio às outras, essas técnicas se adaptam às necessidades específicas de diversas instituições que, cada uma à sua maneira, realizam um objetivo similar, quando consideradas do ponto de vista político (Machado, 1998, p. XVIII).

O hospício produz o louco como doente mental, a partir das relações de poder, de técnicas e dispositivos de individualização. Não se trata de destruição da especificidade da loucura, não se trata de repressão ou massificação, mas da constituição do sujeito do louco como doente mental. O poder

disciplinar fabrica este sujeito, e daí decorre a sua positividade. Este poder não destrói o indivíduo. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos.

A figura individualizada - o homem - produto do poder, surge das técnicas disciplinares, tal como o saber, especificamente as ciências humanas.

A ótica do poder em Foucault aparece diferentemente de Althusser²⁵, assim como estabelece uma demarcação em relação à filosofia marxista que situa as ciências humanas como super-estrutura ou efeito ideológico, resultante das relações de produção capitalista. A idéia de Foucault não é relacionar este campo de saber como expressão das condições econômicas, mas como tendo sua gênese em relações de poder.

A tese central do livro 'As palavras e as coisas' de 1966 é de que só pode haver ciência humana a partir do momento que as ciências empíricas (biologia, economia, filologia) e as filosofias modernas, cujo marco inicial é o pensamento de Kant, tematizaram o homem como objeto e sujeito do conhecimento (Machado, 1998, p. IX).

Para Foucault, investigar os saberes ou as ciências não remete ao sujeito do conhecimento, pois não é no sujeito que se originam, mas nas relações de poder que

25 Louis Althusser, filósofo marxista-leninista leva Foucault a aderir ao Partido Comunista em 1950. Todavia, Foucault é mais hegeliano do que Marxista. Sai do partido em 1955, mas continua ligado a Althusser. Em *Les mots et les choses* Foucault ataca o marxismo e Althusser divulga uma nota na edição inglesa de "Ler o Capital", onde refere que Foucault foi seu aluno, mas os termos que emprestou dele se transformaram em outra coisa. Embora isto tenha acontecido, continuaram amigos. (Eribon, 1990).

constituem o saber. O sujeito não é o ponto de partida e sim o ponto de chegada.

Em 'As palavras e as Coisas', Foucault considera a obra de Kant²⁶, 'Crítica da Razão Pura', como constitutiva do limiar da modernidade, designando um período entre os séculos XVIII e XIX, onde a razão é centrada no sujeito, como vimos em Descartes e Rousseau. Em Kant e na pergunta O que é a ilustração? (Was heisst Aufklärung?), abre-se no entendimento de Foucault, a tentativa de definição de uma natureza humana.

Foucault dirige a interrogação Kantiana 'O que é a ilustração?', para a questão do sujeito: 'o que é que se passa nesse momento?' 'Qual é este mundo, este momento preciso no qual vivemos?' 'Quem somos nós?'

A pergunta 'Quem somos nós?' não se dirige a sujeitos universais, mas a singularidades históricas, pois não há sujeito que não seja histórico e a determinação da historicidade daquilo que somos é ao mesmo tempo uma provocação à nossa liberdade.

Poder-se-ia pensar também em segurar, com a questão quem somos nós, o fio vermelho dos trabalhos de Foucault: quem somos nós, que para sermos nós mesmos, sujeitos dotados de razão, temos necessidade

26 "...Kant monta o seu modelo de subjetividade. Desenha um aparato subjetivo com as seguintes divisões: a *sensibilidade* como faculdade da intuição (percepção), a faculdade do *entendimento* contendo as categorias propícias para o conhecimento e, enfim, a *razão*, a faculdade que abriga as idéias puras. Tais faculdades funcionam em comum acordo, sendo que as intuições formadas na sensibilidade estão comandadas pelo entendimento, para que não se dispersem; ao mesmo tempo, as intuições fornecem o material empírico para o entendimento. A razão por sua vez, canaliza as atividades do entendimento, de modo que este também não se disperse nem se sinta perdido ao se movimentar com suas categorias. Esse conjunto funcionando, verificado em todas as suas atividades pela *apercepção* (percepção é diferente de *apercepção*), que é um tipo de "eu penso" contínuo, é definido como a unidade do sujeito kantiano" (Ghiraldelli, 2003, p. 66-7).

de confinar os loucos? (História da Loucura), quem somos nós, que para sermos nós mesmos, construímos fortalezas para delinquentes?: (Vigiar e Punir). Dir-se-á então que a marca de Foucault é repetir a interrogação Kantiana curvando-a na direção do quem somos nós, ou seja, é preciso sim dizer isto, enfrentar esta palavra, no sentido de uma busca de identidade (Gros, 1995, p. 177-78).

Buscar identidade em Foucault é polêmico, pois se de um lado não mais se trata de estatuir sobre a ontologia do sujeito do conhecimento, mas sobre a identidade do sujeito histórico, por outro, as suas investigações sobre a sexualidade constituem-se num esforço de ultrapassar a problemática identitária, para colocar a identidade como questão.

Não se trata pois, de historiar como se foi construindo a identidade do doente mental, da mulher, dos homossexuais, mas de se colocar a questão: porque estes necessitam de identificação? Porque a sexualidade precisa se confessar? Através de que mecanismos, de que dispositivos de poder isto acontece?

Assim, a questão do sujeito aparece na 'História da Sexualidade', 'A vontade de saber', uma das últimas obras de Foucault, como uma preocupação não com o presente, ou seja, com o diagnóstico do presente, do quem somos nós hoje, mas preocupação ética de que buscas podemos empreender, que experimentos podemos realizar, como podemos moldar nossa existência.

Comentar 'A vontade de saber', renderia alguns bons livros, visto que no entendimento do bibliógrafo Didier Eribon, este parece concentrar todo o pensamento foucaultiano. Limitemo-nos, portanto, a considerar os comentários do mesmo e do próprio autor, Michel Foucault.

Em 'A vontade do saber', Foucault incita ou fala de economia, política, de liberalismo e gestão das populações, sobre biopolítica, repressão, liberação, marxismo, psicanálise, Freud e Lacan; questiona o que separa o normal do patológico; a perversidade sob o olhar da psiquiatria; o direito, a lei, a norma; o cristianismo e os pecados da carne.

A economia dos corpos para servir ao sistema capitalista: 'Trabalhem, não façam amor'. Ou 'onde existe poder, existe resistência'. Resistência que não é anterior ao poder que ela enfrenta, mas coextensiva e contemporânea a ele. Resistência móvel, inventiva e produtiva, tanto quanto o poder. Esta é a ótica da política em Foucault. O filósofo usa metáforas guerreiras, tais como tática, estratégia, relações de força ou de poder, diferentemente dos marxistas, que ao falarem de luta de classes, preocupam-se mais com as classes e o que estas englobam, do que com a luta (Foucault, 1998f, p. 243-76).

Foucault insiste num ponto: O poder vem de baixo, quer dizer, não existe no princípio das relações de poder e como matriz geral uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, refletindo-se essa dualidade de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais

restritos até as profundezas do corpo social. Antes, deve-se supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte para grandes efeitos de clivagem que percorrem o conjunto do corpo social (Eribron, 1990, p.252).

A esta colocação 'o poder vem de baixo', corresponde um marco, uma posição diante das categorias marxistas de dominadores, dominados, exploradores, explorados. Foucault recusa o rótulo de freudo –marxista e toda sua obra reflete direta ou indiretamente esta posição, que muitas vezes tem confundido alguns de seus comentadores ou leitores. A crítica a Freud e Marx é flagrante no pensamento foucaultiano.

Um dos pontos importantes do livro 'A vontade de saber' está na ruptura com a psicanálise, e em especial com a psicanálise lacaniana. "Ruptura com Lacan, mas também com todos os que se opõem a suas análises: ideologias da liberação, freudo-marxismo, teorias do desejo, legados de Sade e Bataille. São doutrinas contraditórias, mas solidárias umas às outras, explica Foucault: estão presas nos mesmos 'dispositivos de saber e poder'" (Eribron, 1990, p. 253).

—▷ Foucault recua no tempo, percorrendo as doutrinas cristãs da confissão para dizer que nos manuais de penitência da Idade Média e do século XVI não se descreviam práticas de confissão sobre o sexo, sobre a verdade do sexo. Isto é constatado pouco a pouco, a partir do protestantismo, da

contra-reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, quando uma explosão de discursividades tomam forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política: a confissão sexual é extraída em formas científicas, com esquemas de regularidade. E o que Foucault faz é identificar através de que processos, de que aparelhagens de poder o sujeito se forma e qual o formidável trabalho de sujeição que a cultura ocidental efetua através dos séculos (Eribon, 1990).

A parte final do livro 'A vontade de saber' possibilita uma apropriação do pensamento foucaultiano e as dúvidas que suscitaram, as controvérsias e as pontuações de Foucault a respeito, apareceram em entrevistas ou debates através de textos da coletânea 'Microfísica do Poder' ou em outros comentários.

Esta é a etapa final do que pretendemos expor até o momento do pensamento foucaultiano e da noção de sujeito, o que certamente contribuirá para a leitura pragmatista deste pensamento, efetuada por Jurandir Freire Costa, e ainda, para a compreensão da história do movimento de reforma psiquiátrica nesta mesma ótica.

Repressão e liberação sexual em Foucault, aparecem, não como algo contraditório, mas como coextensão, tal como colocado anteriormente a respeito do poder e da resistência. "Não acreditar que dizendo sim ao sexo se está

dizendo não ao poder; ao contrário se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade” (Foucault, 1997a, p. 147).

Foucault se utiliza da fala de D. H. Lawrence, para dizer que atualmente nossa tarefa é compreender a sexualidade. A compreensão do instinto sexual importa mais do que o ato sexual, numa alusão direta, crítica e irônica à psicanálise.

A crítica ao cartesianismo, uma certa ironia para com o capitalismo e o marxismo e uma crítica mais dura ainda à psicanálise podem ser identificadas na transcrição abaixo, finalizada com uma preocupação ética e esperança utópica.

Talvez um dia cause surpresa. Não se compreenderá que uma civilização tão voltada, por outro lado, para o desenvolvimento de imensos aparelhos de produção e de destruição tenha achado tempo e infinita paciência para se interrogar com tanta ansiedade sobre o que é do sexo; talvez haja quem sorria lembrando que esses homens que teremos sido, acreditavam que houvesse desse lado uma verdade pelo menos tão preciosa quanto a que tinham procurado na terra, nas estrelas e nas formas puras do pensamento; talvez cause surpresa a obstinação que tivemos em fingir arrancar de sua obscuridade uma sexualidade que tudo – nossos discursos, nossos hábitos, nossas instituições, nossos regulamentos, nossos saberes – trazia à plena luz e refletia com estrépito. E se perguntará por que quisemos tanto suspender a lei do silêncio sobre o que era a mais ruidosa de nossas preocupações. O ruído, retrospectivamente, poderá parecer desmesurado, mas,

ainda mais estranha, nossa obstinação em descobrir nele somente a recusa de falar e a ordem de calar-se . Interrogar-se-á sobre o que pôde tornar-nos tão presunçosos; porque nos atribuímos o mérito de termos, primeiro que todos, emprestado ao sexo, contra toda uma moral milenar, a importância que dizemos ter e como pudemos glorificar-nos por nos termos liberado enfim, no século XX, de um tempo de longa e dura repressão – o tempo de um ascetismo cristão prolongado, desviado, avaramente, impertinentemente utilizado pelos imperativos da economia burguesa. E lá, onde hoje vemos a história de uma censura dificilmente suprimida, reconhecer-se-á, ao contrário, a lenta ascensão, através dos séculos, de um dispositivo complexo para nos fazer falar do sexo, para lhe dedicarmos nossa atenção e preocupação, para nos fazer acreditar na soberania de sua lei quando, de fato, somos atingidos pelos mecanismos de poder da sexualidade. ... E devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustêm seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de votar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras. ... Ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa 'liberação' (Foucault, 1997a, p. 147).

Atentemos agora para os termos 'dispositivo', 'confissão' e 'liberação' mencionados no texto e debatidos por Foucault em entrevistas e conferências, o que facilitará o

entendimento do sujeito em Foucault enquanto experimento, enquanto obra a ser moldada.

O termo dispositivo em Foucault teria um sentido, uma função metodológica. Indagado a este respeito, no texto 'Sobre a História da Sexualidade', interno à coletânea 'Microfísica do Poder', Foucault refere:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da

absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose (Foucault, 1998f, p.244).

Foucault acresce a esta estrutura de elementos heterogêneos, dois momentos essenciais que definiriam o dispositivo como gênese: predominância de um objetivo estratégico que engloba dois processos – o de sobredeterminação funcional e o de preenchimento estratégico. Entende-se por sobredeterminação funcional a relação de ressonância ou de contradição que exige rearticulação e reajustamento dos elementos heterogêneos, para cada efeito positivo ou negativo, desejado ou não. Por preenchimento estratégico o filósofo entende o espaço vazio que passa a ser ocupado, quando um dispositivo estratégico é desencadeado. Ou melhor dizendo, o desencadeamento de um dispositivo estratégico, traria consigo um espaço vazio, que seria preenchido também estrategicamente, de forma positiva ou negativa. Por exemplo: a prisão ou isolamento de um meio delinquente faz surgir a organização da prostituição (Foucault, 1998f, p. 245).

Quanto à confissão, Foucault traça uma linha da Idade Média até Freud – ou a psicanálise – onde as confissões dos pecados da carne, do homossexualismo, da masturbação, vão sendo substituídas por técnicas mais refinadas, “técnicas

médicas brutais, do tipo: ande, conte-nos sua história, conte-a por escrito...." (p. 263).

Esta idéia de confissão estaria associada ao conceito de verdade, mas não de forma redutiva, ou seja Foucault não pretende reduzir ao mesmo, os confessores e Freud. Pretende, isto sim, mostrar melhor as diferenças. Exemplifica com a questão da masturbação nos meninos e nas meninas, onde a instituição pedagógica funciona de forma diferente para um e outro, sendo, no caso dos meninos, descrições mais detalhadas.

A história da sexualidade, para Foucault e o pensamento francês, atinge seu ponto culminante com a psicanálise. A relação entre sexo e verdade tem, na psicanálise, um privilégio absoluto.

Na conclusão do volume I de 'História da Sexualidade', Foucault refere que a crença no dispositivo é esperançosa para a nossa 'liberação', o que pode ser melhor explicitado quando o pensador responde à questão sobre os movimentos de liberação:

o que eu gostaria precisamente de mostrar, em relação a tudo que atualmente se diz a respeito da liberação da sexualidade, é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar. O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes à esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso

que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade. Com efeito, é como reivindicação de sua especificidade sexual que os movimentos aparecem no século XIX. Para chegar a quê? Afinal de contas, a uma verdadeira dessexualização...a um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem, etc., que são não mais esta espécie de determinação e de fixação a seu sexo, que de certa forma elas tiveram politicamente que aceitar que se fazer ouvir. O que há de criativo e de interessante nos movimentos das mulheres é precisamente isto (1998f, p.268).

Para o filósofo, enquanto os homossexuais continuam presos na reivindicação dos direitos de sua sexualidade, na dimensão sexológica, as mulheres têm objetivos mais amplos em relação ao corpo social, do ponto de vista econômico e político. Movimento de mulheres, de homossexuais femininos ou homossexuais masculinos, são movimentos de liberação.

Desta forma, talvez, fique mais fácil a compreensão dos dispositivos da sexualidade, por traz dos quais estaria a nossa liberação, como finaliza Foucault em 'A Vontade de Saber'. Esperança utópica e inventiva, útil a todos. Trata-se de uma prévia leitura pragmática do pensamento foucaultiano .

Compreender a genealogia do poder e a formação do 'sujeito', o poder como produtor de individualidade, o 'sujeito' como efeito do poder, e através de

que dispositivos este se constitui é um passo a mais na direção da compreensão do 'sujeito' para o pragmatismo, pois 'as estratégias redescritivas' na linguagem pragmatista guardam uma aproximação com a noção de estratégia em Foucault, uma estratégia sem estrategista, ou seja, o poder utiliza-se de mecanismos e instituições, elaborando grandes estratégias, sem que por este motivo se precise supor um 'sujeito'.

Parece-nos que fica então respondida a questão do 'sujeito' em Foucault, como um produto do poder. Conclusão aparentemente simplista, que traz consigo um modo de pensar brilhante e polêmico.

O 'sujeito' no pragmatismo: rede lingüística de crenças e desejos

A utopia tem sido a preocupação de diversos filósofos, cujo desejo é o de um mundo melhor, livre, onde o homem não seja escravo do próprio homem. De certa forma, todos querem que 'a vida se realize', para usar um termo nietzscheano.

Ghiraldelli Jr., no texto 'Para ler Richard Rorty e sua filosofia da Educação', faz uma distinção didática entre teoria e utopia. No texto o autor refere que: "A utopia diz como gostaríamos que as coisas fossem. A teoria diz como elas são" (Ghiraldelli Jr., 1997, p.9).

Expondo o pensamento de vários autores sobre o assunto, Ghiraldelli Jr. nos fala de encaixar elementos teóricos de autores que abolem a utopia, ou mesmo a ridicularizam, de forma a completar e tornar mais ricos os arcabouços teóricos – utópicos e Jurandir Freire Costa propõe a leitura do pensamento de filósofos como Foucault - que não se preocupam com a utopia - de forma pragmática e humanamente útil (Costa, 1995b, p. 138).

Ao optar pelo projeto pragmático, Ghiraldelli Jr. aborda o filósofo Richard Rorty e sua forma peculiar de ver teoria e utopia. O filósofo pragmatista ou neo-pragmatista não descarta a teoria, mas confere-lhe menor importância enquanto fundamentadora de uma utopia. Muitos desejam a teoria fundamentadora por produzir um certo alívio quando algo dá errado e precisa ser explicado.

‘Sobre-filosoficação’, no entender de Rorty é perigoso, é conduzir a teoria com T maiúsculo de forma que esta dê suporte à utopia.

Rorty argumenta que esta não é a melhor forma de fazer filosofia, pois não ajuda no avanço de fazer política e educação, tidos como instrumentos na luta dos fracos contra os fortes. O que Rorty e outros desejam, como Dewey por exemplo, é a sociedade democrática como sendo a nossa utopia. E como podemos, pela educação democrática, com argumentos pragmáticos, conseguir isto? (Ghiraldelli Jr., 1997, p. 18).

Rorty dá a resposta:

Podemos expor, exaustivamente, não razões teóricas, mas narrativas, argumentos racionais e motivos emocionais de modo a convencer os outros a optarem pela nossa utopia porque ela lhes trará vantagens. Podemos conseguir inúmeros argumentos e podemos contar inúmeras histórias de modo a colaborar para que uma pessoa se 'redescreva' e assim se veja como inserida, vantajosamente, na história de uma sociedade que se democratiza, o que pode levar tal pessoa ao acolhimento da utopia democrática (Ghiraldelli Jr., 1997, p. 15).

Falar de redescrição ou de estratégias redescritivas é falar da subjetividade, do sujeito rortiano ou do 'sujeito' do pragmatismo, e é ainda fazer a leitura do dispositivo estratégico de Foucault, ao modo pragmático, objetivando preencher através do arcabouço teórico deixado por Foucault, nossos desejos de efetivação da utopia, possibilitando por exemplo ao louco ou ao doente mental, novas formas de ser e de existir, de fazer da vida 'uma obra de arte'.

O 'sujeito' do pragmatismo rortiano é o sujeito plástico, que se altera, e portanto possui capacidades ilimitadas de transformação. As alterações ocorrem por estratégias redescritivas ou por laços discursivos, como efeito da linguagem. Pela via da filosofia política, com Rorty, ou da filosofia da linguagem, com Rorty, Wittgenstein e outros, é possível a tarefa educativa de mudarmos a nós mesmos e à sociedade em que vivemos.

A subjetividade sob a ótica do pragmatismo

Ghiraldelli Jr., no texto 'Para ler Richard Rorty e sua filosofia da educação', expõe a perspectiva pragmática da subjetividade em Rorty enfocando a questão filosófica, retomando o sujeito platônico, o sujeito do pós-kantismo, abarcando o sujeito do pragmatismo. Os objetivos de Ghiraldelli Jr. são claramente educacionais.

Jurandir Freire Costa faz um outro percurso. Ao tratar da identidade homossexual, cruza o discurso pragmatista utilizando-se de Wittgenstein, Rorty, Davidson, Quine e outros, porém abarca também o tema do sujeito em Freud, como coincidente com a própria teoria psicanalítica. Trata também da questão da pragmática da linguagem e subjetividade, nas relações com a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise (Costa, 1994, 1995a).

Tentaremos compor estas abordagens como referências à compreensão da subjetividade para o pragmatismo, visto que tanto do ponto de vista filosófico quanto psicológico e psicanalítico, ocorre um enriquecimento do assunto.

Ghiraldelli Jr. expõe a descrição de Rorty sobre a subjetividade e as maneiras pelas quais podemos modificá-la, através de estratégias redescritivas.

O eu platônico, a-histórico, imutável, é constituído por um eu animal, que está em contato com o mundo material, por meio dos sentidos e um eu imaterial, eu nobre.

Para o pós – kantismo, o eu ou a subjetividade é visto como três esferas concêntricas, que consistem nas crenças e desejos empíricos e contingentes, crenças e desejos necessários a priori, e que constituem a camada exterior. Por fim está o núcleo, a residência do imutável.

No seu íntimo o homem não pode vir a ser alterado, nem por ele mesmo nem por ninguém, pois tanto o eu nobre, em Platão, como o núcleo das três esferas concêntricas nos pós – kantianos, estão para além do mundo humano, histórico e natural (Ghiraldelli Jr., 1997, p.22).

Rorty traça o homem mais plástico e portanto, passível de alterações ilimitadas, o que na abordagem de Ghiraldelli oferece possibilidades de intervenção para a pedagogia e para a educação.

Num sentido amplo, a pedagogia e a educação seriam tarefas da nossa civilização, penetrando em todas as áreas do conhecimento, possibilitando múltiplas intersecções ou interfaces.

Em sua exposição sobre o modelo de subjetividade proposto por Rorty, Ghiraldelli Jr. coloca dois passos estratégicos: o holístico, que situa o homem no campo natural e desencantado²⁷ vivendo situações de regularidades e

27 Trata-se de uma realidade 'desencantada' nos termos de Max Weber, ou seja, é uma realidade que segue leis e que é vista como não alterável por intervenção mágica, mítica, religiosa etc (Ghiraldelli Jr., 2000, p 53).

contingências, como relações causais; e o indivíduo, enquanto imerso no mundo natural, observado por seu comportamento e não por introspecção (perspectiva da terceira pessoa). Nesta ótica os eventos que ocorrem dentro do seu corpo são tomados como similares aos que ocorrem fora, e daí a idéia de causas internas da conduta do ser humano.

Nesta perspectiva Rorty despreza a consciência, já que a introspecção ou visão interior, a forma como cada um se vê e se descreve pode ser também aprendida, treinada por um observador. E quem seria este observador: os educadores, os profissionais de saúde mental, as pessoas cooptadas pelos ideais democráticos e convencidos da possibilidade de concretização da utopia democrática ou da concretização da reforma psiquiátrica, para nos aproximarmos do tema deste estudo.

O homem pode aprender a se descrever, a descrever seus estados internos. "Assim feito... podemos definir o sujeito rortiano como a rede de crenças e desejos que devemos postular como causas internas da conduta lingüística de um organismo" (Ghiraldelli Jr., 1997, p.24).

Não há o lugar destas crenças especiais, o locus, o núcleo intocado, pois o sujeito individual não detém crenças e desejos intocados, sem ser tocado por outras crenças e desejos. O homem imutável, a-histórico, o mundo das idéias de Platão onde estaria o eu perfeito desaparece.

Desaparece a noção de subjetividade que deu lugar à idéia de natureza humana. Desaparece o Homem,

o que Foucault anunciou. E também, como Foucault disse, se não há o Homem, então a filosofia crítica pode ser tomada não como tendo a tarefa de circunscrever os limites do conhecimento do objeto, mas pode ser tomada como a busca das condições para transformarmos o sujeito, para transformarmos a nós próprios (Ghiraldelli Jr., 1997, p. 25).

Aqui há o cruzamento da teoria e utopia, porém retirando a força fundamentadora da teoria com T maiúsculo e substituindo-a por estratégias redescritivas, que são estratégias conversacionais e educacionais eficazes, utopia escolhida, determinada: a utopia democrática.

As estratégias redescritivas não se traduzem simplesmente por dizermos que 'somos todos irmãos', mas por criarmos novos vocabulários. Historiadores, antropólogos, cientistas sociais e outros profissionais são chamados a reescreverem ou redescreverem a história ou a contarem de modo mais rico e edificante. Artistas, romancistas, bons jornalistas, diretores de cinema, poderiam narrar as dificuldades de vários grupos. Filmes que narram situações de preconceito contra negros, homossexuais, mulheres, doentes mentais ou outros, são bons exemplos para demonstrar a crueldade que existe em relação a estes grupos e sinalizam gestos de solidariedade ou busca de mais direitos, exemplos de alternativas dignas, que despertem sentimentos, a favor da auto-estima dos mesmos.

Isto significa busca de novas linguagens, a ampliação das possibilidades de satisfação para estes grupos, ações a favor da tolerância, da popularidade de um discurso que vai adquirindo autoridade semântica, e conseqüentemente valor de verdade: a possibilidade de casamento entre homossexuais como algo satisfatório; a possibilidade de residências na comunidade para egressos de hospitais psiquiátricos que foram internados sem critérios e arbitrariamente esquecidos nos manicômios; a visão de que os negros contribuíram para o enriquecimento da nação, quer econômico ou cultural.

Esta edificação do sujeito vincula-se à pragmática da linguagem, porém não mero discurso que pode ser confundido com artimanhas, mas utilização, reutilização, invenção e reinvenção da linguagem, descrições de formas de vida até então impensadas, trabalho educativo: formando, educando, treinando democraticamente. Entendimento da democracia não como um sistema de governo, mas como atitudes de vida, regras de vida úteis para todos.

O modelo platônico – kantiano de definição do sujeito exposto na obra de Ghiraldelli Jr. é a matriz intelectual do eu ou do Ego como sistema de representação ou Ego como dispositivo automático das excitações, em Freud, segundo Jurandir Freire Costa (1995a). O sujeito racional, cartesiano, dividido entre mente e corpo, se encarregaria de policiar ou controlar estímulos sensoriais indesejáveis. Este modelo de eu,

transcendental, é capaz de decidir racionalmente o que convém à alma ou ao corpo. Nesta ótica freudiana o sujeito é uma relíquia metafísica.

Porém Freud, ainda segundo Jurandir Freire Costa, é inovador, por outro lado, ao referir que o sujeito é simplesmente um nome coletivo dado à pluralidade identificatória de que somos feitos. 'Ideal do eu', 'Superego', 'Ego narcísico', 'Ego ideal', 'Objeto internalizado', 'Outro no interior do sujeito' compõem um set articulado, na linguagem ortiana. Somos um produto de decantação de nossas identificações com outros, segundo Freud, ou a história de laços discursivos com outros sujeitos ou com o mundo material. O sujeito é linguagem ou efeito da linguagem e todos os seus elementos constitutivos dependem da linguagem para afirmar suas 'características subjetivas'.

A definição do 'sujeito' ortiano como 'set articulado de crenças e desejos postulado como causa interior de nossos atos lingüísticos' aproxima-se da teoria freudiana do sujeito, não como homúnculo, mas como inúmeros homúnculos que interagem de modo conflitivo ou não, conforme as intenções implicadas nas teias de crenças e desejos de que somos feitos. Há uma rede lingüística que forma o 'sujeito' ou seja "o sujeito é um tecido de quadros lingüísticos coerentes que são causas ou razões, conscientes ou inconscientes, de nossas ações ou estados psíquicos" (Costa, 1995a, p. 44).

Para explicar que linguagem é esta que forma o 'sujeito', Jurandir Freire Costa lança mão da teoria pragmática da linguagem.

Não existe a Linguagem com L maiúsculo como domínio ontológico, metafísico, fundadora dos atos de fala, mas a linguagem como um tipo de reação de nossa espécie biológica à variação dos contextos de vida.

A preocupação moral de ver na Linguagem uma entidade metafísica, contendo uma essência, capaz de nos separar de outros seres vivos e garantir nossa superioridade nada tem de ilegítimo, porém não precisamos dela para distinguir o que é bom e mal e nem precisamos apelar para esta Linguagem transcendental como garantia de nossa superioridade espiritual (Costa, 1995a, p. 46).

A linguagem, na perspectiva pragmática, é a soma dos atos de fala contextualmente produzidos, e seu uso recria sentidos novos para velhos vocabulários, ou cria novos vocabulários, interpreta o aparecimento do novo, confere ao sujeito uma realidade linguística sem que a subjetividade contenha algo de fixo ou imutável, mas passível de descrições, redescrições ou ainda descrições alternativas. A teoria freudiana de contingência do sujeito e a teoria wittgensteiniana de contingência da linguagem possibilitam este tipo de interpretação da teoria pragmática, definindo o sujeito como rede lingüística de crenças e desejos.

Como conclusão preliminar podemos dizer que homossexuais, doentes mentais ou loucos, negros, e outros grupos discriminados podem ser descritos como sujeitos morais, com múltiplas identidades, sujeitos contingentes, mutáveis, passíveis de transformação, de alterações, de redescrições, por meio de narrativas eticamente relevantes, aceitáveis, defensáveis e desejáveis num determinado contexto social, o contexto democrático, sem o qual não há liberdade. Quando há liberdade, há criação, inventividade, possibilidade de surgimento do novo, do alternativo em substituição ao velho, ao que não está bom, ao que não serve mais.

Nosso propósito ao demarcar o pensamento moderno de base iluminista e a quebra de paradigma da modernidade, iniciada por Nietzsche e seguida por outros como Freud e Wittgenstein e mais recentemente Foucault e Rorty, foi apontar a pedagogia que deveria nos conduzir e pontuar os paradigmas postos à modernidade. A filosofia contemporânea ao questionar a noção de 'sujeito' ou ao postular esta noção como um 'organismo' – rede de crenças e desejos – alterará a lógica conferida à ciência psiquiátrica.

Esta linha divisória está diretamente relacionada à questão do humanismo, à visão do sujeito e à formação da subjetividade e ainda à questão da formação ou constituição da ciência e do saber médico –psiquiátrico, seu progresso e sua utilidade.

Se para Nietzsche não é possível o livre arbítrio ou a responsabilidade pelos próprios atos, conforme exposto anteriormente, visto que o 'sujeito' é uma ficção ou figura da linguagem; se para Foucault o 'sujeito' é um efeito do poder, e para Rorty a rede de crenças e desejos que devemos postular como causas internas de um organismo, então a identificação do doente mental como 'sujeito' e a própria necessidade de identificação serão abaladas. A noção de 'sujeito' plural colocará à ciência psiquiátrica, por exemplo, indagações sobre as classificações patológicas das doenças mentais - um eu dividido sob o rótulo da esquizofrenia - ou a culpabilização pela impossibilidade da responsabilidade pelos próprios atos, visto que a noção de unidade e de indivisibilidade do 'sujeito' se perde nas variantes históricas.

Nem mesmo ao hospital psiquiátrico - instrumento de unificação forçada - será possível estabelecer esta unidade. As tecnologias brandas, como as usadas por Pinel²⁸ não reconduzirão o doente mental ao reino da razão.

A pragmática da linguagem coloca uma questão relevante às ciências, tais como a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise: para quê? Ou seja, qual sua utilidade para todos e para cada um? Esta questão percorre grande parte da obra de

28 Pinel reuniu três dimensões que qualificará o alienismo: a classificação do espaço institucional, arranjo nosográfico das doenças mentais, imposição de uma relação específica de poder entre médico e doente, o 'tratamento moral'. Através da estratégia da ordem, Pinel funda a 'reforma administrativa' e toda uma prática asilar voltada para o isolamento terapêutico, a reordenação da experiência humana num novo laboratório social - o asilo - e a implantação da relação de autoridade entre médico, seus auxiliares e os doentes, a quem estes devem absoluta fidelidade. Afastando o indivíduo do seu meio familiar e das relações profissionais, onde estaria sujeito à agitação por tudo que o rodeia; atribuindo ao mundo 'normal' o lugar de reprodução da desordem e ao asilo o local coextensivo da razão, onde o indivíduo, o doente, poderá ter reprogramada sua vida, e o tratamento moral como estratégia da relação de autoridade entre médico, auxiliares e seus doentes, o asilo terapêutico sintetiza o pensamento alienista. (Castel, 1978)

Jurandir Freire Costa, através de sua leitura pragmática da obra de Foucault e dos próprios pragmatistas ou neo-pragmatistas.

Questionamentos desta ordem serão tratados na seqüência, quando descreveremos as práticas psiquiátricas e as propostas de alteração destas práticas, assim como ações educativas e formadoras de novas subjetividades, enquanto tarefa da nossa civilização.

'História da Loucura' e Despsiquiatrização

A descrição histórica, não poderá prescindir da relevância filosófica sobre a construção cultural do tema da loucura, exposto na obra 'História da Loucura' de Foucault e que representou um ponto de convergência para muitos estudiosos da psiquiatria que vinham questionando esta ciência e seu modelo de atenção.

Embora Foucault não tenha participado diretamente ou com intensidade dos movimentos anti-psiquiátricos, manteve contatos com esta corrente e outras, como a psiquiatria democrática italiana. Os nomes mais conhecidos são Szasz, Laing, Cooper e Basaglia.

A recepção da obra de Foucault com o título inicial de 'Loucura e Desrazão' provoca diversas reações e

comentários no meio intelectual francês. Derridá²⁹ reduz a obra de Foucault a uma condição estritamente filosófica e de crítica ao racionalismo. Entre os psiquiatras a acolhida se deu sob um ângulo diferenciado, pois estes estão desenvolvendo novos experimentos nas instituições psiquiátricas, principalmente os ingleses (Eribron, 1990).

Robert Castel aponta que a obra inicialmente tem um caráter acadêmico, seguindo uma linha epistemológica que “questiona a pretensão de verdade dos discursos científicos e suas condições de possibilidade aquém do limiar de reflexividade a partir do qual a história clássica das ciências se desenrola como uma interdependência de puras produções da mente” (Eribron, 1990, p. 131).

Castel refere que no início dos anos 60 a obra de Foucault não tem um caráter prático sobre a psiquiatria e a loucura. Somente “depois de 1968 e do desenvolvimento das ‘lutas setoriais’, como se dizia na época – prisão, psiquiatria, etc – o livro é literalmente encampado por movimentos sociais que farão uma leitura muito diferente e lhe darão um alcance político que ele não tinha quando de sua publicação” (Eribron, 1990, p 131).

Colocando a questão da verdade e do poder, da dupla poder-saber, Foucault deixa no texto ‘A Casa dos Loucos’, interno à ‘Microfísica do Poder’, o problema que se

29 “Derridá, Jacques – pós-modernista francês e líder do movimento desconstrutivista, nasceu na Argélia e foi professor de filosofia durante mais de 20 anos na École Normale Supérieure. A obra de Derridá provém da tradição de Husserl e de Heidegger” (Blackburn, 1997, p. 94).

coloca no trabalho de despsiquiatrização, e demonstra não estar alheio ao movimento anti-psiquiátrico.

A desmedicalização da loucura é correlata deste questionamento primordial do poder na prática anti-psiquiátrica. A oposição entre esta e a despsiquiatrização, que me parece caracterizar tanto a psicanálise quanto a psicofarmacologia pode ser medida pelo fato de que ambas relevam preferencialmente de uma medicalização excessiva da loucura. E no mesmo instante se encontra aberto o problema da eventual libertação da loucura em relação a esta forma singular de poder – saber que é o conhecimento. É possível que a produção da verdade da loucura possa se efetuar em formas que não sejam as da relação de conhecimento? Problema fictício, dirão, pergunta que só tem seu lugar numa utopia. De fato, ela se coloca concretamente todos os dias a propósito do papel do médico, do sujeito depositário do estatuto do conhecimento, no trabalho de despsiquiatrização (Foucault, 1998c, p 128).

Na reedição da obra 'História da Loucura', datada de 1972, Foucault adiciona um 'não-prefácio', hesitando em alinhar sua obra com o movimento anti-psiquiátrico, alegando que um autor não tem de prescrever o uso adequado de um livro (Eribron, 1990).

Este mesmo Foucault, dará outras versões à questão 'das anti-psiquiatrias que atravessaram a história da psiquiatria moderna'. Trata-se de um saber mais qualificado, de articulação do diagnóstico e da terapêutica, de conhecer a

natureza da doença e suprimir-lhe as manifestações ou sintomas. O poder médico se mantém, sem ter que encontrar a loucura, ao que denomina de psiquiatria de produção nula, indicando duas formas: a psico-cirurgia e a farmacologia. A psicanálise também é alvo do ataque de Foucault no mesmo texto, como uma retirada para fora do asilo, reconstituindo-se o poder médico no divã do psiquiatra, na transferência para o próprio doente da tarefa de produzir sua loucura. Se a farmacologia anula a produção da verdade da loucura, a psicanálise adequa esta produção ao poder médico. Foucault é claro: a antipsiquiatria se opõe a estas duas formas de despsiquiatrização. Já não se questiona o saber ou a verdade dos discursos científicos, mas o poder médico (Foucault, 1998d, p.123-26).

A anti-psiquiatria se coloca dentro do asilo e com ele estabelece uma luta contínua: a luta contra o poder institucional. Na verdade Foucault terá a consciência de estar falando de poder, em 'História da Loucura', bem mais tarde, com as lutas de 1968. Antes, ninguém na esquerda ou direita se colocava isto. O poder sempre estava no outro, colocado em termos jurídicos ou como aparelhos de Estado, na linguagem marxista.

...o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários, de totalitarismo; no capitalismo ocidental era denunciado pelos marxistas como dominação de classe, mas a mecânica do poder nunca era analisada.... Para dizer as coisas mais simplesmente: o internamento

psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais, têm, sem dúvida, uma importância muito limitada se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são sem dúvida essenciais (Foucault, 1998b, p 6).

A formulação da problemática do poder e a constituição dos objetos de análise em Foucault têm uma abordagem genealógica, onde a constituição do sujeito se dá na trama histórica. É nesta mesma trama que se constitui a figura do louco, do desatinado, transformado em doente mental, com o nascimento do asilo.

A loucura, no decorrer do tempo, vai lançando raízes na moral, no direito e na ética. Mas não foi sempre assim. Antes disso, foi objeto de sátira moral através da literatura. Em Erasmo e Brant, a loucura foi considerada no universo do discurso, aparecendo como experiência no campo da linguagem (Foucault, 1999).

Ainda tomando como referência a 'História da Loucura', Foucault refere que a literatura do final do século XVI e começo do XVII aponta para uma loucura relativa à razão, ou uma das próprias formas da razão.

Como manifestar-se-ia a razão sem o seu paradoxo: a loucura. A época clássica, denominação dada por Foucault ao racionalismo, a dúvida de Descartes em relação aos insanos e à sua possibilidade de pensar faz com que o racionalismo lance a loucura em um local seguro: o hospital. As

naus deixam de existir, para em seu lugar aparecer as casas de internamento e o hospital. As primeiras voltadas para todo tipo de indigentes, pobres, miseráveis, desempregados, desatinados, e o segundo, o hospital, é a própria casa dos loucos, onde se procura dar a eles um outro tipo de tratamento. Nas casas de internamento os objetivos são claramente correcionais. Já no hospital os loucos estão ali, frente a frente com sua loucura, num espaço social específico, o espaço do asilo, onde Pinel e Tuke farão seu trabalho. O primeiro, pela humanização dos hospitais, por soltar os loucos das amarras, deixando-os livres, usando da docilidade e da moral. O segundo, dado suas origens, faz um trabalho mais religioso. Tanto na França de Pinel, quanto na Inglaterra de Tuke, o asilo ou o hospital é o espaço reservado para a loucura.

O século XIX vê o nascimento do asilo, do alienado, do estranho a si mesmo, e a presença da medicina no asilo, mais como legalidade do que como tratamento e cura. Sob a intervenção da Medicina ou sob o olhar do Direito e da Jurisprudência, o que de fato está surgindo, e é a preocupação de Foucault na obra, é a individualidade do louco, ou seja, a constituição da subjetividade do doente mental na trama histórica do espaço asilar. O louco passa a ter a identidade do doente mental.

Foucault elabora a construção da loucura em relação à razão. O tempo todo busca estabelecer o momento em que loucura e desatinados vão se separando, citando como

exemplos de desatino Sade e Nietzsche, entre outros. Detalha em que momento durante os séculos XVII e XVIII, a loucura vai deixando de ser internada junto com pobres, desempregados, ou em casas de correção, para ser objeto de legislação, devendo ser internada em local específico: 'a casa dos loucos' (Foucault, 1998).

Pinel e Tuke (França e Inglaterra) são os 'libertadores' dos loucos, mas por outro lado, contribuidores, junto com Freud, da individualização da loucura.

Freud fez deslizar na direção do médico todas as estruturas que Pinel e Tuke haviam organizado no internamento. Ele de fato libertou o doente dessa existência asilar na qual o tinham alienado 'seus libertadores'. Mas não o libertou daquilo que havia de essencial nessa existência; agrupou os poderes dela, ampliou-os ao máximo, ligando-os nas mãos do médico. Criou a situação psicanalítica, onde, por um curto – circuito genial, a alienação torna-se desalienante porque, no médico, ela se torna sujeito (Foucault, 1999, p. 503).

Nietzsche, Artaud, Sade, Van Gogh, são os desatinados de Foucault: filósofo, dramaturgo, escritor, pintor – produtores de obras. Em que momento preciso pôde se detectar em suas obras, a presença ou traços da loucura? Há um momento de ruptura?

Foucault questiona e polemiza:

É por isso que pouco importa saber quando se insinuou no orgulho de Nietzsche, na humildade de Van Gogh, a voz primeira da loucura. Só há loucura como

instante último da obra – esta a empurra indefinidamente para seus confins; ali onde há obra, não há loucura; e no entanto a loucura é contemporânea da obra, dado que ela inaugura o tempo de sua verdade. No instante em que, juntas, nascem e se realizam a obra e a loucura, tem-se o começo do tempo em que o mundo se vê determinado por essa obra e responsável por aquilo que existe diante dela.

Artifício e novo triunfo da loucura: esse mundo que acredita avaliá-la, justificá-la através da psicologia, deve justificar-se diante dela, uma vez que em seu esforço e em seus debates ele se mede por obras desmedidas como a de Nietzsche, de Van Gogh, de Artaud. E nele não há nada, especialmente aquilo que ele pode conhecer da loucura, capaz de assegurar-lhe que essas obras da loucura o justificam (Foucault, 1999, p 530).

Foucault parece colocar, o tempo todo, a situação da loucura em relação à razão e como esta foi tratada na modernidade. E ainda, diferencia a loucura do desatino e como a civilização ocidental tem lidado com ambos. Através de figuras célebres, os grandes produtores – loucos - podem ser considerados, sob esta ótica, os desatinados, sem que com isto se possa medir o valor de suas obras diante do mundo. Pelo contrário, é o mundo que se curva diante da obra.

A estas formas de lidar com a loucura, no período que vai do século XVI ao XIX algo se passa: a loucura vai sendo vista dentro de uma norma ética e moral. Os valores da burguesia e do cristianismo vão colocando, para a loucura, responsabilidade e culpabilidade.



A época do Grande Internamento, que se dá entre os séculos XVII e XVIII, vai sofrendo modificações e já no XIX, condutas moralmente aceitas na Renascença, como por exemplo a homossexualidade, vai sendo culpabilizada como pecado da carne, para ser objeto de internamento em hospício, no momento em que ocorre a reorganização do mundo ético e novas divisões entre o bem e o mal: o asilo psiquiátrico também serve a este propósito.

Não se pode afirmar, portanto, que a obra de Foucault tenha uma única pretensão: o questionamento do valor de verdade das ciências ou dos discursos científicos. Mas pode se afirmar que esta vertente da obra foi amplamente utilizada pelos movimentos anti-psiquiátricos e anti-manicomiais, tanto como a questão da construção ou da fabricação da loucura³⁰ e da subjetividade do louco constituído como doente mental.

Os desdobramentos do pensamento foucaultiano

A obra de Foucault terá vários usos. Robert Castel apropria-se do pensamento foucaultiano e dos dados levantados por Michel Foucault em 'História da Loucura' e escreve 'A Ordem Psiquiátrica', colocando novas questões

30 'A fabricação da loucura', livro do anti-psiquiatra Thomas S. Szasz, Professor de Psiquiatria da Universidade de Nova York, crítico preocupado com os abusos da psiquiatria. Compara os métodos medievais utilizados para identificar, autenticar e punir feiteceiras, às modernas práticas psiquiátricas, considerando-as como um sistema ideológico imoral de intolerância medieval (Szasz, 1978).

para a problemática da loucura. Jurandir Freire Costa escreve na década de 70 a 'História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico', dando também um tratamento foucaultiano ao tema, e que mais tarde, na quarta edição, de 1989, acrescentará um prefácio, fazendo uma leitura pragmatista de sua própria obra.

Roberto Machado publica 'Danação da Norma : Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil', também com referencial foucaultiano:

Na fundação da psiquiatria, o hospício foi concebido como o lugar de exercício da ação terapêutica. Tendo como objetivo destruir a loucura, caracterizando-se por uma ação que não se dá como negativa, dedicada a impedir, tolher e afastar, mas como positiva, recuperadora, a psiquiatria precisa ser instrumentalizada com uma série de dispositivos que possibilitem a eficácia de sua intervenção. Daí a importância da organização de um espaço terapêutico e a necessidade do doente mental ser colocado em um ambiente criado especialmente para ele, que não seja exterior ou accidental com relação ao núcleo básico da prática psiquiátrica mas que, obedecendo aos requisitos fundamentais postulados pelos médicos, deve canalizar sua ação para possibilitar sua eficácia (Machado, 1978, p. 429).

Os termos são claramente emprestados de Foucault: a instituição psiquiátrica não tem um papel apenas negativo, repressivo, massificador, mas um papel de

intervenção visando a recuperação do doente, tal como a referência foucaultiana ao poder.

Nesta ótica, Robert Castel, Jurandir Freire Costa e Roberto Machado, colocam os antigos alienistas e construtores do asilo, ou libertadores dos loucos, como pessoas com propósitos edificantes.

Em seus primórdios, os alienistas constituíam-se numa especialidade que afrontava o saber de outros médicos – os generalistas – e ainda sua condição de peritos os colocava em embate jurídico com os detentores da legalidade (Castel, 1978).

Na França, as internações que até 1790 eram emitidas por ordem do rei – *lettre de cachet* – são abolidas, e a partir desta data configura-se o marco inicial do legalismo, circunscrevendo toda a problemática moderna da loucura.

Nos dias atuais considera-se ultrapassado o dispositivo institucional, asilar, para tratamento da doença mental.

A política de saúde mental propõe alternativas às estruturas asilares, através de dispositivos de tratamento em serviços abertos, de âmbito extra-hospitalar, de tal forma que o indivíduo acometido por uma doença mental não se afaste de seu círculo familiar, de sua comunidade, ou de seu trabalho. O tratamento supõe intervenções terapêuticas, psicanalíticas, farmacológicas, de terapia familiar, que somadas, possam controlar as crises e manter o indivíduo fora do Hospital

Psiquiátrico. Supõe também a separação dos serviços de atendimento especializados, em álcool e drogas, à infância e aos neuróticos e psicóticos. Estas intervenções devem ser amplas e flexíveis, contar com a participação do paciente, com o contrato ou aderência ao tratamento entre paciente e equipe, para que possam se configurar como estratégias reabilitadoras. Delas fazem parte toda uma legislação psiquiátrica.

Também os séculos XVIII e XIX assistiram a intervenções parecidas, onde a loucura aparece como objeto de legislação e de administração, e seu tratamento, como medidas saneadoras, higienistas, próprias da medicina praticada na época.

As práticas cristalizam-se num contexto histórico preciso, em relação a uma problemática social concreta, segundo Castel:

Por exemplo, com relação às primeiras classificações do alienismo, a descoberta da monomania por Esquirol, posteriormente a da degenerescência por Morel, abalaram a crença na racionalidade das nosografias constituídas a partir dos sintomas. Contudo essa crise pôde ser superada no quadro do sistema. Com relação ao quadro institucional, o interesse pelas colônias agrícolas, por volta de 1860, abriu uma brecha na supremacia absoluta do asilo. Poder-se-ia dizer o mesmo a propósito da legislação, das terapêuticas, do regulamento do pessoal, etc. Elas podem até marcar um novo início, propiciando um novo alento a uma organização cansada. Assim, o triunfo do organicismo, no

fim do século XIX, fundou pela segunda vez a permanência asilar (Castel, 1978, p 13).

Na cronologia das reformas na legislação francesa, ou alterações nas intervenções administrativas e terapêuticas, convém destacar que em 1790 a Assembléia constituinte decreta a abolição das *Lettres de cachet*, ou seja, internações por ordem real. Tal medida, segundo Castel, deve-se ao advento do legalismo e à ruptura do Antigo Regime, que já não tem o arbítrio sob a loucura. Até então, a administração real, o aparelho judiciário e a família repartiam o controle sobre a loucura.

O legalismo traz consigo novos agentes para preencher o vazio deixado pela abolição das *Lettres de cachet*: são juizes, procuradores, administradores e a medicina, ainda não tão elaborada para que possa se constituir num novo edifício.

Confere-se um incipiente status de doente ao louco, por faltar ainda à medicina esta especialização.

À medicina é também delegada outra tarefa: a de tornar terapêutico o hospital especializado que passa a ser destinado ao alienado, uma vez que estas instituições estavam até então desacreditadas por terem sido usadas como instrumento político pela administração real e pela Igreja, para segregar os indesejáveis.

Entre 1790 e a lei de 1838³¹ passa-se quarenta anos para que a medicina possa caminhar em direção às práticas ditas alienistas, e o louco neste período, já adquire o status completo de alienado.

É neste contexto que surgem os médicos-chefes dos manicômios, os diretores dos asilos de alienados, nomeados especialmente com esta finalidade: mais administrativa do que terapêutica. É a eles que Artaud irá dirigir sua Carta³².

O médico detém o poder no hospital de alienados e todas as ordens devem dele imanar. A ação do administrador será exercida sem que se questione qualquer decisão médica.

31 A lei de 30 de junho de 1838, sobre os alienados, é a primeira grande medida legislativa que reconhece um direito à assistência e à atenção para uma categoria de indigentes ou de doentes. É a primeira a instaurar um dispositivo completo de ajuda com a invenção de um novo espaço, o asilo, a criação de um primeiro corpo de médicos – funcionários, a constituição de um 'saber especial'. (Castel, 1978, p.21-2).

32 CARTA AOS MÉDICOS-CHEFES DOS MANICÔMIOS

Senhores, As leis e os costumes vos concedem o direito de medir o espírito. Essa jurisdição soberana e temível é exercida com vossa razão. Deixai-nos rir. A credulidade dos povos civilizados, dos sábios, dos governos, adorna a psiquiatria de não sei que luzes sobrenaturais. O processo da vossa profissão já recebeu seu veredito. Não pretendemos discutir aqui o valor da vossa ciência nem a duvidosa existência das doenças mentais. Mas para cada cem supostas patogenias nas quais se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações das quais as mais vagas ainda são as mais aproveitáveis, quantas são as tentativas nobres de chegar ao mundo cerebral onde vivem tantos dos nossos prisioneiros? Quantos, por exemplo, acham que o sonho do demente precoce, as imagens pelas quais ele é possuído, são algo mais que uma salada de palavras? Não nos surpreendemos com vosso despreparo diante de uma tarefa para a qual só existem uns poucos predestinados. No entanto nos rebelamos contra o direito concedido a homens -limitados ou não de sacramentar com o encarceramento perpétuo suas investigações ao domínio do espírito. E que encarceramento! Sabe-se - não se sabe o suficiente - que os hospícios, longe de serem asilos, são pavorosos cárceres onde os detentos fornecem urra mão-de-obra gratuita e cômoda, onde os suplicios são a regra, e isso é tolerado pelos senhores. O hospício de alienados, sob o manto da ciência e da justiça, é comparável à caserna, à prisão, à masmorra. Não levantamos aqui a questão das internações arbitrárias, para vos poupar o trabalho dos desmentidos fáceis. Afirmamos que uma grande parte dos vossos pensionistas, perfeitamente loucos segundo a definição oficial, estão, eles também, arbitrariamente internados. Não admitimos que se freie o livre desenvolvimento de um delírio, tão legítimo e lógico quanto qualquer outra sequência de idéias e atos humanos. A repressão dos atos anti-sociais é tão ilusória quanto inaceitável no seu fundamento. Todos os atos individuais são anti-sociais. Os loucos são as vítimas individuais por excelência da ditadura social; em nome dessa individualidade intrínseca ao homem, exigimos que sejam soltos esses encarcerados da sensibilidade, pois não está ao alcance das leis prender todos os homens que pensam e agem. Sem insistir no caráter perfeitamente genial das manifestações de certos loucos, na medida da nossa capacidade de avaliá-las, afirmamos a legitimidade absoluta da sua concepção de realidade e de todos os atos que dela decorrem. Que tudo isso seja lembrado amanhã pela manhã, na hora da visita quando tentarem conversar sem dicionário com esses homens sobre os quais, reconheçam, os senhores só têm a superioridade da força. (Artaud, 1991, p. 97).

E ainda, os médicos vão se tornar mais médicos à medida que se tornam também administradores. A equipe de colaboradores deve encarnar o pensamento médico.

Apenas em 1968, na França, com os debates em torno do assunto, ocorre a reforma do estatuto dos psiquiatras públicos que suprime a função de médico-diretor (Castel, 1978).

A lei de 1838 tem antecedentes. O movimento havia começado antes, com Pinel, Esquirol e outros, e antes mesmo que estes se reunissem na Escola de Salpêtrière, onde serão formados os alienistas.

Em 1806 uma comissão é encarregada de estudar a situação dos 'pobres lunáticos' na Inglaterra. Na França, na maioria dos hospitais gerais, os insanos são misturados a prisioneiros e internados. No Hospital Geral, aberto a 7 de maio de 1657, todos os pobres, libertinos, ociosos eram recolhidos, como medida de ordenamento da cidade de Paris, que mudou de aspecto. Os pobres mais sábios, ou fugiram para as Províncias ou pensaram em ganhar a vida com esforço próprio (Foucault, 1999).

O hospital mantinha-os ocupados em obras, manufaturas e outros serviços. A mendicância passa a ser proibida em Paris. Dez anos depois, em 1676, "Luís XIII decreta a fundação de um hospital geral em todas as cidades do reino. Cabe à arqueologia médica verificar se um homem era internado no Hospital por ser doente, criminoso ou insano,

por perturbação da moral ou por ter maltratado sua mulher e tentado várias vezes matar-se” (Szasz, 1978, p. 338).

A primeira instituição na Europa destinada ao tratamento do insano é o Narrenturn, construído em Viena, em 1784. “Em 1843 é descrita como uma prisão descuidada e suja, fechada e mal ventilada, com cheiro insuportável; os pacientes estão desesperados, acorrentados, e muitos deles estão nus” (p. 341).

Em 1801, Philippe Pinel publica seu ‘Tratado médico – filosófico’ sobre a alienação mental ou a mania, traduzido para o inglês em 1806. Embora se opusesse ao acorrentamento do insano, Pinel defendia vigorosamente sua coerção e repressão, o que denominava ‘tratamento moral’ ou ‘intimidação’ (Szasz, 1978).

Ainda na cronologia dos estudos alienistas, Jean Esquirol afirma, em 1816, que ‘a masturbação é reconhecida em todos os países como uma causa comum de insanidade’. Em 1838 acrescenta ‘epilepsia, melancolia e suicídio como condições provocadas por masturbação’ (Szasz, 1978).

Em 1818, o próprio Esquirol descreve no texto sobre os estabelecimentos consagrados aos alienados na França que:

Em todos os hospícios ou hospitais abandonou-se para os alienados, prédios velhos, em pedaços, úmidos e mal distribuídos e de modo algum construídos para essa finalidade, com exceção de alguns compartimentos e celas expressamente construídos para tanto; os furiosos

habitam esses quartéis separados; os alienados tranquilos e os alienados dito incuráveis confundem-se com os indigentes e os pobres. Num pequeno número de hospícios onde se internam prisioneiros no quartel chamado quartel de força, esses internos habitam com os prisioneiros e estão submetidos ao mesmo regime (Foucault, 1999, p 117).

Neste período alguns insanos vivem no Hospital Geral e outros em instituições já destinadas ao tratamento para os teoricamente curáveis, ou ao seu abrigo.

Há, segundo Foucault, uma justaposição entre os que receberam um estatuto de doente e se encontram nos hospícios, e os demais, que se misturam aos pobres, no Hospital Geral. Bicêtre e Salpêtrière são alguns destes locais onde se reúnem Pinel e Esquirol.

É ilusório acreditar que os hospitais psiquiátricos irão proporcionar tratamento ao insano e que o hospital geral serviu ao propósito de aprisioná-los. No Hospital Psiquiátrico, sob a ótica de Pinel com o tratamento moral ou Tuke, o medo é a conduta mais eficaz para reduzir os loucos a uma conduta ordenada (Foucault, 1999).

No século XIX os médicos percebem a mesma miséria e incapacidade para curar que ocorre nos séculos precedentes. Aos insanos, a medicina vai gradativamente conferindo o status de doente mental, como se houvesse progresso na ciência médica. Para Foucault as coisas são mais complicadas:

...o que caracteriza o século XVII não é o fato de haver ele avançado, menos ou mais rapidamente, pelo caminho que conduz ao reconhecimento do louco, e com isso ao conhecimento científico que se pode ter dele; é, pelo contrário, o fato de tê-lo distinguido com menos clareza; de certo modo, o louco foi absorvido numa massa indiferenciada.

...Dir-se-ia que no meio dos asilos do século XVII o louco se perde na paisagem, a ponto de tornar-se difícil seguir suas pegadas, até o movimento reformador que precede de pouco a Revolução (Foucault, 1999, p 121).

Em 1784 prepara-se o que será realizado após 1790 com a abolição das *lettres de cachet*:

Em relação às pessoas cuja detenção for solicitada por razões de alienação do espírito, a justiça e a prudência exigem (escreve o ministro aos intendentes) que os senhores proponham os ordens (do rei) apenas quando houver uma interdição proposta pelo tribunal (p. 132).

Não se trata de descoberta simultânea da filantropia e da ciência. Para Foucault este é apenas um sentimento de Pinel e outros alienistas. O que de fato ocorre é uma reconciliação de uma consciência dividida do século XVIII, quando pela primeira vez o homem alienado '*é reconhecido como incapaz e como louco*'. Os dois usos da medicina reconciliam-se na definição da responsabilidade e no decreto social do internamento. Desaparece o rosto da loucura que o século XVII permitia aparecer numa massa indiferenciada.

Agora ele está por trás dos muros dos hospícios, autorizado pela medicina mental.

Foucault vai mais longe ao questionar a pretensão científica da psicopatologia; a divisão entre normal e patológico, o referencial de um homem normal³³ antecedendo à experiência da doença.

O século XIX foi extremamente perspicaz no desenvolvimento das tecnologias alienistas, assegurando-lhes uma supremacia, na tentativa de domínio da loucura. Tão perspicaz e competente em tecnologia quanto na desumanização da pessoa do doente. Neste período inscrevem-se dispositivos disciplinares que irão conferir ao doente mental o status do qual não mais se libertará, a não ser quando do surgimento das anti-psiquiatrias.

Como assegurar o controle sobre a loucura? Através de que dispositivos ela se mantém submissa ou mesmo se rebela?

Pinel, Esquirol e outros alienistas vão estudar os sintomas, procurar respostas para tratá-los e assegurar que os doentes estejam ali, disponíveis, para ser objeto de intervenção: administrativa, disciplinar e terapêutica. É no asilo que o doente mental espera pela medicina para que esta se

33 "Na verdade esse homem normal é uma criação. E se é preciso situá-lo, não é num espaço natural, mas num sistema que identifique o socius ao sujeito de direito; e, por conseguinte o louco não é reconhecido como tal pelo fato de a doença tê-lo afastado para as margens do normal, mas sim porque nossa cultura o situou no ponto de encontro entre o decreto social do internamento e o conhecimento jurídico que discerne a capacidade dos sujeitos de direito. A ciência 'positiva' das doenças mentais e esses sentimentos humanitários que promoveram o louco à categoria de ser humano só foram possíveis uma vez solidamente estabelecida essa síntese. De algum modo ela constitui o a priori concreto de toda a nossa psicopatologia com pretensões científicas" (Foucault, 1999, p 132-33).

desenvolva, se especialize, se edifique e possa desvendar seus segredos. Ao asilo não interessa o homem, interessa a doença.

Raciocínio lógico, mas também simplista e passível de objeções já que os 'libertadores' dos loucos, os estudiosos, os filantropos, têm propósitos dignos.

Robert Castel ao introduzir o livro 'A Ordem Psiquiátrica', propõe-se a reconstituir a trajetória dos alienistas, não por julgá-los como usurpadores, mas para descrever como se dá a produção do estatuto médico – jurídico – administrativo do alienado e o processo de corrosão do direito por um saber; a subversão progressiva do legalismo por atividades de perícia. Como se opera, através da medicina mental, a transformação do contrato em tutela? A ruptura entre o normal e o patológico repousa sobre essa operação.

Os primeiros alienistas eram jovens de boa vontade, ambiciosos, frequentemente pobres e com idéias 'sociais'. No fim de seu curso de medicina, eles 'subiam para Paris' (frequentemente vinham do sul). Iam para a Salpêtrière, frequentavam assiduamente o seminário do mestre da época, Esquirol. Eram seduzidos por esse ensino que aliava o aparente rigor de uma ciência, as grandes aspirações da filantropia e os prestígios da parisiandade (Castel, 1978, p. 17).

A abolição das lettres de cachet libera³⁴ vítimas do arbítrio da sociedade real por um lado, mas por outro

34 ...por ordem do rei só serão liberados por decreto de março de 1790, Sade (e não por muito tempo), um suspeito de trapaça e talvez dois outros detidos... (Castel, 1978, p. 33).

justifica a manutenção de um maior número de internos, que por intermédio da medicalização passam a ser tutelados, visto que não correspondem ao ideal liberal da sociedade contratual.

A medicina mental controlará o perigo que o louco representa através da filantropia, já que ele escapa às categorizações jurídicas de uma sociedade contratual.

Do século XVIII até o momento várias tecnologias de tratar ou de cuidar do doente mental se apresentaram, e cabe no mínimo a pergunta que atravessa todo o histórico da psiquiatria e do saber alienista: quais mecanismos de poder – saber submetem o doente mental ao processo de tutelarização e por meio de quais ele é identificado. Como libertá-lo desta identidade e construir outras identidades?

A obra de Foucault sinaliza para esta direção, sobretudo 'A História da Loucura', que amplia o contexto prático-teórico da desconstrução ao demonstrar que nem a psiquiatria e os saberes que a fundaram, nem a doença mental existiram desde sempre.

...A psiquiatria é revelada como um saber historicamente datado que, num determinado contexto, edifica o objeto doença mental enquanto objeto médico-científico. O saber psiquiátrico opera a passagem que transforma a loucura em doença mental e, assim, muda a história do conceito e da própria experiência da loucura na sociedade ocidental (Amarante, 1997, p. 178).

A obra de Foucault inspirará várias produções literárias, como já apontado, e que refletem a preocupação de

construção histórico-cronológica da psiquiatria e da fundação da mesma no Brasil, cujo marco é o Hospício de Pedro II³⁵.

O levantamento histórico, tanto o realizado por Roberto Machado em *Danação da Norma*, quanto o corte ideológico, abordando a Liga Brasileira de Higiene Mental³⁶, realizado por Jurandir Freire Costa, ou o estudo da família em *Ordem Médica e Norma Familiar*, percorrem um modo peculiar de pensar os objetos de estudo: o modo foucaultiano.

A correlação de forças entre a experiência da anormalidade e a prescrição normativa, são pontos de tensão sob os quais permeiam e atravessam a noção de poder. Para haver disciplina – a disciplina imposta pelo hospital psiquiátrico

³⁵ A recém criada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1830, realiza um diagnóstico da situação dos loucos na cidade, momento a partir do qual há que se prescrever um local e tratamento adequado para eles, segundo os métodos que já vinham sendo desenvolvidos na Europa.

Antes deste período, nos primeiros séculos de colonização, o doente mental pôde desfrutar de relativa tolerância e liberdade. No início do século XIX, na vigência da sociedade rural pré - capitalista, a circulação de doentes pela cidade exigia providências. O local a eles destinado foi os porões da Santa Casa de Misericórdia, onde não recebiam qualquer tratamento, e geralmente morriam. Neste contexto, apelos de caráter humanitário, denúncias contra os maus tratos e a postura da Sociedade de Medicina reforçam as críticas, culminando com a inauguração em 1852, do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, subordinado à Santa Casa de Misericórdia. A subordinação à administração pública irá ocorrer mais tarde, após a proclamação da República, quando uma sequência de críticas ao atendimento, à qualidade da assistência, à organização de seu espaço interno, e a intensificação do processo de medicalização social, provocam a ascensão da classe médica ao controle das instituições psiquiátricas (Machado, 1978).

³⁶ O psiquiatra Gustavo Riedel funda a Liga com a ajuda de filantropos de seu círculo de relações, logo após ter ganhado o Grande Prêmio da Exposição Internacional de Higiene de Estrasburgo. Pioneiro da psiquiatria brasileira, dedicou-se desde o início à reforma da assistência psiquiátrica, criando um ambulatório de profilaxia das doenças mentais. A Liga constituía-se em Entidade civil, reconhecida de utilidade pública, funcionando com subvenção do governo federal e ajuda dos filantropos, e posteriormente com a renda dos anúncios publicados em sua revista – *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Os psiquiatras que dela faziam parte poderiam ser considerados a elite psiquiátrica do Rio e do Brasil. De 1923 a 1925 a Liga funcionava visando a melhoria da assistência. Após este período seus projetos visavam à prevenção, à eugenia e à educação dos indivíduos, negligenciando seus objetivos iniciais. A prática psiquiátrica passa a se orientar pela teoria geral de higiene mental. A eugenia, por sua vez, permitiu aos psiquiatras a invasão do campo social. O ideal eugênico, embora não tenha sido introduzido no Brasil por psiquiatras, foi incorporado por estes. Historiadores, sociólogos, antropólogos e literatos foram os primeiros a difundir tais idéias. O termo eugenia foi inventado pelo fisiologista inglês Galton para designar 'o estudo dos fatores socialmente controláveis que podem elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto mentalmente. Muitos estudos étnicos e sobre a miscigenação das raças vão orientar pesquisas e estudos de conteúdo racista. Esta idéias chegam ao Brasil num momento oportuno: proclamação da república, abolição da escravidão, imigração européia e outros que agravam as tensões sociais. Para assegurar um processo democrático frágil e explicar os problemas iniciais da instauração da república, os argumentos higienistas foram amplamente utilizados, retirando das elites a responsabilidade pelas convulsões sociais, imputando-as ao povo (Cf. Costa, 1989, p 77-82).

– há que haver a indisciplina – a da loucura. Uma funda a outra.

As estratégias de poder-saber que percorrem toda a obra de Foucault vão moldar o atual status do doente mental, propiciando sua identificação. Esta mesma obra terá influências no rompimento com a estrutura normalizadora do hospício e com a libertação do doente mental enquanto sujeito identificado como tal. Este é um dos aspectos mais importantes da obra de Foucault para as reformas psiquiátricas.

Mas outros aspectos também podem ser considerados. Os poderezinhos que permeiam a rede de relações e o tecido social também criarão a lei e a norma, conforme aparece na análise histórica dos objetos de estudo de Foucault.

Os padrões legais, ou a lei, impõe-se por meio de um poder coercitivo, punitivo, que exclui sob o mecanismo da repressão. A norma é um conjunto de dispositivos formados por práticas discursivas ou não. As discursivas reforçam as técnicas de dominação, ao nível do conhecimento e da racionalidade, e as não discursivas materializam o dispositivo: técnicas físicas de controle corporal, regulamentos de controle dos indivíduos nas instituições, organização do espaço arquitetônico. A combinação de ambas conferem ao dispositivo seu poder normalizador.

Os estudos de Foucault sobre os dispositivos permitirão a outros pensadores, psiquiatras ou não, apropriar-

se destas noções, para demonstrar como a medicina mental, através da tutela, penaliza a loucura, sem agredir o humanismo.

Desta demonstração, a Reforma Psiquiátrica também se apropriou, ao negar veementemente a possibilidade de existência do hospital psiquiátrico humanizado, lutando pela sua extinção.

A fenomenologia³⁷ de Edmund Husserl influenciará o arcabouço teórico da Psiquiatria Democrática Italiana, ao por a doença mental entre parênteses³⁸, e orientará a prática de Basaglia e dos basaglianos, desde Gorizia até Trieste e outras cidades onde a Lei 180 foi implantada.

A experiência de Basaglia em Gorizia³⁹, e o contato direto com o manicômio faz com que a psiquiatria seja percebida como um saber que, ao colocar o sujeito entre parênteses, passa a se ocupar da doença. Esta percepção leva à constatação de que a instituição psiquiátrica deva ser negada, e a estratégia invertida, colocando-se a doença mental

37 No século XX o termo está associado à obra de Husserl. Seguindo as idéias de Brentano, Husserl percebeu que a intencionalidade era a marca característica da consciência, e viu nela um conceito suscetível de ultrapassar o dualismo tradicional da mente-corpo. O estudo da consciência, portanto, diz respeito a dois aspectos: uma experiência consciente pode ser vista como um elemento do fluxo da consciência, mas também como algo que representa um aspecto ou "perfil" de um objeto. Apesar da rejeição do dualismo por Husserl, sua crença na existência de algo que permaneça depois da *epoché*, ou suspensão dos conteúdos da experiência, o associa à prioridade das experiências elementares na doutrina paralela do fenomenismo, e a fenomenologia acabou por sofrer, em parte, com a superação dessa abordagem aos problemas da experiência e da realidade. Com tudo, fenomenólogos mais recentes, como Merleau-Ponty, fazem plena justiça à natureza mundo-envolvente da experiência (Blackburn, 1997, p.146).

38 Expressão usada por Husserl para descrever o processo em que se suspende a interpretação natural de uma experiência de modo a considerar apenas a sua fenomenologia ou natureza intrínseca (Blackburn, 1997, p. 303).

39 Os pressupostos da Reforma Psiquiátrica brasileira, tiveram fundamentação na experiência italiana iniciada pela equipe de Basaglia em Gorizia e mais tarde em Trieste. As contribuições teóricas desta experiência transcendem a questão da desospitalização e coloca outros níveis de discussão e novos desafios para a saúde e a psiquiatria, no âmbito do planejamento em saúde, da complexidade dos serviços e das estratégias (Amarante e Giovannella, 1998b, p. 138).

entre parênteses para que se possa perceber e lidar com o sujeito em sua experiência – sofrimento, numa abordagem nitidamente husserliana (Amarante, 1997).

Esta transformação do conceito, ou a introdução da noção filosófica de *epochê*⁴⁰ propiciará uma outra relação da sociedade com os sujeitos portadores de transtornos mentais. Acreditamos que a integração ao movimento da Reforma Psiquiátrica, de usuários e familiares, a participação destes em diversas Conferências, das quais mudanças significativas resultaram a favor destes grupos, demonstram que a *diferença*, até então tida como *anormal*, poderá ser incluída, integrada, aceita, numa perspectiva histórica de auto-realização do 'sujeito'. Premissas como as de 'direitos iguais para todos' poderão ser trocadas por 'mais direitos para quem tem menos', ou 'somos todos iguais', por 'somos todos diferentes', sem que isto impeça a conquista de um lugar social para todos.

Enfim, na perspectiva basagliana, sob influência de Husserl, existirão pessoas diferentes mas não divididas entre doentes e não doentes, normal e anormal. Esta prática produzirá um novo imaginário social.

Nesta mesma linha de pensamento, Amarante (1997), propõe a inversão de um dos lemas iniciais da Reforma Psiquiátrica, 'de perto ninguém é normal', para 'de perto

40 *Epochê* - A suspensão da crença, que constitui um dos objetivos dos argumentos dos céticos (Blackburn, 1997, p. 119).

ninguém é anormal', pontuando tratar-se de uma estratégia de redescritção, e apontando uma outra ótica, a de ordem semântica, ou da linguagem, pois a denominação deste ou daquele objeto diz muito de perto aos projetos, rumos e estratégias⁴¹.

A superação da burocratização ou banalização dos novos projetos, ou superação das relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas numa instituição, são indicadas por Amarante, apropriando-se da atitude filosófica de suspensão ou *epochê*, para transpor possíveis obstáculos à concretização do projeto da Reforma Psiquiátrica. E conclui, com a idéia basagliana:

espero que, num tempo não muito distante, a história deste processo seja escrita com a história de vida de muitas pessoas que já não estão tendo o manicômio, a institucionalização, o estigma e a discriminação como destino irrefutável. Que seja escrita como muitas histórias de muitas novas estórias para suas vidas (Amarante, 1997, p 184).

Fazer a reconversão dos estudos históricos e filosóficos para uma leitura pragmatista, que implique em

⁴¹ 'De perto ninguém é normal, uma importante estratégia no sentido da construção de um imaginário social voltado para o questionamento dos conceitos de normalidade/anormalidade, e que se tornou emblemática da ação cultural do Movimento, por exemplo, deve ser redescrito nas atuais circunstâncias. A indústria farmacêutica, por exemplo, pode se valer desta insígnia para viabilizar um amplo processo de medicalização da normalidade: se de perto ninguém é normal, então todos podem, ou devem, receber uma prescrição medicamentosa. As pesquisas epidemiológicas, cujos métodos são pouco claros ou divulgados, transbordam pela mídia tentando convencer à sociedade que somos todos fóbicos ou deprimidos ou ansiosos. Venturini, como exemplo, sugere-nos que se de perto ninguém é normal, pode-se afirmar também que "de perto ninguém é anormal", no sentido "de poder superar o conceito de cura com aquele de experiência complexa, de entrelaçamento de 'sistemas'". Por outro lado, na crise dos princípios e parâmetros da modernidade, é oportuno ter em mente que novos lugares sociais serão construídos a partir dos novos paradigmas sociais, culturais e científicos. Assim, um novo lugar para a loucura, para a anormalidade, para a diversidade deve estar também em construção. O que faria Simão Bacamarte com a loucura no século XXI". (Amarante, 1997, p. 183).

inventividade e redescritção de subjetividades, eticamente relevantes, é a tarefa proposta a seguir. O pensamento de Foucault desemboca agora numa leitura pragmatista, e que deverá dar o tom da reforma psiquiátrica.

Ao reeditar o livro 'História da Psiquiatria no Brasil, um corte ideológico', escrito em 1974, Jurandir Freire Costa acrescenta, em 1989, um prefácio que revela a leitura pragmatista e foucaultiana da história do pensamento psiquiátrico brasileiro em relação à Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e seu organicismo cientificista⁴².

Diferentemente da abordagem de Foucault ou de Castel, cujas pesquisas se pautam na instituição psiquiátrica e nas idéias pinelianas, Costa aborda a pretensão científica da psiquiatria através dos pressupostos da LBHM, em seu caráter mais atroz – o ideal eugênico, que serviu aos horrores do nazismo e do fascismo – alertando para a herança deste pensamento até os dias atuais, e demonstrando que a crença numa natureza humana, e na essência universal do sujeito percorre o pensamento psiquiátrico brasileiro desde os anos 30.

A crítica à prevenção em Psiquiatria é o subsídio que Jurandir Freire Costa usa para vincular a crença numa

⁴² Os psiquiatras da Liga acreditaram no mito da ciência psiquiátrica universal. Eles se concebiam habitantes do hermético reino das ciências, portanto impermeáveis às influências culturais. Por isso mesmo esqueceram que eram indivíduos pertencentes a determinada classe social, com opiniões e valores próprios a determinado período histórico. Este preconceito levou-os a elaborar programas de higiene mental baseados na noção de prevenção eugênica nascida da Psiquiatria nazista. Para eles a eugenia era um conceito científico, logo inquestionável. Uma vez aceito este pressuposto, restava impor aos brasileiros as receitas da psiquiatria nazista. Os psiquiatras passaram a pedir a esterilização sexual dos indivíduos doentes, a pregar o desaparecimento da miscigenação racial entre brasileiros, a exigir a proibição de indivíduos não brancos, a solicitar a instalação de tribunais de eugenia e de salário-paternidade eugênico, etc (Costa, 1989, p 59).

suposta unidade do saber psiquiátrico. A noção de indivíduo enquanto unidade biopsicossocial está na base do discurso organicista, preventivista e psicoterápico, e não pode ser redutível ou conversível, pois é caracterizado por uma multiplicidade de campos teórico-práticos. No entanto esta noção foi legitimada por estratégias de poder-saber: reconhecimento científico; prestígio político-profissional; interesses corporativos, econômicos, etc (Cf. Costa, 1989).

A reflexão sobre a prática psiquiátrica deverá ser ética ou estética e acompanhar as teorias racionais com pretensão de verdade. Para Jurandir Freire Costa significa dizer que:

enunciamos nossas doutrinas científicas sempre a partir de **quadros prévios de interesses** (Marx – Habermas); ou de determinados **jogos de linguagem** (Wittgenstein); ou de determinados **jogos de verdade** (Michel Foucault); ou de determinados **sistemas de convicções sociais, onde realizamos aquilo que utilmente desejamos, em um dado momento histórico** (Richard Rorty); ou de determinados **sistemas de dominação onde o instituinte é reificado em instituído, por força dos interesses de classe** (Marx – Merleau-Ponty – Lefort – Marilena Chauí), ou, enfim, de determinadas **configurações imaginárias, que direcionam o saber, em função do narcisismo das pequenas diferenças** (Freud) etc. (Costa, 1989, p.11).

O autor lança o olhar sobre os horrores das práticas asilares com a conivência da Psiquiatria, sobre a

fantasia da Psiquiatria em controlar a imprevisibilidade do sujeito, a convivência da Psiquiatria com a máquina burocrática estatal e sua cumplicidade científica com as razões de estado, a defesa corporativa em primeiro lugar e depois o benefício ao cliente. Comenta sobre o sujeito da Psiquiatria e a fantasia totalitária de controle de sua imprevisibilidade, como se fosse possível uma sequência comportamental ou afetiva, que em determinado universo de sentido, descrevessem, sentissem e acreditassem possuir tais ou quais realidades psíquicas. Hipóteses como estas fornecem a matéria prima de sectarismos políticos, econômicos, ou de escolas, no interior do pensamento psiquiátrico. Seu preço é a pobreza da crítica intelectual, a restrição da liberdade de pensar, o extermínio de vidas, como nos campos de concentração do nazismo ou nos porões dos asilos psiquiátricos do Ocidente 'civilizado e democrático'.

E de que forma este sujeito poderia dar lugar à existência *de um sujeito que fala e deseja em primeira pessoa*:

A meu ver, a função do técnico e sua teoria é fazer com que o hospital, se não é, venha a ser um local de acolhimento, onde certas formas de vida ou convivência tornem-se possíveis ou viáveis. O hospital existe para criar atmosferas de convívio, em que possam emergir o imprevisível, a diferença, a criatividade e a história de cada um. Só assim conflitos fossilizados em delírios, agitações e autismos podem exprimir-se de outra maneira. Só assim o anonimato de indivíduos medicados em série, encarcerados em massa ou largados como

robôs anônimos e errantes, por pátios, corredores e alamedas, pode dar lugar à existência de um sujeito que fala e deseja em primeira pessoa. Fora disto é a tentação burocrática; é isto ou a barbárie.

Sem uma revisão corajosa de nossos cacoetes e servilismos intelectuais, e sem um confronto igualmente corajoso com os nefastos interesses da burocracia asilar, estamos condenados a repetir os impasses das estórias da Psiquiatria no Brasil. No melhor dos casos, fingiremos resolver problemas, rodando em círculos no reino das idéias. Idéias que Brecht comparava a funcionários: feitas em princípio para servir à comunidade e à produção, acabam por dominá-las e devorá-las (Costa, 1989, p 19-20).

Quais jogos de verdade ou quais jogos de linguagem irão continuar construindo a identidade do doente mental dos anos 70 até os dias atuais, quando se detecta todo um esforço por libertá-la? Quais identidades se pretende libertar? E como?

Doravante o pensamento psiquiátrico brasileiro se constitui muito mais como política pública de saúde mental. Sua trajetória irá culminar com a reforma psiquiátrica⁴³, cujo coroamento se dá com a promulgação da Lei 10.216 de 06 de abril de 2001, pela Presidência da República. Uma série de portarias ministeriais irão, de agora em diante, criar os mecanismos necessários à sua aplicabilidade. Espera-se – esperança útil – que os seus propósitos não sejam tão

43 Enquanto processo permanente de reflexão e transformação (Amarante, 1994).

somente nobres, mas que possibilitem a construção e reconstrução de novas subjetividades.

A singularização e a complexidade do sujeito: a estratégia da invenção

O doente não está reduzido à sua doença, quando se rompe a lógica da alienação, presente desde Pinel. O isolamento, como princípio terapêutico, é a condição que possibilita à psiquiatria a sua epistème. O sujeito está alienado de sua razão desde que Pinel transportou a loucura para este campo, simplificando-a aos seus sintomas e não procurando a compreensão do processo vivenciado pelo alienado.

A ciência alienista, desde Pinel, tende à uniformização do tratamento e não à sua singularização, cujas ações, no contexto da atual Reforma Psiquiátrica, deverão ser desenvolvidas e contempladas no Projeto Terapêutico individual, que visa ao aumento do poder contratual das pessoas portadoras de transtorno mental.

O trabalho multiprofissional ou interdisciplinar, as ações técnicas e/ou terapêuticas permeadas pela singularização do processo terapêutico permitirá maior aproximação com o doente e maior percepção do que o *outro* necessita.

Muito de nossas reflexões sobre a ciência e o saber psiquiátrico, a razão ou a desrazão, ou qualquer outro

projeto de teoria do conhecimento ou da verdade poderá ser mais significativo se assumirmos a humilde posição de que necessitamos de valorização, mais do que somos valorizados *hoje*.

A este respeito, a experiência narrada por Rotelli, sinaliza aos técnicos, ao corpo de operadores do sistema de saúde mental, o quanto é necessário o aprendizado de um outro olhar, outros gestos, o quanto são complexas as necessidades de um sujeito singular, ou como o aparato manicomial – e não necessariamente o exercido dentro do manicômio com a prática da exclusão – poderá codificar ações, cristalizando relações:

Numa reunião sobre reabilitação, falávamos de um utente que todos os médicos mais ou menos conheceram, porque ele passou de um Centro a outro. Em certos momentos de vida muito dinâmicos, participou de uma vida de grupo, na qual operadores e utentes tendiam a ter uma vida em comum. Isso parecia ser o máximo de progressividade, numa situação que era, de qualquer modo, institucional. Foram necessários muitos anos para se descobrir que essa pessoa era completamente analfabeta, e que dentre as suas necessidades, estivesse a de aprender a ler e escrever. Dentro de uma certa lógica fusional, ninguém jamais havia se preocupado tanto com isso. Houve um tempo em que se pensava que a coisa principal fosse buscar ser igual, viver junto. Então, os voluntários e os operadores, por exemplo, levavam essa pessoa para dançar, porque isso era belo. É um progresso notável levar o utente para dançar ao invés de deixá-lo no

manicômio. Porém, talvez fosse melhor que alguém o tivesse alfabetizado, que alguém tivesse diferenciado as próprias necessidades daquelas do utente, e partisse destas últimas. Não é correto projetar sobre esta pessoa aquilo que poderia parecer uma boa resposta às suas próprias necessidades. Deve existir uma abordagem que reconheça a diversidade das necessidades e parta desta diversidade para se articular. No momento em que as necessidades se diversificam, cada um readquire o seu papel (Delgado, 1991, p. 92-3).

Estamos diante de sujeitos concretos, que vivenciam experiências particulares, cuja condição de existência – sofrimento os coloca, por definição, em estado de não – equilíbrio, base da instituição inventada e não determinada, entendendo-se como determinismo, estar fadada ao objetivo inicial posto pela psiquiatria: de exclusão social e todas as suas consequências.

As condições de possibilidade de outras práticas, otimistas, poderão ser pensadas no momento em que aceitarmos o desafio da multiplicidade e complexidade da existência, de podermos construir espaços de produção de subjetividades e libertação de identidades, e exercitarmos a solidariedade. Trata-se de política afirmativa: podemos lidar com a doença mental não como sintoma, ou como algo negativo, mas como algo positivo, que resgate as potencialidades que têm loucos ou não, para inventarem novas possibilidades de vida. Algo que diga mais sobre a obra de Nietzsche e Artaud ou Van Gogh, do que sobre a sua doença.

Na construção do novo cenário em Saúde Mental há que surgir uma nova pedagogia onde as pessoas estabeleçam entre si, relações concretas e imaginárias com os objetos ou com a cultura, de forma dinâmica e cujos objetivos não são os definidos pela psiquiatria.

Neste contexto há que se atender às necessidades das pessoas diante de novas possibilidades de subjetividade e de vida, através de uma leitura que diga mais do potencial do indivíduo, do que de sua doença.

A este respeito podemos exemplificar sobre as residências de usuários na cidade, que são acompanhados pela equipe de saúde mental. Em vários locais do Estado de São Paulo e de outros Estados no Brasil esses experimentos vêm apresentando resultados concretos. Em locais onde ocorreu a desospitalização, como Santos, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Casa Branca e Lins, estas práticas têm sido bem sucedidas. Pacientes que não puderam retornar às suas famílias após a reversão do modelo manicomial foram abrigadas em lares, constituindo novos modos de relação entre si e com a comunidade, construindo a cidadania possível. Enfim, são projetos ou possibilidades que se inventam no cotidiano e passo a passo vão se encontrando novas maneiras de se conduzir a problemática da doença, não como uma esquizofrenia, um diagnóstico, mas como uma crise existencial, social ou familiar.

A estratégia de lidar com a crise deve ser preferencialmente voltada a colocar o paciente em contato com um sistema de relações e de recursos humanos e materiais, antes de aspirar à normalização ou unificação do 'sujeito'.

Por esta estratégia, desaparece a noção do homem cartesiano que pensa e portanto existe, do homem rousseauiano de coração sincero, ou na versão kantiana⁴⁴, o sujeito moral. Desaparece o detentor das verdades universais, o uno e indivisível 'o sujeito consciente de seus pensamentos e responsável pelos seus atos' e aparece o movimento de crítica à subjetividade através de pensadores⁴⁵ como Darwin, Marx, Nietzsche, Freud e Wittgenstein.

Este 'sujeito' passa a ser contingente. A razão perde seu reino assim como a verdade com V maiúsculo, como aval das certezas cartesianas ou do coração sincero e puro, acessado pela intimidade rousseauiana ou o sujeito kantiano, guiado pelas máximas universais. O pragmatismo ou neo-pragmatismo movimenta-se na direção da desconstrução do sujeito tal como Nietzsche e Wittgenstein, pela via da pragmática da linguagem onde este 'sujeito' é dessubstancializado. A filosofia contemporânea, pela via do pragmatismo irá propor

44 O 'imperativo categórico' kantiano incrustado na subjetividade no seu lado moral-a razão pura prática-refere que todos os atos morais são modelados por princípios que devem poder ser universalizados sem que, com isso, se crie alguma contradição. A conduta individual adotada pelo sujeito moral, desde que universalizada impede a prática de ações absurdas e que poderiam levar a humanidade ao caos. Por exemplo: a mentira em Kant não é cabível, nem mesmo para salvar um ente querido, ou nem a favor da humanidade, pois se todos mentissem, como saber quem estaria dizendo a verdade? (Ghiraldelli Jr., 2003, p. 79).

45 "Cada peça que colocam na filosofia contemporânea se torna um tijolo a menos – diferenciado – no edifício da metafísica da subjetividade" (Ghiraldelli Jr., 2003, p. 93).

uma outra ótica do 'sujeito' como rede de crenças e desejos, como organismo que interage, harmoniosamente ou não.

Estamos diante de noções diferenciadas de subjetividades: a racionalista-humanista e a da pragmática da linguagem, cujos argumentos pautados na educação ou nas estratégias redescritivas são úteis à reforma psiquiátrica e ao processo de reabilitação psicossocial.

*A verdadeira interação significa colocar a si mesmo a
pergunta: como se pode ser afetado por alguém de um grupo
a se quer ter*

Michael Foucault

Dois momentos importantes para a leitura
da história da assistência psiquiátrica são paradigmáticos:

o primeiro, entre os séculos XVII e XVIII,
quando o homem alienado é reconhecido como incapaz e
é tratado como objeto de intervenção, e o segundo, no século XIX,
quando o homem alienado é reconhecido como sujeito e
é tratado como pessoa.

o primeiro, quando o homem é
reconhecido como sujeito e tratado como pessoa, e o segundo,
quando o homem é reconhecido como objeto e tratado como
pessoa.

Assim, a verdadeira interação significa: o modo de
relação que se estabelece com o sujeito mental. A promoção
do louco à categoria de ser humano com as técnicas de
intervenção, e a promoção do sujeito mental à categoria de
ser humano com as técnicas de intervenção. Estamos
frente a duas coisas: a primeira, as técnicas utilizadas hoje,
e a segunda, as técnicas utilizadas ontem. Ambas são
técnicas de intervenção, e ambas são técnicas de
intervenção.

A TAREFA EDUCATIVA OU A UTOPIA ÚTIL DA REDESCRIÇÃO NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

A verdadeira liberação significa conhecer a si mesmo e, frequentemente, só pode ser realizada por intermédio de um grupo, seja qual for.

Michel Foucault

Dois momentos importantes para a leitura filosófica da assistência psiquiátrica são paradigmáticos:

- o primeiro, entre os séculos XVII e XVIII, quando o homem alienado é reconhecido como incapaz e como louco, síntese que conferiu à ciência alienista sua condição de possibilidade;
- o segundo, atual, quando o homem é reconhecido na sua condição de existência – sofrimento, com a qual deverá lidar, e mais que isso, saber de si para cuidar-se.

Ambas têm um mesmo significado: o modo de relação que se estabelecerá com o doente mental. A promoção do louco à categoria de ser humano com as técnicas de Pinel há dois séculos, parecem as mesmas utilizadas hoje. Estamos inscritos nos mesmos dispositivos de saber - poder, dos quais nunca se escapa.

Os movimentos reformistas surgem quando a desumanização na assistência psiquiátrica atinge níveis insuportáveis causando indignação e denúncias ou em situações de mudanças políticas ou de regime: no fim do Antigo Regime na França, no período da revolução francesa, em 1789 e na ocasião da proclamação da República no Brasil; em ocasiões de lutas sociais na década de 60 na França, mais especificamente as lutas de maio de 68; ou nas lutas pela redemocratização do Brasil na década de 80. Na Itália o movimento surge de confrontos entre a administração de um governo apoiado pelo Partido Comunista Italiano, com forte impulso liberal e escassa atenção à questão social e as forças democráticas, cujos representantes haviam alcançado um certo poder institucional.

Os relatos precedentes foram suficientes para demonstrar como, ao longo dos séculos, se foi construindo a identidade do doente mental, no momento de sua inserção no manicômio, no hospício ou no hospital psiquiátrico.

O final do século XX procura libertar esta identidade, desconstruindo o manicômio, e abrindo a possibilidade de construção de novas identidades ou novas subjetividades em relação ao doente mental, a partir de perspectivas éticas aceitáveis.

Neste aspecto a pragmática da linguagem é interessante à medida que coloca para a psiquiatria e para outras ciências humanas, a questão da sua utilidade humana.

Podemos fazer a mesma pergunta que Jurandir Freire Costa faz na introdução de 'A face e o Verso', em relação à homossexualidade, bastando apenas pensar que poderíamos substituir o termo por doença mental.

O autor refaz a pergunta de Hannah Arendt, diante de fatos políticos controversos: 'o que perdemos se ganharmos?' O que perdemos se acreditarmos na realidade da homossexualidade? Acho que perdemos muito. Os profissionais das disciplinas do mental perdem o discernimento teórico que, a duras penas, Freud conseguiu, criando a noção de sujeito sexual; nós todos, leigos e especialistas, perdemos a chance de imaginar uma forma de vida mais aberta e plural, onde mais pessoas tenham a oportunidade de tentar ser mais felizes ou menos infelizes.

Abordando a teoria freudiana do sujeito, Jurandir coloca duas situações, sendo que para uma o sujeito é um eu empírico e um eu transcendental, que racionalmente diferencia o que convém ao corpo e à alma; o que dará origem às idéias sobre a relação entre um mesmo eu e uma mesma sexualidade, segundo a matriz platônico – kantiana. Neste modelo de eu, ou de sujeito, a identidade que prevalece é a do homossexual, forma pela qual, o indivíduo será visto e tratado, sem qualquer noção de pluralidade, multiplicidade ou complexidade identificatória. A mesma noção se aplica ao doente mental.

Na outra situação, Freud diz que somos um produto de decantação de nossas identificações com outros sujeitos.

A partir da leitura de Rorty, Jurandir Freire Costa retira a metafísica do sujeito, contida na idéia freudiana anterior e o insere numa rede de laços discursivos, dentro do tempo e da história; é linguagem ou efeito da linguagem e todos os seus predicados ou elementos constitutivos dependem da linguagem para afirmar suas características subjetivas (Costa, 1995a, p. 32) .

O sujeito enquanto realidade linguística existe por descrição e pode ser alterado exclusivamente por força de redescrição. Ao abordar esta idéia, Jurandir Freire Costa preocupa-se em detalhar a realidade corpórea – descrição física – e a realidade não corpórea, que dispensa a adequação da palavra ao mundo material, sendo ambas realidades linguísticas, mesmo que não materializadas no mundo físico. O estado psíquico ou mental dos sujeitos não estão para além do mundo físico e natural, mas estão nele. O sujeito não é uma ilusão, e sua realidade psíquica tem efeitos performativos capazes de, a partir de um certo movimento intencional, fazer o aparelho psíquico passar do estado x para y. A redescrição passou a funcionar.

Desta forma, tanto em Rorty quanto em Freud, o sujeito é visto como rede linguística, ou seja, uma nova imagem de sujeito.

não é um homúnculo (o sujeito); é o nome dado a inúmeros homúnculos que interagem harmoniosamente ou de modo conflitivo, conforme a convergência, divergência ou contradição entre as intenções implicadas nas teias de crenças e desejos de que somos feitos. O sujeito é um tecido de quadros lingüísticos coerentes, que são causas ou razões, conscientes ou inconscientes de nossas ações ou estados psíquicos. Resta, portanto a questão da linguagem. Que linguagem é esta que forma o sujeito? O que é linguagem? (Costa, 1995a, p. 44).

A esta pergunta Jurandir Freire Costa responde citando os pragmatistas como Wittgenstein, Rorty, Davidson e outros, preocupando-se em retirar a metafisicidade da linguagem, ou a linguagem com L maiúsculo, tal como a filosofia ou a teoria com F e T maiúsculos:

Para a pragmática, linguagem é apenas a soma dos atos de fala... É no uso que as falas sobre coisas e eventos estabilizam o sentido e tornam-se capazes de circular como mensagens significativas...Assim é que interpretamos o aparecimento do novo ou da transformação de padrões antigos na área da subjetividade e da sexualidade. Entendendo o sujeito e a sexualidade como realidades lingüísticas, podemos observar as variações históricas de suas significações, sem recorrer à idéia de algo na subjetividade ou na sexualidade que seja fixo, imutável, indelével. Com a teoria freudiana da contingência do sujeito e a teoria wittgensteiniana da contingência da linguagem, pensamos sugerir uma interpretação da questão sexual que consideramos teoricamente interessante e eticamente

relevante, mas sem a pretensão de oferecer uma imagem do sujeito ou da linguagem que seja mais fundamental, mais racional ou redutoramente analítica do que outras teorias do gênero. Nosso objetivo, de acordo com as premissas do neo-pragmatismo, é o de mostrar que as consequências teóricas e éticas da leitura que propomos evitam certos ônus conceituais e enriquecem nossa imagem enquanto sujeitos morais (Costa, 1995a, p. 47-48).

Os dispositivos que nomeiam alguém como homossexual, heterossexual ou bissexual são os mesmos que nomeiam o doente mental, e ambos estão relacionados. Aproximam-se inclusive nos tratados do século XIX, quando o que chamamos hoje de homossexualidade era tido como perversão e até 1974, na Classificação Internacional de Doenças (CID), o termo designava uma doença mental. Lembremos Esquirol, que considerava a masturbação como causa de doenças mentais (Szasz, 1978).

A proximidade entre sexualidade e doença mental aparece na literatura médica – psiquiátrica do século XIX e pode ser comparada à psicanálise freudiana.

Foucault, ao reconstituir a história da loucura, ou a história da sexualidade, insere ambos os objetos de estudo nos dispositivos de poder-saber. A obra 'História da Sexualidade' apresenta uma preocupação ética-estética constante, um ataque irônico e sutil à psicanálise de Freud e influenciará o questionamento que se faz desta, propiciando uma outra forma de ler Freud – contingência do sujeito – e

ainda, uma outra forma de ler o próprio Foucault – a preocupação ética, estética e moral de sua obra. O texto de Jurandir Freire Costa ‘O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral?’ oferece esta possibilidade como veremos.

Em ‘A face e o verso’ do mesmo autor, existe a preocupação com as teorias da verdade como meio de justificação da identidade homossexual. Portanto, subjetividade e teorias da verdade acompanham a obra de Jurandir, assim como a obra de Paulo Ghiraldelli Jr. ‘O que é filosofia da Educação – uma discussão metafilosófica’. Optamos por também utilizar esta última, pois atende às nossas expectativas em demonstrar que a prática da reforma psiquiátrica atual não pode se dar dissociada da educação, naquilo que esta tem de possibilidades em formar ou redescrever seres humanos, não para uma sociedade específica e nem em espaços de dominação ou submissão, mas a de compreender que somos seres humanos diferentes, desiguais, talvez em busca da igualdade, mas nem sempre, visto que vinculado ao fato de sermos sujeitos desejantes, e não precisamos desejar sempre o mesmo, assim como não precisamos querer ser sempre os *mesmos*.

Acreditamos que estas referências poderão contribuir para o que entendemos ser o projeto da reforma psiquiátrica num contexto pragmático.

Confrontando Foucault e entendendo a redescritção

Nas *Histórias da Sexualidade*, quando Foucault defende o Jurandir Freire Costa, no texto 'O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral?', ao tratar da obra de Foucault de um modo geral, e particularizando-a nos estudos que este faz sobre a sexualidade, percorre um caminho peculiar para demonstrar o que Foucault entende por redescritção, com seu exemplo sobre as práticas de sado-masiquismo. Nas suas últimas obras Foucault defende uma ética do sujeito, voltada para a auto-perfeição e auto-afirmação. As objeções desta estética encontram críticas nos filósofos universalistas, que alegam o descompromisso de Foucault para com valores universais e em Richard Rorty, para quem Foucault aparece como insensível aos princípios humanitários das democracias liberais e seus ganhos.

O descompromisso com valores universais pressupõe a ausência de identidades prévias, estratégia sem estrategista – um zero identitário, flutuando acima da história ou da cultura, o que seria impensável, visto que a estética de Foucault supõe uma base ética, onde há itens indesejáveis como práticas disciplinares de sujeição ou de dominação, as quais permitiram o surgimento do pensamento foucaultiano, ou melhor explicitando, seus estudos em hospitais, manicômios e

prisões, por exemplo, permitiram que ele pensasse o que pensou.

Na 'História da Sexualidade'¹, quando Foucault defende o uso dos prazeres, os críticos universalistas argumentam que "a idéia de um prazer partilhado sem dominação é tributária das idéias modernas de igualdade, reciprocidade e não violência que se desenvolveram simultaneamente ao bio-poder², posto na mira das críticas foucaultianas" (Rochlitz, 1989, apud Costa, 1995b, p 123).

A crítica universalista é essencialmente moral, e ataca Foucault naquilo que ele tenta o tempo todo se opor: valores transcendentais, idéia de autonomia, vontade interior, reflexão crítica como motor de transformação das subjetividades (Costa, 1995b).

E Jurandir Freire Costa finaliza a argumentação dos universalistas:

Uma cultura de si, sem vínculos com valores universais, pode tornar-se uma questão de preferência de um ou de poucos, mas nunca recomendação moral para todos (p. 124).

¹ constituída por três volumes: 'A vontade de saber', 'O uso dos prazeres' e 'O cuidado de si', através dos quais Foucault elabora a genealogia da ética no Ocidente. O fio condutor, em O uso dos prazeres é a problematização da estética da existência, da constituição da atividade sexual como campo moral, através da qual o indivíduo ou o homem se fixa e se transforma. Enfim, a relação de cada um consigo mesmo e com o próprio sexo faz emergir a subjetividade, o que leva a possibilidade de pensar o sujeito do desejo, de traçar sua genealogia, mas não de contar sua história. É o olhar do filósofo que pensa livremente e não do historiador, possibilitando a emergência do projeto de uma 'estética da existência' (Foucault, 1985).

² noção que aparece em 'A vontade de saber' como um novo rumo da análise genealógica empreendida por Foucault em obras anteriores. "Os dispositivos de sexualidade não são apenas de tipo disciplinar, isto é, não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo, pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame.. Eles também se realizam pela regulação das populações, por um bio-poder que age sobre a espécie humana, que considera o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência" (Machado, 1998 p. XXII).

Continuando seu estudo, Jurandir argumenta que a crítica neo-pragmática de Rorty caminha em outra direção e serve como réplica à crítica universalista, ao considerar que o compromisso com a comunidade dispensa a crença em valores universais, nas quais Rorty não acredita, tal como Foucault, entendendo-se tais valores como apriorísticos e invulneráveis à revisão histórica.

A crítica ao fundacionalismo é exemplificada através das convicções religiosas, usadas como exemplo de que estas se retraem ou se convertem e não resistem ao tempo. Diante disto, a crítica universalista perde o sentido:

tudo o que podemos fazer é aceitar a tradição ética que herdamos, procurar transformá-la ou abandoná-la por outra tradição ... falamos de crenças sempre do interior de outras crenças. Justificamos nossas crenças porque acreditamos que são superiores às outras. Superioridade que não se funda na maior ou menor racionalidade da crença aceita – todas são racionais – mas na força performativa dos meios de transmissão da cultura de cada um (Costa, 1995b, p 125).

A crítica de Rorty é de que a ética do sujeito em Foucault não atende aos requisitos da moral liberal e democrática defendida pelo neo-pragmatismo, e de que o pensador francês participa da cultura do 'ressentimento', negando ou minimizando o progresso moral alcançado pelas democracias liberais do Ocidente.

Rebatendo, mas também se utilizando da concepção de filosofia moral de Davidson, para quem as

metáforas funcionam para que os sujeitos renovem a descrição de si ou do mundo, Rorty coloca um limite à criatividade pessoal, quando a atividade metafórica exclui ou atribui menor peso à justiça pública.

As metáforas³ surgem como novos personagens que poderão contribuir para a ampliação de direitos. Ghiraldelli Jr. (2003) exemplifica como a frase “black is beautiful!” mudou o mundo, criando novos direitos em relação aos negros, jamais sonhados. Hoje, para “gay is good”, não há uma explicação ou versão literal, e portanto trata-se de uma metáfora que faz tremer os conservadores, e altera o comportamento lingüístico, e portanto, o comportamento sentimental e deliberação moral em relação ao amor e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O discurso de auto-perfeição ou auto-afirmação de Foucault, explicitados principalmente nos dois últimos volumes de ‘História da Sexualidade’ deve, para Rorty, dividir-se ou equilibrar-se tendo em vista a justiça e o bem comum.

Rorty propõe a divisão entre o público e o privado, argumentando que a democracia liberal é a forma de vida que possibilitou e fez coexistir os dois tipos de jogos de linguagem, o que é alheio à Foucault e sua estética da existência.

E Rorty pergunta:

³ “A tarefa de garantir direitos pode ser executada se o comportamento lingüístico de alguém é alterado em favor de uma semântica que coloque de lado toda e qualquer semântica perversa, perseguidora, discriminante, aterrorizadora, cruel... Uma nova metáfora, se houver mentes atentas a ela, pode gerar uma situação incompreensível, aparentemente louca, pode estar embutida em frases que parecem non sense, mas que, por fim, participarão da tão almejada alteração do mundo solicitada por Marx” (Ghiraldelli Jr., 2003, p. 181).

sem os valores ou instituições da democracia liberal, Foucault teria podido criar livremente as metáforas que exprimem suas necessidades de auto-perfeição, auto-afirmação ou auto-realização? O que Foucault diz, continua, não parece endereçar-se à nenhum 'nós'. Ele quer servir à liberdade humana, mas no interesse de sua autonomia privada, tenta ser um sem-face, sem raízes e sem-teto. Um estranho à humanidade e à história (Costa, 1995b, p. 127).

O que é bom para um é bom para todos, no entendimento de Foucault, o que para Rorty é impossível. O argumento de Rorty é a favor do ironista liberal⁴ e o equilíbrio entre necessidades privadas e públicas. A posição de Foucault é arriscada na medida em que poderia sacrificar a solidariedade em benefício da auto-perfeição.

Jurandir Freire Costa procura esclarecer esta crítica, argumentando a favor de Foucault. Sobre as relações humanas Foucault é pessimista na sua visão da dor e do sofrimento que um ser humano pode causar ao outro defendendo sua posição como um hipermilitantismo pessimista. Mas isto não faz dele um insensível. Rorty também seria um pessimista então, ao referir-se à solidariedade ou à compaixão

⁴ A tese do *Contingency* é que a ironia é apropriada à vida privada concernente com a auto-realização criativa, enquanto a solidariedade é essencial à vida pública na sociedade liberal. Um 'ironista' para Rorty, 'é quem assume a contingência de suas crenças e desejos mais centrais' e que abandonou a idéia de que essas crenças e desejos 'tem apoio em alguma coisa além do alcance do tempo e da mudança'. Assim, o ironista é aquele que duvida que seu vocabulário final, 'as palavras com as quais contamos a história de nossas vidas', está mais próxima da realidade que outras. 'Os liberais', por outro lado, 'são as pessoas que pensam que a crueldade é a pior coisa que podemos fazer'. O ideal de Rorty é o 'ironista liberal', alguém que não espera qualquer 'apoio teórico não circular para a crença de que a crueldade é horrível, mas cujos 'desejos infundáveis' incluem a esperança de que o sofrimento humano e a humilhação terminem. O ironista que anseia pela perfeição privada e auto-criação e o solidarista liberal que anseia pela justiça pública não podem ser unidos teoricamente, Rorty afirma; mas não precisamos escolher entre eles porque eles servem a diferentes, porém igualmente importantes propósitos (Van Hook, 1998, p.12-3).

como atitudes éticas instáveis e recentes, que se formaram no Ocidente a duras penas, após séculos de atrocidades cometidas contra os mais frágeis. Portanto há pessimismo em ambos, mas há também resultados morais práticos em ambos, pois não se pode ignorar o que Foucault denunciou em suas obras.

O que Rorty reprova em Foucault não é, no entendimento de Jurandir, sua insensibilidade, mas seu laconismo em relação às instituições liberais das democracias modernas.

Foucault não pensava que os enunciados morais reduzem-se à dicotomia entre o público e o privado, tal como Rorty, cuja classificação é de caráter operacional e não essencialista, pois se trata de diferenciar aspirações individuais legítimas e ilegítimas.

Ao dispensar tal divisão Foucault não estaria ignorando as instituições e os avanços das democracias liberais, mas propondo radicalmente a redescrição do sujeito e da vida relacional, o que Rorty não aceita, visto que este acredita que basta alterar o que não está bom, o que chama de 'redescrição forçada', em situações pontuais, como as de humilhação.

O objetivo de Foucault é a redescrição inédita das subjetividades. O exemplo é o destronamento do sexo-rei e sua corte de identidades sexuais. É dizer 'não ao sexo-rei'.

Explicando sobre como em nossas sociedades, durante tantos anos se ligou o sexo e a procura da verdade, Foucault refere:

Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa 'verdade' profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer 'Para saber quem és, conheças teu sexo'. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa 'verdade' de sujeito humano (Foucault, 1998e, p. 229).

Através da recusa de injunção de identidade e sexualidade, Foucault propõe uma nova ética e estética do sujeito, voltada para o uso dos prazeres, metáfora que assusta Rorty, lembrando que este propõe um limite para a atividade metafórica de auto-realização em respeito ao público. Sua meta liberal de convívio humano deixa de lado a contingência do sujeito e da linguagem em favor das identidades instituídas de raça, sexo, gênero, etc, o que Foucault procura redescrever, e não apenas liberar, posto que o que se supõe reprimido, o foi pelos dispositivos disciplinares do quadro institucional estabelecido.

Para Jurandir Freire Costa este modo foucaultiano de pensar 'pede uma rede institucional outra que

não a conhecida' e para o próprio Foucault, a exigência de um mundo relacional rico e intenso, visto que o mundo em que vivemos limita esta possibilidade pela dificuldade de geri-la.

E Foucault defende relações ricas, intensas, plurais, mesmo que eventuais ou provisórias, fora dos laços de família ou do casamento, como novas possibilidades de satisfação emocional, sem que isto implique na insensibilidade à dor e ao sofrimento do outro.

Jurandir Freire Costa elege o sado-masiquismo, figura da sexualidade onde o sofrimento é problematizado mais do que em qualquer outra, para exemplificar a redescritção radical proposta por Foucault.

o sado-masiquismo não é uma relação entre aquele (ou aquela) que sofre e aquele (ou aquela) que infringe sofrimento, mas entre um senhor e a pessoa sobre a qual se exerce sua autoridade. O que interessa aos adeptos do sado-masiquismo é o fato de que a relação é, ao mesmo tempo, submetida à regras e aberta.... A idéia de que o sado-masiquismo está ligado a uma violência profunda; que sua prática é um meio de liberar esta violência, de dar livre curso à agressão, é uma idéia estúpida. Sabemos muito bem que o que estas pessoas fazem não é agressivo; que elas inventam novas possibilidades de prazer, utilizando certas partes bizarras de seus corpos – erotizando este corpo.... Existem papéis, é claro, mas cada um sabe que estes papéis podem ser invertidos (Costa, 1995b, p. 133-34).

A redescritção do sado-masiquismo proposta por Foucault rompe com a imagem oitocentista do sofrimento e

desmonta as relações fixas de dominação e sujeição presentes no ato sexual. Os adeptos do sado-masoquismo, redescritos desta forma não seriam apenas 'um de nós', mas 'alguns dos melhores dentre nós', o que não é pouco em termos de criação de metáfora que nos leve a duvidar de nossas crenças.

E Jurandir Freire Costa vai mais longe ao indagar: porque nos horrorizamos com o sado-masoquismo e não nos horrorizamos com lutas de boxe, pancadarias em estádios de futebol ou programas de calouros em domingos televisivos etc. Qual o escândalo do sado-masoquismo? Certamente sua vinculação ao sexo.

Foucault busca esta desvinculação de forma a deixarmos de crer no sujeito sexual – aquele que Freud criou – onde estaria nossa verdade, a verdade do sexo, para podermos pensar em relações humanas ampliadas. Esta redescrição, embora intimide, é útil e serve ao exemplo pretendido. E como Jurandir avalia, é um 'referente do pronome nós' como exige Rorty, e mais rortiana que o próprio Rorty poderia pensar.

O que chamamos de confronto com Foucault, conduzido por Jurandir Freire Costa, e mesmo toda a argumentação precedente, além de proporcionar o melhor entendimento da redescrição e sua operacionalização, nos leva a duvidar da crença no sujeito transcendental ou no 'sujeito' sexual – legado de Freud – e a buscar outros modelos de

'sujeito', o que auxiliaria na redescritção do 'sujeito' da reforma psiquiátrica.

Os estudos de Richard Rorty, expostos na obra de Ghiraldelli Jr., conduzem a um modelo rortiano de sujeito a partir da reelaboração das relações eu-mundo propostas por Peirce, Quine e Davidson⁵. Não nos ateremos ao modo como Rorty faz isto. O que importa é que ele chega ao modelo materialista ou naturalista não-reducionista⁶ através da eliminação de funções existentes no modelo de relações entre o sujeito e o mundo adotado principalmente no século XIX, o modelo neo-kantiano, ao qual nos referimos anteriormente.

A este respeito Rorty diz:

A distinção entre Eu e o Mundo foi substituída pela distinção entre um ser humano individual (descritível em termos mentais e físicos) e o resto do universo. O primeiro está delimitado pelos contornos do corpo, e a tarefa de explicar as relações entre eventos que ocorrem dentro dessas fronteiras e todos os outros eventos é uma questão de postular, ou observar, entidades dentro deste contorno: causas internas do comportamento dos seres humanos. Essas causas incluem itens macroestruturais, físicos e mentais: entre eles estão hormônios, pósitrons,

⁵ A este respeito consultar as obras de Paulo Ghiraldelli Jr.: 'O que é Filosofia da educação? – Uma discussão meta-filosófica' e 'Introdução à Filosofia'.

⁶ Rorty nomeia esse modelo de 'modelo materialista não – reducionista'. Materialista, ou naturalista: o modelo mostra holisticamente única e exclusivamente relações causais. Não-reducionista: não afirma que aí está o real como ele é, e também não diz que ele próprio, enquanto modelo, é uma "ficção útil" para a ciência ou para pressupormos como funciona o mundo. Essa dualidade cai por terra. Tal modelo não olha para os humanos e imputa-lhes um núcleo interior. Apenas descreve o mundo com termos de vários vocabulários relativamente fechados, por exemplo, o vocabulário do mental ou o vocabulário do físico. A realidade, para Rorty, não é composta de "objetos físicos" no sentido tradicional, mas de um modo grosseiro eu diria que ela é composta assim: relações + linguagens que visam falar de relações (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 60)

sinapses neurais, crenças, desejos, humores, doenças e múltiplas personalidades (Ghiraldelli, 2000b, p. 60).

A teoria da verdade é tratada na obra de Ghiraldelli Jr., complementando a teoria da subjetividade, ou escapando de ambas, como refere o autor em relação ao modelo rortiano:

o holismo de Rorty implica assegurar que tudo que há são relações: relações causais e relações entre declarações lingüísticas. Dentro dessas últimas estão as justificações. Quando dizemos que uma frase é verdadeira estamos dizendo que está justificada. No modelo rortiano desaparece a diferença entre 'verdadeiro' e 'justificado' (p. 67).

Quais as consequências destas abordagens para a pragmática da linguagem e para a tarefa educativa ampla, proposta neste estudo? Ghiraldelli Jr. argumenta sob a ótica da deliberação a respeito de custos e benefícios como Rorty os vê:

Ele não vê os custos e benefícios como tendo de ser julgados única e exclusivamente pelo crivo da coerência interna de um sistema de crenças, isto é, um vocabulário, uma linguagem, uma teoria etc. Ele vê isso como um mínimo; os custos e benefícios devem ser ponderados a partir do que eles nos capacitam fazer (p. 77)

Desta forma, a teoria da verdade de Davidson, como Rorty se utiliza, é um procedimento pragmático que leva ao aumento das nossas capacidades. A teoria semântica da verdade (Davidson) é apenas uma teoria do comportamento de

seres falantes, o que o desobriga (Rorty) de adotar a função filosófica tradicional de parteira da verdade (Ghiraldelli Jr., 2000b, p. 78).

Seguindo a proposta de Ghiraldelli Jr. sobre o agir de Rorty em relação à filosofia e à educação, este último age fazendo filosofia não fundacionista, tomando-a como uma fábrica de teorias a ser utilizada no convencimento racional e não pela força, a favor do que *nós* queremos preservado ou melhorado, e contra coisas que *nós* queremos ver extintas. Nós, os liberais, os ironistas liberais.

A filosofia da educação rortiana é narrativa, sugestiva de soluções para certos problemas, situados e datados.

Paulo Ghiraldelli Jr. descreve a filosofia de modo a completar a idéia diante da qual nos debatemos até o momento: a idéia da redescrição.

A filosofia é a atividade de redescrever o mundo, as pessoas, os eventos, de acordo com novas linguagens e novos vocabulários, participando então da transformação do comportamento lingüístico das pessoas e, assim, participando da transformação do comportamento não lingüístico delas (p. 85).

A filosofia neopragmática, no entendimento do autor, visa uma utopia onde estariam os liberais ironistas. Podemos argumentar que estes 'falariam' a favor da reforma psiquiátrica enquanto tarefa educativa?

Acreditamos que responder a esta pergunta nos leva a narrar as práticas de transformação recentemente operadas no mundo manicomial e para fora dele, como práticas esperançosas de passarmos de um estado a outro, ou de libertarmos identidades, ou de criarmos as condições necessárias para a construção de novas subjetividades num mundo mais justo, onde o hospital psiquiátrico deixe de ser local de dor e sofrimento e que os caminhos ainda obscuros da reforma psiquiátrica, conduzam, de fato à sua extinção.

Talvez com isto possamos responder à pergunta proposta por Ghiraldelli Jr.: “redescrever o mundo, as pessoas e nós mesmos, mas em que direção?” (p. 86).

A tarefa educativa e a reversão da lógica manicomial

A doença mental tem permitido, ao longo do tempo, a retirada de liberdade das pessoas, encarcerando-as em hospitais.

Por 300 anos esta tem sido a prática dos alienistas e/ou dos psiquiatras, contra apenas 30 anos de experiências e de possibilidades de tratamento em serviços abertos, ou serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico.

A pessoa ao adentrar no hospital psiquiátrico, perde sua identidade. O processo inicia-se pela perda das próprias roupas e o uso do uniforme do anonimato. Os longos

períodos de permanência nas instituições vão proporcionando outras perdas, sendo visíveis a aparência física desleixada, a perda dos dentes, unhas e cabelos mal cuidados, infestados por piolhos (pediculose), pontas dos dedos escurecidas pelo uso do fumo, ombros caídos, andar robotizado, acentuado pelo uso de remédio, olhar perdido, baixo nível comunicacional.

Os códigos de proibição, explícitos ou implícitos vão alienando o indivíduo, separando-o de si, cindindo sua personalidade. É a alienação elevada ao quadrado.

Outras perdas se sucedem à internação: do vínculo familiar, de amigos, de emprego, num processo de interdição crescente e que se formaliza na interdição judicial com o rótulo da incapacidade, ratificado pelo psiquiatra e pela psiquiatria forense.

O sonho de Pinel se transforma em pesadelo. Não há humanidade no homem alienado. As práticas desumanizantes apresentam-se em escala crescente.

Em 1994, o relatório conclusivo sobre a supervisão técnica realizada pela equipe da Secretaria Estadual da Saúde no Hospital Estadual em Lins, Estado de São Paulo, apontava:

- Instalações em estado precário, falta de material para higiene pessoal, péssima higiene nas enfermarias, apresentando mau cheiro, ausência de travesseiros, camas e colchões em estado precário, ausência de lençóis na maioria dos leitos, infiltrações no teto, pisos

quebrados, pacientes nus nas camas ou no chão, a maioria descalços, outros sem calcinhas ou cuecas e apenas de uniformes tipo avental;

- Todas as unidades estavam trancadas, os pacientes abandonados nos leitos e pátios internos. O pequeno número de funcionários encontrados estavam nos postos, nas copas, observando-se total descuido para com os pacientes;

- Na área administrativa, diferentemente, encontrava-se bom estado de conservação, organização e limpeza. Em conversa com os funcionários técnicos levantaram-se muitas queixas em relação à falta de condições de trabalho, falta de pessoal, falta de material, falta de autonomia para definir e encaminhar propostas.

A equipe de supervisão encontrou-se diante de um dilema moral visto que exige dos serviços conveniados, contratados pelo SUS, um compromisso que não existe dentro de um próprio Estadual.

Diante das constatações elencadas, a equipe de supervisão 'ousa' propor "o fechamento de um hospital próprio, caso para ele não haja, com urgência, a reversão de todo o descaso ao qual o doente mental tem sido submetido ao longo dos anos" (Delossi et al, 1994, p. 40).

A equipe finaliza o relatório sugerindo 85 (oitenta e cinco) providências a serem tomadas, envolvendo aspectos técnicos-assistenciais, de adequação de recursos humanos, materiais e financeiros, e ainda uma reorganização

administrativa que impulse uma real e efetiva organização interna, objetivando uma melhor atenção aos pacientes, sobretudo para aqueles que não têm, ainda, outra alternativa terapêutica.

O ano de 1994 foi paradigmático para o hospital em questão. O relatório elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde apontava para a falência institucional não só material e financeira, mas o que é mais grave, ética e moral. Ao ser colocada a nu a instituição, ocorreu um processo de revisão de valores, de compreensão do modelo praticado – confinador e massificador – e da necessidade urgente de seu redirecionamento, rompendo com a lógica manicomial e criando alternativas que possibilitem a individualidade, o resgate da cidadania, das capacidades remanescentes dos moradores e, mais que tudo, o resgate da dignidade de todos: funcionários e internos.

O trabalho realizado no período de 1995 a 2002 foi resultado de um esforço coletivo e de gestão colegiada⁷, com ações conjuntas postas em prática e que favoreceram a todos os envolvidos no processo.

Reflexões com o corpo de recursos humanos, revisão da prática institucional e seu reordenamento, avaliação individual de moradores dando a estes a oportunidade de ser

⁷ Participação de todos os envolvidos no processo, horizontalização de organograma, evitando-se a fragmentação por setores e constituindo-se equipes multiprofissionais por núcleos assistenciais. Este modelo permite à equipe de saúde estar próxima ao usuário e facilita ao gerente do núcleo, o acompanhamento de todo o processo de trabalho. O nosso papel, embora de dirigente da instituição, foi o de coordenar e impulsionar mudanças junto com outros profissionais. Embora a tarefa de dirigente implique ações administrativas, ressaltamos que nosso papel em defesa da vida destes homens e mulheres encarcerados, em nenhum momento se subordinou aos interesses administrativos e sim, os norteou.

de fato ouvidos, proposta de Projetos Terapêuticos institucionais constantemente revistos, proposta de projeto terapêutico individual anexado ao prontuário de cada morador, foram as ações iniciais da proposta objetivando a transformação radical do manicômio.

Passo a passo, ano a ano foi-se construindo um outro modelo de relação, onde o usuário tem a perspectiva de um projeto de vida e de futuro. Foram instaladas duas residências terapêuticas no município de Lins, pois é na cidade que ocorre a possibilidade da cidadania.

Os lares abrigados, equipamentos que permitem maior individualização e melhor qualidade de vida, destinados a pequeno número de moradores, localizado no espaço geográfico do hospital, mas rompendo com as características asilares, próprias às grandes enfermarias, foram reestruturados e ampliados.

A assistência básica foi alterada para se garantir melhor qualidade aos moradores que precisam de cuidados diuturnos.

A supervisão e avaliação contínua do processo e o pacto através de negociação coletiva com os trabalhadores facilitaram a governabilidade da instituição e a busca de cumprimento de sua missão assistencial.

A inserção social, através de participação dos usuários na vida da comunidade, a divulgação e orientação à população sobre o processo saúde-doença mental e a reforma

psiquiátrica, constituíram-se numa pedagogia inovadora, de reflexão e transformação da cultura hospitalocêntrica. A comunidade passa a compreender que 'trancar não é tratar' e que 'a cidade é o lugar da reabilitação'.

A comemoração por cinco anos consecutivos da Luta Antimanicomial, envolvendo a comunidade, instituições de ensino, partidos políticos, sindicatos e outros foi uma das ações educativas mais eficazes no processo de reflexão e mudança.

Outras ações eficazes, de âmbito administrativo e organizacional também contribuíram para o rompimento da lógica manicomial, tais como: abertura e manutenção de campos de estágio em cursos de ensino médio, técnico e superior, relacionados à área da saúde; participação em eventos, com apresentação de produção científica; investimento em recursos humanos através de treinamentos, oferta de cursos, incentivo de participação em eventos, contratação de recursos humanos cujas categorias são úteis à instituição; investimento em equipamentos, mobiliário e veículos; abastecimento contínuo de material de consumo como alimentação, medicamento, material de limpeza, vestuário e outros, os quais faltavam constantemente na unidade até 1994; investimento na estrutura física, com reformas nas áreas de internação; manutenção predial efetiva e higienização de melhor qualidade; obediência às normas técnicas e esforços para melhorar índices de qualidade hospitalar; sistematização do serviço de apoio e segurança do

trabalhador; sistematização de treinamentos introdutórios e de educação continuada; e finalmente a implantação do Hospital-Dia para atendimento à população de Lins e micro-região, evitando-se as internações e marcando o redirecionamento na assistência, conforme preceituam as diretrizes para a área de Saúde Mental.

Esta experiência pôde ampliar os conhecimentos das equipes de saúde, desvendando os códigos do manicômio e possibilitando o exercício do que Dewey define como educação: “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras” (Teixeira, 1980, p.116).

A experiência de refletir e conhecer os mecanismos das instituições psiquiátricas proporciona aos indivíduos em interação, agir e reagir, modificando ou alterando o objeto, exercitando o pensamento, enriquecendo a experiência de vida.

Fatos até então improváveis ocorrem a partir do hospital psiquiátrico; fatos que falam de vida e que levam a pensar ao modo nietzscheano - a transformação de um objeto no seu outro.

A pedagogia utilizada, à margem ou à revelia da ciência psiquiátrica, vem mostrando resultados surpreendentes.

Mães, internas no hospital, há muito separadas de seus filhos pequenos, são reaproximadas destes, podendo

ainda dar-lhes colo. Uma mulher, internada pelo marido e afastada do convívio dos filhos pôde manifestar-se diante dos mesmos, explicando-lhes as razões de sua internação, e ainda num último gesto de dignidade, pedir seu divórcio.

Dois internos, um homem e uma mulher, que se conheceram numa instituição para menores abandonados, mais tarde encontram-se na instituição psiquiátrica, destino de muitas crianças institucionalizadas. O reencontro culmina num casamento e na constituição de um lar, precedido de um período de vida em comum como meio de avaliar a experiência conjugal. Surgem outros casais de namorados e novos 'casamentos', assim como separações e conflitos conjugais, situações portanto do nível do 'humano'.

Um casal de namorados internos tornam-se pais e a criança reside junto com os mesmos num lar abrigado, onde estão aprendendo a exercer os papéis de mãe e pai, provedores de afeto e atenção para seu filho. Um papel aprendido e uma experiência nova, visto que a história de vida de ambos desconhece este modo de vida familiar.

Quatro homens residem numa 'república' na cidade – equipamento denominado de Residência Terapêutica - onde dividem os afazeres do cotidiano, estudam e participam da vida comunitária, com o auxílio da equipe de saúde.

Vários pacientes adquirem benefícios de prestação continuada, que se constitui em um salário mínimo pago pelo Estado para portadores de doenças mentais,

conforme previsão da Lei Orgânica da Assistência Social. Com este dinheiro podem adquirir objetos de uso pessoal que facilitam a individualização e lhes permite ainda um valor agregado à cidadania.

Vários pacientes participam do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos na Comunidade e professores da comunidade atuam também no Hospital com outros grupos preparatórios.

Os indivíduos manifestam seus desejos, melhoram seu nível comunicacional, deixam de lado o uniforme de anonimato, andam calçados, vestidos, maquiados, com cortes de cabelo personalizados, onde antes imperava o corte uniforme para todos, e muitas vezes tinham as cabeças raspadas. Encontrar pacientes em supermercados, lojas, bancos ou praças, é uma constante e não causa surpresa.

Tudo isto faz a vida mais bela, torna as pessoas mais felizes ou menos infelizes. Este exercício de vida pode ser compreendido como o processo de reabilitação psicossocial, para cuja realização torna-se imprescindível a educação e o modo como esta pode ser entendida.

Dois conceitos, um caminho ou vários caminhos

A reabilitação psicossocial e o entendimento da educação, tal como propõe a filosofia da educação, são

conceitos a serem vividos, experimentados e aprendidos ao modo pragmático ou neopragmático.

Sobre reabilitação psicossocial, Saraceno (1999), enfoca o processo posto em prática nos hospitais psiquiátricos, como sendo o modelo mais eficiente e que melhor explicita o conceito.

A necessidade de reabilitação de pacientes hospitalizados liga-se a diversos fatores, sendo o mais difundido, a afirmação dos direitos dos pacientes institucionalizados.

A política de afirmação e de alargamento de direitos, que envolve também e principalmente as chamadas minorias, estende-se aos doentes mentais, como uma parte frágil da população, identificando-os com outros, igualmente frágeis, e que vêm sofrendo violações maciças.

Por outro lado, o exercício democrático tem propiciado que o conhecimento dos direitos do cidadão, amplie o respeito a estas populações. Este mesmo exercício torna visível a instituição fechada, como cárcere e manicômio, o que contribui para que esta população seja vista com maior tolerância e uma evidente diminuição do 'fosso' que separa a razão da desrazão, de maneira vantajosa e acolhedora para os grupos antes excluídos.

De um lado a desospitalização, enquanto prática que onera menos os cofres públicos, e de outro, o aumento dos direitos dos pacientes, são fatores que influem na necessidade

da reabilitação e têm um peso maior que os movimentos de crítica à instituição psiquiátrica (Saraceno, 1999, p. 26).

Os estudos epidemiológicos em saúde mental têm contribuído para que o prognóstico de algumas doenças como a esquizofrenia não seja desfavorável. Uma fração significativa de esquizofrênicos melhoram ou curam-se, o que reverte a idéia de cronicidade destes pacientes.

Estudos demonstram que o ambiente social favorável contribui para o prognóstico clínico otimista, e que as intervenções farmacológicas e psicoterápicas denunciam a pobreza das intervenções, tornando necessárias as estratégias de ação na área da reabilitação, e que estas se remetam ao mundo relacional e ao mundo material, como habitação e trabalho, por exemplo (Saraceno, 1999).

E o que dizer da reabilitação no espaço asilar? Do hospital psiquiátrico talvez já se saiba mais que o suficiente, assim como dos doentes que nele habita: lugar lúgubre, mal cheiroso, mal ventilado, onde o paciente não tem projeto de futuro, está oprimido inclusive pelo espaço físico apertado, onde o processo de aparvalhamento se sobrepõe àquele originário da doença, e onde a rede relacional é praticamente nula e é reconhecido o papel invalidante do manicômio.

Mas foi no contexto do hospital psiquiátrico que se deu de forma mais nítida a alternativa a este estado de coisas: o desencadeamento do processo reabilitador, conforme relatado anteriormente.

As práticas reabilitadoras têm demonstrado que no espaço manicomial é possível a reversão do 'lugar zero de troca' ou da 'expropriação máxima', como afirmara Rotelli (1998). Não é útil à reforma psiquiátrica criar outros espaços como CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) ou Hospitais-dia, se o exercício da ideologia psiquiátrica for mantido.

Não adianta esvaziar os manicômios se este projeto de desinstitucionalização não estiver acoplado a um projeto assistencial de cuidados. Não basta humanizar o manicômio numa visão filantrópica, mas transformar o sujeito condenado a perdas progressivas – afetivas, sociais, econômicas e civis – num sujeito que fala e pensa em primeira pessoa. E quem promove esta condenação, senão o manicômio e a psiquiatria? Se o manicômio é um deserto onde nada frutifica, há que se romper com esta lógica, visto que a reabilitação só se torna possível num terreno fértil, onde se possa produzir 'sentidos'.

O termo Reabilitação, no entendimento de Saraceno (1999) é quase uma subdisciplina, é heterogêneo e confuso e nasce de uma exigência para atender à demanda de 'entretenimento extramanicomial'.

Entreter faz alusão à ação prazerosa para fazer o tempo passar e também, no sentido primário, etimológico, o 'ter dentro'. O manicômio é o local onde ambos acontecem.

Portanto a reabilitação no interior do manicômio, em Saraceno, está acoplada à ideologia psiquiátrica, e à

questão da psiquiatria como ciência, que possui fissuras e não abarca o homem em sua totalidade. E é destas fissuras, das quais não se encontram explicações, que pode emergir o trabalho reabilitador.

O nosso entendimento sobre reabilitação é de que reabilitar é um processo amplo e flexível, que se refere também às desabilidades e às deficiências, que pode ser desenvolvido a partir do hospital psiquiátrico, enquanto lá estiver morando e trabalhando alguém, mas que 'acontece' na cidade, como refere Basaglia (1998): 'a cidade é o lugar da reabilitação'.

Este processo de busca de significação, de atuação nas rachaduras onde a ciência psiquiátrica não alcança, este processo de radicalizar a própria reforma psiquiátrica, de descentralizar a relação médico – paciente, de singularizar esta relação, de buscar a subjetividade cidadã, processo conflituoso com significativa participação de usuários e familiares, de inserção e reinserção na vida da cidade ou no 'lugar de vida', é luta, é batalha, é conflito de interesses, jogos de poder, é esforço coletivo para desmistificar estes ardis que corroem as entranhas e desfiguram os propósitos de maiores avanços, de mais desativação de leitos psiquiátricos e produção de outras experiências em saúde mental, criando sempre e freqüentemente novos modos de reabilitação.

Fazer avançar a reabilitação psicossocial é estabelecer conflitos com os grandes laboratórios

farmacêuticos, com a corporação da psiquiatria asilar privatista, é romper com a manutenção do prestígio 'científico' dos inimigos da reforma psiquiátrica que até redescobrem o eletrochoque⁸ neste momento de mudança, para manter as amarras do hospital psiquiátrico. É ainda entender que não é esta ou aquela teoria psiquiátrica ou psicanalítica que produzirá reabilitação, mas sim, os esforços dos operadores de saúde mental, radicalizando conflitos, já que o conflito é democrático e necessário. Conflito com corporações, com portadores do discurso científico, e com todos que, em benefício de seus próprios interesses, boicotam a reabilitação psicossocial.

No Brasil, os avanços no setor saúde têm um marco histórico: o processo de democratização do país que se inicia na década de 80, com marcos como a Constituição Federal de 1988, as primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 1989 após 21 anos de ditadura militar; a abertura das instituições, a organização dos sindicatos, a possibilidade de greve, movimentos sociais diversos e o exercício do controle social sobre o setor.

A Saúde Mental, com atraso considerável e organização insipiente acompanhará estes movimentos mais ao final dos anos 90. As várias legislações no setor são

⁸ A Resolução no. 1640 de 10 de julho de 2002 do Conselho Federal de Medicina dispõe sobre a eletroconvulsoterapia (ECT) e dá outras providências. O artigo primeiro refere que o "ECT, como método terapêutico eficaz, seguro, internacionalmente reconhecido e aceito, deve ser realizado em ambiente hospitalar". Embora sob a égide de regulamentação restritiva, o ECT é recomendado, sob a justificativa de ter indicações precisas e específicas, não se tratando, por conseguinte, de terapêutica de exceção. "Suas principais indicações são: depressão maior unipolar e bipolar; mania (em especial, episódios mistos e psicóticos); certas formas de esquizofrenia (em particular, a forma catatônica), certas formas agudas e produtivas resistentes aos neurolépticos atuais; transtorno esquizoafetivo; certas condições mentais secundárias às condições clínicas (estados confusionais e catatônicos secundários a doenças tóxicas e metabólicas); certas formas de doença de

precedidas ou sucedidas de Conferências, Encontros, Simpósios, com participação popular, gestores governamentais, usuários, familiares e profissionais.

As Conferências propiciam trocas interessantes, reivindicações de todos os envolvidos, e oferecem a possibilidade de reflexão de conceitos, estipulando referências sem as quais as mudanças não têm chance de acontecer.

A legislação referente ao tratamento dado ao doente mental estava prevista pelo Decreto Lei 24.559 de 1934, e que na prática vem sendo alterada desde a década de 80, com peso maior na de 90, e cuja legitimidade é formalizada em 2001 com a Lei 10.216/01, que redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental e oferece possibilidades concretas de extinção do manicômio.

Esta extinção não é tão fácil quanto possa soar. Há em 2001, 54.141 leitos psiquiátricos no país. Em 1996 havia 72.970 , e em 1999, 61.393 , conforme fonte DATASUS/MS – setembro de 2001, para um total de 266 CAPS/NAPS (Centros de Atenção Psicossocial e Núcleos de Atenção Psicossocial) no mesmo período (Brasil, 2001b , p.11).

De acordo com a mesma fonte, os gastos com internações hospitalares somam R\$ 449.083.451 contra R\$ 46.724.039 com recursos extra hospitalares, em milhões (p. 14).

Parkinson; pacientes que apresentam impossibilidade do uso de terapêutica psicofarmacológica" (DOU - Diário Oficial da União – no. 153).

Dos 54.141 leitos, 40 mil são ocupados por pacientes submetidos a longa permanência asilar, e qualquer reforma psiquiátrica, que se dirija à implantação de uma rede integrada de base comunitária, com ofertas de serviços extra hospitalares, deverá ter como diretriz, a reabilitação psicossocial desta população moradora em hospitais, dirigindo sua atenção de modo a coibir o abuso e o desrespeito aos direitos humanos e de cidadania dos mesmos, o que implica certamente na democratização das relações, de onde surge a questão: seria possível democratizar as relações no Hospital Psiquiátrico?

A resposta a esta questão merece um processo reflexivo sobre as implicações das regras e atitudes democráticas, e do quanto os envolvidos no processo são educados para este tipo de jogo.

Que pedagogia é esta que nos conduz? A pedagogia da ordem, por certo, nos conduziria ao caminho das prescrições, abomináveis prescrições que são constituídas pela dupla saber-poder, através das quais tantas pessoas foram condenadas a cumprir o resto de seus dias na prisão perpétua: o hospício ou hospital psiquiátrico.

Este processo reflexivo requer alguns ingredientes, entre os quais escolhemos o neo-pragmatismo, cuja filosofia, equiparada à própria educação, caminha harmonicamente com a democracia, para cuja construção tem sido inestimável.

Uma outra pedagogia poderá nos conduzir. Segundo Ghiraldelli Jr., a filosofia da educação neopragmática não privilegia qualquer fase da vida humana, e portanto educar não é um ato a ser exercido na infância, sendo este um conceito não usual em tempos pós-modernos.

Uma pedagogia inspirada no neopragmatismo tem de considerar todos os homens e mulheres, independentemente de fases, como elementos a serem trabalhados educativamente. As especificidades de 'fases psicológicas' e similares são problemas de ordem de uma pedagogia em um sentido estrito, mas não problemas de ordem da filosofia da educação que, por sua vez, deve se manter capaz de uma visão ampla, na qual todos podem e devem ser vistos como 'merecedores' de continuar a se desenvolver em termos de ampliação de conhecimentos, de transformação de valores, etc (Ghiraldelli Jr., 2000b, p.87).

A reabilitação psicossocial enquanto conceito a ser entendido, vivido e exercido no seu cotidiano, deverá acoplar a idéia de filosofia da educação tal como exposto por Ghiraldelli Jr., e ainda, não poderá prescindir do contexto democrático, sem o qual não obterá bons resultados, pois aí poderão emergir novas subjetividades, e uma multiplicidade de relações até 'agora' impensadas.

E qual a democracia que mais poderia auxiliar ou colaborar para os bons resultados almejados? Ghiraldelli Jr. nos oferece a resposta ao modo do pragmatismo:

A democracia, como forma de organização social moderna que procura articular harmoniosamente a vontade da maioria com o respeito aos direitos civis das minorias e dos indivíduos, só pode vingar porque nela os vocabulários alternativos, novos, subversivos ou sem sentido, podem vir a ser aceitos e ter a chance de se tornarem instrumentos viáveis para a garantia de direitos, ou melhor, para a ampliação de direitos que protejam os fracos da exploração e humilhação dos fortes. A redescrição do mundo e das pessoas, que os novos vocabulários permitem, levando-nos a falar, pensar e agir diferentemente, não são úteis apenas ao autocrescimento privado, mas também podem colaborar com a imaginação social-democrática (Ghiraldelli Jr., 2000a, p.4).

A democracia liberal possibilitaria a exposição de valores éticos conflituosos, contraditórios, através de estratégias conversacionais ou terapêuticas, onde não caberia a determinação de valores éticos.

Determinar valores éticos seria, no caso do doente mental, por exemplo, pensar que a instituição psiquiátrica pode ser melhorada, que o doente mental pode ser melhor tratado, pode ser reintegrado socialmente, de modo adaptativo, mas muito mais que isso seria improvável ou impossível.. Porém, quando colocamos em cena, ou 'jogamos' no rol das discussões, outras possibilidades de vida, quando propomos a extinção do hospital psiquiátrico, quando indagamos sobre o poder - saber ou desvendamos os dispositivos disciplinares, então a conversação que se

estabelece é outra e seu resultado é indeterminado, exterior a qualquer teoria do conhecimento, posto que inédito e por isso pode até mesmo ser assustador para alguns, para os que 'fogem da vida', numa linguagem nietzscheana.

E como por em andamento outras conversações? Quem as poderia colocar? Rorty dá a resposta ou pelo menos aponta um caminho a ser explorado, de acordo com seu entendimento de estratégias conversacionais, estratégias redescritivas e a idéia de ironistas liberais, que bem poderiam ser os profissionais ou os operadores da saúde, entendendo-os como educadores no processo reabilitador e imprescindíveis para a prática democrática.

Um bom exemplo através do qual podemos fazer a leitura dos conceitos de reabilitação psicossocial, educação e democracia e estratégias conversacionais ou redescritivas pode ser o relato resumido sobre a vivência de dois ex-internos moradores de residências terapêuticas em Lins, que passaram pelo aprendizado do cuidar-se, de viver na cidade, locomover-se, tomar ônibus, aprender a lidar com dinheiro e inclusive a ganhá-lo, a conviver com os desafios da vida em sociedade, carregando todo o estigma de uma vida inteira - trinta anos aproximadamente - no aprisionamento do hospício, e que, incentivados, resolvem inscrever-se no programa de reforma agrária do governo. Após um período de espera, são chamados a decidir-se pela inserção no programa e pedem orientações aos operadores do sistema de saúde mental, pois

desconhecem as conseqüências de tal decisão e como poderão financiar seu projeto. Indagam-nos a respeito. Propomos uma pesquisa sobre os projetos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ainda o conhecimento do funcionamento de um assentamento próximo, podendo conversar com os assentados que têm esta experiência. Pesquisaremos juntos e estaremos juntos na visita ao assentamento.

Esta experiência é enriquecedora para todos. Partindo de um projeto de reabilitação, de viver fora do asilo, num processo de desinstitucionalização, estamos agora falando de reforma agrária e pensando a respeito, avaliando a atual proposta governamental. Experiência indeterminada, a qual a ciência psiquiátrica não pode responder. Estas são as fissuras nas quais se insere a reabilitação, as estratégias conversacionais ou terapêuticas, a educação para a democracia... Como poderíamos imaginar, como operadores do sistema de saúde mental, que nos defrontaríamos com questões desta ordem?

A posição de Rorty parece clara: redescritção pontual, dentro de uma mesma rede institucional. Foucault, por outro lado, aponta o caminho da estética da existência e da vida como obra de arte, onde não haveria relações fixas de sujeição ou de dominação, mas pactuadas, tal como exposto na metáfora sado-masoquista. Ambos 'falam' de ética, quer do ponto de vista moral ou estético.

Ética e Estética em Saúde Mental

Pensando em ética como tudo que é bom, justo e moralmente aceitável, a partir de valores, e em estética como o que é belo para cada um, podemos admitir que a ética seja minimamente conceituada como algo justo e bom para todos, para uma coletividade ou para uma comunidade, e que a estética seja algo bom para um indivíduo ou um grupo, trazendo consigo situações ou preferências conflitantes com outros indivíduos ou grupos.

O pensamento de Rorty, tal como o enfocamos, assim como de outros pragmatistas, diz mais respeito à ética, e o pensamento de Foucault diz mais respeito à estética. Ambos são constituintes de subjetividades.

A ética para a psiquiatria e a saúde mental tal como a tratamos, diz mais de perto à assistência ao doente e a estética ou estilística diz mais de perto à liberdade do indivíduo, que apesar de doente, e com sua doença colocada entre parênteses, pode encontrar mecanismos de liberação, tal como conceitualmente Foucault a entende, muito embora seu pensamento polêmico talvez não nos autorize a esta comparação.

Jurandir Freire Costa e Ana Maria Fernandes Pitta, em artigos sobre Ética e Saúde Mental, nos oferecem a caixa de ferramentas para o que necessitamos

pragmaticamente sobre modelos ou aspectos da ética. Podemos escolher o uso que de cada uma quisermos fazer, e aí está sua utilidade. Podemos escolher entre o certo e o errado, e aí está o solo ético, que poderia permear a constituição das subjetividades.

Costa (2001) elege três tipos de ética como sendo as mais freqüentes na prática psiquiátrica: a ética da tutela, a ética da interlocução e a ética da ação social e dentre os três tipos, trata-se de escolher qual a melhor, conforme a circunstância apresentada, visto que todos apresentam alguns problemas decorrentes não do ângulo da formação profissional ou do interior das instituições psiquiátricas, mas do ponto de vista da articulação com a cultura.

A ética da tutela supõe que o indivíduo esteja privado de razão e de vontade, por apresentar um distúrbio; seus atos são lesivos e ele é incapaz pelo que faz, o que provoca conseqüências jurídico-legais. Desta ética derivam os conceitos mais freqüentes de doença mental e de condutas desviantes, maximizando a objetificação do sujeito e justificando atos em nome da ciência : biológica, farmacológica, jurídica. O modelo custodial de assistência se institui sob essa ética, que passa a exigir um especialista ou especialistas que possam dar conta das incompetências ou das incapacidades dos doentes, visto que estes estão impedidos pela doença, de compreendê-la e de com ela lidar.

A ética da interlocução supõe contrato e flexibilidade. O sujeito está às voltas com condutas intencionais conflitivas ou contraditórias, possuidor de uma outra vontade e uma outra razão e que mediante tratamento, e na sua relação com o agente de tratamento – o especialista – poderá, passo a passo, modificar-se e buscar o que é melhor para si, numa atitude de criação e recriação permanentes, porém com velocidade e intensidade diversas. As técnicas psicanalíticas, psicoterápicas e de auto-ajuda estariam mais afetas a esta ética, que se baseia numa moral privada.

A ética da ação social baseia-se numa ética pública, voltada para práticas antipsiquiátricas ou da psiquiatria democrática, quando o suposto assistido é um cidadão, ao lado do agente, do terapeuta, seja qual for sua formação profissional. Cidadão privado de direito, submetido a condição humilhante por se constituir entre aqueles chamados ‘minorias’ como negros, homossexuais, dependentes químicos, aidéticos e outros grupos marginalizados. Esta ética tomaria o sujeito como um par, um próximo, e procuraria construir espaços de interação. Trata-se de uma ética política. Quaisquer que sejam as éticas, Jurandir Freire Costa propõe que sua utilidade seja a da felicidade.

As duas últimas, quer a ética da moral privada, quer a ética da moral pública, podem ser equiparadas às idéias de Rorty sobre solidariedade pública e socialização e os selves

privados⁹, ironistas, cuja formação estima a autonomia e a originalidade. Ambas contemplam uma educação desencantada, com ênfase em preocupações sociais e políticas.

Pitta (2001), diferentemente de Costa, não elege modelos, mas aspectos especiais na ética, aos quais denomina de ética da escuta e ética da responsabilidade, ambas aplicadas à assistência e ao ato de internar.

Pitta propõe a ética da escuta como o “poder abrir-se para entender e verdadeiramente escutar códigos nem sempre claros ou precisos de pessoas cujo apelo ao ‘escuta-me’ deveria de imediato determinar um ato psicológico da vontade de não se fazer indiferente” (Pitta, 2001, p.104).

E porque a escuta? Por entender que a rigor não se escutam os doentes mentais, nem individual, nem coletivamente. Seus familiares não o entendem, antes se desentendem, e os próprios doentes não conseguem formar corporações competentes para defender seus interesses. A sua própria doença conspira contra si e alguém deve zelar por seus direitos, seu tratamento, a proteção de seu patrimônio, o que remete à ética da responsabilidade, que deve ser assumida por aqueles que cuidam ou deveriam cuidar de pessoas. Pitta conclama a psiquiatria a desalienar sua prática, colocando-a a favor da sua dignidade pessoal e da dignidade dos cidadãos que necessitam de seus cuidados.

⁹ A este respeito, ver Arcilla, R.V. “Os selves privados devem ser ironistas? Uma resposta a Van Hook”, *Filosofia Sociedade e Educação*, v. 2, 1998, p 25 – 30

Os aspectos levantados por Pitta alinham-se mais à ética pública e à formação e atitude dos profissionais frente ao sofrimento do outro. Embora não seja possível, nem viável ou tolerável, medicalizar todo o sofrimento, o maior sofrimento da doença é a solidão de não se poder ou se fazer ouvir. Cuidar é ouvir e a recusa em fazê-lo, por parte de quem quer que seja, caracteriza-se em exclusão, proscricção ou excomunhão do paciente.

Nas entrelinhas destas considerações está o fato de alguns profissionais não terem a disponibilidade interna necessária para solidarizar-se com a dor do outro, ou não são educados para tal, no sentido ampliado de educação. Quaisquer das éticas aqui citadas são um chamado nesta direção e reveladoras de que traçar regras de conduta ou códigos de proibição, remetem necessariamente à restrição da liberdade, sobretudo a liberdade daqueles cujas ações e pensamentos escapam ao entendimento. Temos a infeliz tendência de aprisionar o que não conseguimos conhecer, o que foge a qualquer teoria do conhecimento, o que a epistème não alcança. A este vazio, a este 'desconhecido', procuramos estipular prescrições, num ato de 'preenchimento estratégico' como diria Foucault. Uma ética, ou modelos éticos defensáveis estariam mais à altura de nossa humanidade. Ações éticas poderão um dia ser contadas como o momento em que nos desfizemos de um passado de dor e sofrimento a que foram condenados muitos seres humanos no aprisionamento do

hospital psiquiátrico e sentir-nos-emos dignos por termos lhes tirado as amarras. Este é o nosso sonho. Esta é a nossa utopia útil. Esta é a história que, entre enfrentamentos, confrontos e dificuldades poderemos deixar como exemplo e como marco de um caminho, cujo percurso é por vezes solitário, espinhoso, mas que vale a pena, porque fala de liberdade.

Libertando identidades, constituindo novas subjetividades, inventando e reinventando, criando e recriando, desvendando os dispositivos disciplinares, desenvolvendo ações que supram deficiências ou incapacidades e ampliem chances de vida, entendendo os jogos de poder e sua força performativa, poderemos redescrever os doentes mentais e a nós mesmos em novos e impensados jogos de linguagem, que nos forma e conforma, numa outra estilística da existência, dentro do tempo e da história, como seres contingentes, simplesmente humanos, 'demasiadamente humanos', onde o homem se preserva humano e não se bestializa como animal.

Esta maneira de pensar, incluindo a loucura em um sentido ampliado, positivo, como experiência de libertação, supõe uma nova interpretação de nós mesmos, de como nos pensamos, das práticas implicadas e suas relações, porém deve considerar o sujeito que as funda como objeto do próprio conhecimento. Este é um cuidado que se deve tomar...

Quando o homem se coloca como objeto de seu próprio conhecimento ele se coisifica sob a ideologia do humanismo, em nome do qual muitos serão trancafiados em

manicômios pelo crime de não conseguirem cumprir determinados contratos ou fazer o jogo social.

O sujeito do cartesianismo, que acessa a verdade com o uso da razão, ou o sujeito do humanismo, o homem de coração sincero, irá internar o desarrazoado, o impuro, o perverso, num gesto de pura humanidade. A internação durará uma vida inteira ou várias vidas inteiras serão consumidas no interior do manicômio. Tudo isto se dará por um tratamento moral e dócil, ao modo pineliano. Esta mesma moral é a que funda o sujeito universal, ético e é filha da liberdade intrínseca do ser humano e de seu livre-arbítrio.

Pura ironia. Em nome da moral de uma humanidade, de um formato de homem inventado na modernidade, a loucura é cercada nos limites da doença mental, e o sujeito alienado de seu livre-arbítrio deverá ser resgatado, através de um instrumento de desalienação – o hospital psiquiátrico e o internamento – com técnicas precisas de tratamento, o tratamento moral, em nome de uma ética – a da liberdade¹⁰ – e que mais tarde revelar-se-á altamente desumanizante e próxima à barbárie.

Portanto há que se ter o máximo cuidado com este vocabulário e a sua autoridade semântica, para inseri-lo em outros jogos de linguagem, de modo a evitar que sonhos se transformem em pesadelos.

¹⁰ Os séculos precedentes entendiam que a liberdade do doente mental, a grosso modo, estava circunscrita ao ambiente terapêutico do hospício e às colônias de reabilitação, contexto em que se dá a primeira reforma psiquiátrica no Brasil, após a proclamação da República, quando ocorre a expansão do espaço asilar (Amarante, 1998a).

Foucault é um pensador que nos ajuda a entender como nos constituirmos em homens livres, mesmo do interior de objetos de estudos enclausurados, como presídios e hospícios, considerando a sua proposta e o seu entendimento de estilística da existência.

O que Foucault procura demonstrar nas suas obras sobre a História da Sexualidade ao percorrer as prescrições, as regras de conduta em relação à atividade sexual na cultura grega clássica, do século IV A.C. até o século II da era cristã, é o processo de formação ou de criação do sujeito e não oferecer instrumentos para o conhecimento ou auto-conhecimento.

Ao problematizar o desejo, o sujeito do desejo e a atividade sexual, Foucault faz a genealogia da ética ocidental, demonstrando de que maneira, porque e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral.

Nas suas pesquisas sobre a atividade sexual na antiguidade, o pensador localiza certas prescrições às quais denomina 'técnicas de si', ou seja, certas práticas que estariam próximas à 'arte da existência', processo pelo qual o sujeito se constrói e se reconstrói, o que chama de 'estética da existência'.

O cristianismo, logo nos primeiros séculos da era cristã fará com que estas artes da existência percam sua importância e autonomia, constituindo-se sob a ética das confissões da carne, do pecado, das interdições, e mais tarde,

sendo integradas a práticas educativas, médicas, psicológicas. Tanto é que o termo sexualidade só será utilizado bem mais tarde, no século XIX, quando a atividade sexual já está inserida como objeto de conhecimento e circunscrita ao campo moral (Foucault, 1998a).

O mesmo ocorreu com outros objetos problematizados por Foucault, como a loucura, a doença ou o crime, cujas práticas médicas, discursivas, punitivas, foram se constituindo em campos de saber, e portanto, objetos de conhecimento.

E porque a estética da existência não seria uma recomendação moral para todos, uma opção mais geral de libertação extensiva ao campo social? Talvez pelo seu aristocratismos seletivo? Ou por tratar-se de uma outra ética que não a nossa, não uma prescrição para nossas próprias condutas na atualidade, mas problematização que serve ao propósito de construção de formas para interagir com o presente, uma atitude voluntária, escolhida, exercício do pensamento, comunhão entre vida e pensamento, modos de vida inspirando maneiras de viver...

É na crítica do sujeito transcendental, que uma nova relação de si para consigo pode se constituir.

A liberdade do sujeito transcendental ou transcendente como garantia ontológica do cogito, do mundo e do saber inventa a ciência do tratamento moral para os homens

de má vontade¹¹, descobre nas ciências biológicas, obscuros defeitos no organismo, pondo em prática a lobotomia, a eletroconvulsoterapia (ECT), a psicofarmacologia, ou nas ciências humanas, a estrutura do inconsciente, e tem na loucura uma constituição imprópria à contratualidade, pois esta é possível apenas aos homens de boa vontade. Esta liberdade que funda o sujeito na modernidade não permite a emergência de uma estética da existência, no entendimento de Foucault.

Partindo da noção de poder produtivo, descentrado, que não está localizado num ponto, mas esparramado, Foucault descobre que a liberdade política é possível numa espécie de ética diferencial, híbrida, misturada com estética e política, mas distante da moral, centrada numa espécie de sujeito, que emergiria como produto, como construção ou resultado de uma dissolução das relações de poder (Alarcon, 2000, p.36).

O sujeito seria livre por estar sujeitado, em sua constituição, a suas próprias forças, livre pela possibilidade de identificar e mudar aqueles procedimentos ou formas através das quais as nossas histórias tornam-se verdadeiras; porque podemos questionar e modificar aqueles sistemas que tornam possíveis – somente – certas espécies de ação, e porque não existe nenhuma relação autêntica com o nosso próprio eu a que tenhamos de nos ajustar (Alarcon, 2000, p. 36).

¹¹ "Na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant coloca que todo sujeito racional deve aceitar como legítimo que é a boa vontade a única a valer absolutamente como causa primeira da ação moral" (Alarcon, 2000, p. 28).

Nesta ótica, a busca pela verdade, a fidelidade a uma certa moral, o assujeitamento a certos valores universais, a busca por uma sanidade mental já não importa, talvez porque a loucura seja exatamente esta luta, na qual o sofrimento é o próprio exercício da liberdade, uma luta contra a consciência de si, uma possibilidade de escapar das linhas de poder, na direção de uma singularização.

A estética da existência, a nosso ver, supõe inclusive e principalmente a liberdade de ser louco, de ter certos comportamentos chamados bizarros. E um dia, quem sabe, estas crenças nas chamadas doenças mentais não passem de produtos obsoletos da imaginação, um equívoco do tempo, tal como um dia se acreditou na existência das bruxas e na caça a estas promovida pela Inquisição, e que já não mais faz parte de nosso vocabulário.

Talvez um dos poucos limites para esta loucura, cujas pegadas já não mais se deixarão ver, será o respeito pela integridade física do louco e de seu semelhante... E isto pode ser enlouquecedor, mas não desarrazoado e sim... desatinado.

CONCLUSÃO

O percurso final deste empreendimento tem seu ponto culminante na esperança de que todas as injustiças, as violações aos direitos humanos e aos inalienáveis direitos de cidadania do doente mental possam ter um fim, vindo a ser um passado tão distante, do qual quase não nos recordaremos, a não ser como nos antigos filmes, quando tomamos contato com histórias brutais e duvidamos de sua realidade, acreditando tratar-se apenas de ficção.

Hoje vivemos um momento rico de debates, conflitos e divergências em defesa da reforma psiquiátrica, cujo processo chama a atenção pelo incisivo e incansável enfrentamento dos atores contra a exclusão promovida na maioria dos hospitais brasileiros, onde moram, há longo tempo, 40 mil pessoas.

O esforço empreendido por todos os envolvidos: profissionais, usuários, familiares, parlamentares, artistas, escritores, pensadores, pesquisadores e outros na defesa da vida e contra a reclusão vem alcançando resultados satisfatórios, mesmo que a longo prazo. Algumas instituições têm modificado suas práticas, seguindo as diretrizes para o setor, tornando suas ações mais eficazes, eticamente defensáveis, cuidando e não excluindo.

A reabilitação psicossocial e a educação para a vivência democrática e participativa têm sido instrumentos valiosos na reorientação do modelo de atenção, cujas intervenções requerem compartilhamento de recursos, dado à pluralidade de necessidades, visto que a terrível centralidade do Hospital Psiquiátrico, único equipamento historicamente presente na atenção por mais de dois séculos, ocasionou perdas irreparáveis, mortes reais e imaginárias e uma clara injustiça para com os portadores de sofrimento mental, com todas as suas variantes.

A reforma psiquiátrica brasileira, com uma história rica e participantes laboriosos, virtuosos, é um processo em construção e aspectos de ordem afetiva, material, política e clínica deverão ser considerados, como mais alguns tijolos deste edifício, cujo formato é e deve ser indeterminado, caracterizado pela multiplicidade, onde prevaleça a atualização permanente de sua arquitetura em função das necessidades.

Ainda a propósito deste processo de construção, o edifício da razão e o foco na dupla razão/desrazão deve ser substituído radicalmente pelo foco na pessoa, na família e nas múltiplas relações, garantindo que os equipamentos extra-hospitalares possam utilizar os dispositivos disciplinares a favor da idéia de liberação e formação de novas subjetividades não assujeitadas aos jogos de poder ou a dupla poder – saber, mas a outros jogos de linguagem, inéditos em seus vocabulários.

E estes novos vocabulários deverão alcançar a população moradora dos hospitais psiquiátricos, onde se preservará a ética do cuidado e da responsabilidade, aliada à estética da existência, de acordo com as necessidades de cada interno, de forma a transformar o 'ter dentro' em outros significados, garantindo a atenção integral àqueles que perderam muito de sua vitalidade e a cidadania possível ou a cidadania total para os que permaneceram vivos.

Do interior do hospital psiquiátrico tradicional, através dos instrumentos propostos, há que surgir um movimento contrário à expropriação, como o relatado, porém, e no limite, destinado aos seus atuais moradores, condenando novas internações definitivas, colocando-as em situação de excomunhão e ilegalidade, valendo-se de ações políticas e jurídicas, não permitindo que os interstícios da lei 10.216/01 sejam utilizados na criação ou manutenção de espaços que difiram no nome, mas mantenham os mesmos mecanismos e códigos do manicômio.

Um exemplo de redescritção 'forçada', pontual, no modelo rortiano, é bem vindo para expor como a reabilitação psicossocial pode alterar a relação, a partir do hospital psiquiátrico e se encaixa nesta etapa conclusiva, ou a instrumentaliza, ou é uma ferramenta escolhida para o uso, quando outros discursos podem se tornar repetitivos e cansativos.

INOPERANTE. Durante uma visita à residência terapêutica em Lins, o Sr. W., morador do local, de posse de um dicionário, dispara uma pergunta na minha direção: 'a senhora sabe o que significa inoperante?' Respondo que acredito ser alguma coisa que não funciona. Ele lê o que está escrito no dicionário como algo equivalente. Manifesta sua insatisfação com a psicóloga que faz as visitas à residência. Comprara o dicionário naquele dia para verificar o significado da palavra. Está à sua espera para confrontá-la: 'deixa a psicóloga vir aqui e vou dizer a ela que não concordo com o que ela me disse', recusando o rótulo, pois cuida de suas coisas e de si mesmo. Só não vai à escola como os outros, argumenta, porque já sabe ler.

PERQUANTO. Acreditamos que este episódio, como outros, retrata a dimensão do processo de reabilitação, da valorização de si, da auto-estima, do valor agregado, da possibilidade de questionamento, da discordância do outro e mais que isto, de confronto com o poder técnico. Coloca a doença entre parênteses, conferindo ao indivíduo, num espaço social diverso do hospital, a possibilidade de ser sujeito – cidadão – doente, onde não se nega a doença, mas lida-se positivamente com ela.

O que diria Foucault desta prática? Certamente não se trata de uma redescritção inédita, que pediria outra rede institucional que não esta.

UMA, OS E Mas examinando mais detalhadamente a questão, tomando como exemplo o que foi dito sobre o sado-

masoquismo, foi necessário um referente para explicar o pensamento foucaultiano, ou seja, a figura sexual sado-masoquista, através da qual se estabeleceria um inédito modo de relação e uma nova estética da existência, acarretando valores éticos impensados.

Também na relação entre instituição, corpo de técnicos ou operadores do sistema de saúde mental e doente mental, usamos de referentes para podermos viver novos papéis, estabelecer novas relações, sermos até inéditos, mas também efetuarmos redescições pontuais, ou colaborarmos para que redescições pontuais sejam feitas, sem que se precise supor que isto seja possível apenas fora do hospital psiquiátrico, mas também a partir do hospital, o que denominamos desinstitucionalização responsável.

Faz-nos muito bem pensar que a extinção do manicômio ou do hospital psiquiátrico não perpetuará algumas formas de relação existentes e de difícil ou quase impossível redescição em sua totalidade. Nem todos os moradores destas instituições poderão ser beneficiados pela estratégia da reabilitação. Até que todos nos eduquemos para esta prática, muitos já terão sucumbido.

Porém, o que importa é sabermos que a solidariedade, a sensibilidade e o respeito para com estes grupos poderão resultar em uma vida mais feliz para todos. E ainda, os esforços empreendidos em vão, com insucesso, servirão para mostrar que realmente a instituição psiquiátrica

deve caminhar para o seu fim. Não bastará, em algumas situações, romper com a lógica manicomial, mas com todo e qualquer manicômio.

ENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, S. *As Homens de Boa Verdade: estudos sobre sujeição e angustia*. In: AMARANTE, P. (org). *Enxada, Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 25-40.

AMARANTE, P. *Loucura, Cultura e Subjetividade. Conceitos e estratégias, pendências e aiores na reforma psiquiátrica*. In: FLEURY, S. (org). *Saúde e Democracia. A luta do CEBES*. 1. ed. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 163-85.

_____. *Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil*. In: _____. (org). *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998a. p. 73-84.

AMARANTE, P. GIOVANELLA, L. *O enfoque estratégico do planejamento em saúde e saúde mental*. In: AMARANTE, P. *Psiquiatria Social e Reforma psiquiátrica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995b. p. 113-48.

ARCILLA, R. V. *Os selvas privados devem ser honistas? Uma resposta a Van Hook*. *Alencara, Sociedade e Educação*, v. 2, p. 25-50, 1999.

ARYAUD, A. *Carta aos Médicos Chefes dos Manicômios*. In: BELGADO, J. (org). *A loucura na sala de jantar*. 1. ed. São Paulo: Rosanna, 1991. p. 97-93.

BARNES, M. BERKE, J. *Viagem através da loucura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 432 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCON, S. *Aos Homens de Boa Vontade: estudos sobre sujeição e singularidade*. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 25-40.
- AMARANTE, P. *Loucura, Cultura e Subjetividade. Conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira*. In: FLEURY, S. (org.). *Saúde e Democracia: A luta do CEBES*. 1. ed. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 163-85.
- _____. *Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil*. In: _____. (org.). *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998a, p. 73-84.
- AMARANTE, P. GIOVANELLA, L. *O enfoque estratégico do planejamento em saúde e saúde mental*. In: AMARANTE, P. *Psiquiatria Social e Reforma psiquiátrica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998b, p. 113-48.
- ARCILLA, R. V. *Os selves privados devem ser ironistas? Uma resposta a Van Hook*. *Filosofia, Sociedade e Educação*, v. 2, p. 25-30, 1998.
- ARTAUD, A. *Carta aos Médicos Chefes dos Manicômios*. In: DELGADO, J. (org.) *A loucura na sala de jantar*. 1. ed. São Paulo: Resenha, 1991. p. 97-98.
- BARNES, M. BERKE, J. *Viagem através da loucura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 432 p.

BASAGLIA, F. *A Psiquiatria Alternativa* contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil. 1 ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979. 158 p.

_____ et al. *Vocação Terapêutica e Luta de Classes*. Para uma análise crítica do modelo italiano. In: DELGADO, J. *A Loucura na Sala de Jantar*. 1 ed. São Paulo: Resenha, 1991. p. 27-51.

_____ et al. *Considerações sobre uma experiência comunitária*. In: AMARANTE, P. *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica* (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 11-40.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997. p. 94, 119, 146, 159, 164, 196, 303, 331, 345-46, 410-11.

BIRMAN, J., COSTA, J. F. *Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária*. In: AMARANTE, P. (org.), *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica* (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 41-72.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria GM 106/00, Brasília, 2000.

BRASIL, Diário Oficial da União. Lei 10.216/01 de 06 de abril de 2001. Brasília, 2001a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Caderno de Textos de Apoio* da III Conferência Nacional de Saúde Mental, Brasília, 2001b.

CASTEL, R. *A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 329.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999. p. 117-18, 356.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Resolução n.º 1640 de 10 de julho de 2002, Diário Oficial da União, n.º 153, seção 1, sexta-feira, 9 de agosto de 2002.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, *Trancar não é Tratar*. São Paulo, 1997.

COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. 187 p.

_____. *Pragmática e Processo Analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson, Rorty*. In: _____. (org.). *Redescrições da Psicanálise, Ensaaios Pragmáticos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 9-60.

_____. *A Face e o Verso. Estudos sobre o homoerotismo II*. 1 ed. São Paulo: Ed. Escuta, 1995a. 303 p.

_____. *O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral? Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 7, p. 121-38, 1995b.

_____. *Faca no Coração*. In: *A Ética e o Espelho da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995c. p. 59-61.

_____. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a, 282 p.

_____. *Desumano puramente desumano*. In: *Razões Públicas, Emoções privadas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999b, p. 79-81.

_____. *As éticas da psiquiatria*. In: FIGUEIREDO, A. C., SILVA FILHO, J. F. (org.), *Ética e Saúde Mental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 27-36.

DELGADO, J. *Entrevista com Franco Rotelli*. Coordenador dos Serviços de Saúde Mental de Trieste. In: ____ (org.). *A loucura na sala de jantar*, 1. ed. São Paulo: Resenha, 1991. p. 81-95.

DELOSSI, M. E. et al. Relatório de Supervisão ao Hospital Clemente Ferreira de Lins, mimeografado, Secretaria de Estado da Saúde, 1994, 49 p.

ERIBRON, D. *Michel Foucault*, uma biografia, 1. ed. São Paulo: Editora Schawarcz Ltda, 1990, 351 p.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*, O cuidado de si, 5ª reimpressão, v. 3, Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246 p.

_____. *História da Sexualidade*, A Vontade de saber, v. 1, 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997a, 152 p.

_____. *A arqueologia do saber*, Introdução, 5. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b, p. 3-20.

_____. *História da Sexualidade*, O Uso dos Prazeres, v. 2, 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998a, 232 p.

_____. *Verdade e Poder*. In: _____. *Microfísica do Poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998b, p. 1-14.

_____. *Nietzsche, a Genealogia e a História*, In: _____. *Microfísica do Poder*, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998c, p. 15-37.

_____. *A Casa dos Loucos*. In: _____. *Microfísica do Poder*, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998d, p. 113-28.

_____. *Não ao Sexo Rei*. In: _____. *Microfísica do Poder*, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998e, p. 229-42.

_____. *Sobre a história da Sexualidade*. In: _____. *Microfísica do Poder*, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998f, p. 243-76.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 551p

GHIRALDELLI, Jr. P. Para ler Richard Rorty e Sua filosofia da Educação. *Filosofia, Sociedade e Educação*, v.1, p. 9 –30, 1997.

_____. Rorty Nietzsche e a Democracia. Dossiê Nietzsche. www.filosofia.pro.br, 19/09/2000 a p. 4.

_____. *O que é Filosofia da Educação*. Uma discussão metafilosófica. In: _____. (org.). *O que é filosofia de Educação?* 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2000b p. 7 – 87.

_____. *Introdução à Filosofia*, 1.º ed., Barueri: Editora Manole Ltda, 2003, 186 p.

GIACOLA Jr, O. O Platão de Nietzsche. O Nietzsche de Platão, *Cadernos Nietzsche*. v. 3, p. 23 – 36, 1997.

_____. Nietzsche. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, 92 p.

GROS, F. Foucault e a questão do quem somos nós. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 7, p. 175 – 78, 1995.

LEBRUN, G. *O microscópio de Michel Foucault* In: _____. *Passeios ao Léu*. Ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1983. 77 – 93.

MACHADO, R. et al. *Aos Loucos o Hospício* In: _____. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1978. p. 427 – 492.

MACHADO, R. *Introdução: Por uma Genealogia do Poder* In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. VII – XXIII.

MACHADO DE ASSIS, J.M. *O Alienista*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1973. 61 p.

NIETZSCHE, F. Para além do bem e mal. Prelúdio de uma Filosofia do Porvir. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Vitor Civita, p. 278 – 301, 1974.

_____. Para a Genealogia da Moral. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Vitor Civita, p. 301 – 332, 1974.

OTONI, P, Três obras do filósofo francês Jacques Derrida discutem os limites da tradução. *Caderno Mais*, Folha de São Paulo, 22 de julho de 2001, p. 22.

PEIXOTO, G. *No meio do caminho, tinha uma pedra*. In: PITTA, A.M.F. (org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 75 – 79.

PITTA, A.M.F. *O que é Reabilitação Psicossocial no Brasil, hoje?* In: ____ (org.) *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-26.

_____. *Ética e Assistência em Psiquiatria*. In: FIGUEIREDO, A.C., SILVA FILHO, J.F. (org.). *Ética e Saúde Mental* 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 103-110.

RAGO, M. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.7, p.67-82, 1995.

ROTELLI, F. *Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste*. In: AMARANTE, P. *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica* (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 149-170.

SALINAS, FORTES, L.R. *O iluminismo e os reis filósofos* 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. 89 p.

SARACENO, B. *Reabilitação Psicossocial: Uma estratégia para a Passagem do milênio*. In: PITTA, A.M.F. *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-18.

_____. *Libertando Identidades Da Reabilitação Psicossocial à cidadania possível*. 1. ed. Belo Horizonte: TECORÁ editora, 1999, 176 p.

SZASZ, T.S. *A fabricação da loucura*. Um estudo comparativo entre a Inquisição e o Movimento da Saúde Mental. 1. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978. 408 p.

TEIXEIRA, A. A Pedagogia de Dewey. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 113-35.

VAN HOOK, J.M. Cavernas, Cânones, e o Professor Ironista na Filosofia da Educação de Richard Rorty. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. *Filosofia, Sociedade e Educação*, v.2, p.7 – 18, 1998.

ANEXO

LEI n.º 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3o É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2o e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2o.

Art. 5o O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6o A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Art. 7º A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.

Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

Brasília, 8 de abril de 2001, 125º da Independência e 133º da

Rep. Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

Roberto Brant

Art. 10. Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.

Art. 11. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

Art. 12. O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Jose Gregori

José Serra

Roberto Brant

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.4.2001



CESAR, D.G.L.R.C. Filosofia e Reforma Psiquiátrica: a tarefa da educação no contexto da reabilitação psicossocial. Marília, 2003, ____p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

RESUMO

O presente estudo trata da reforma psiquiátrica, sob a ótica filosófica, enfocando o pensamento de Michel Foucault e a pragmática da linguagem, utilizando-se principalmente do brasileiro Jurandir Freire Costa e o modo peculiar como este faz a leitura pragmatista do pensamento foucaultiano.

A reabilitação psicossocial e a educação neo-pragmática, tendo como referências autores como Benedetto Saraceno, Paulo Ghiraldelli Jr. e outros, complementam este estudo, de forma a demonstrar que há possibilidades, através de estratégias redescritivas ou da estilística da existência, para o surgimento de uma outra ética no tratamento do que chamamos loucura em nossa civilização.

CESAR, D.G.L.R.C. Psychiatric Philosophy and Reformation: the education duty task in psicossocial rehabilitation context. Marília, 2003, ____p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

ABSTRACT

Present study deals with the psychiatric reform, under the philosophical optics, focusing the thought of Michel Foucault and the pragmatic of the language, using mainly of the Brazilian Jurandir Freire Costa and the peculiar way as this makes the pragmatics reading of Foucaultian thoughts.

The psicossocial rehabilitation and the pragmatic neo education having as references authors as Benedetto Saraceno, Paulo Ghiraldelli Jr and others complement this study of form to demonstrate that it has possibilities through redemptive strategies or of the stylistics of the existence, for sprouting of new ethics in the treatment that we call madness (insane) in our civilization.

reprodução não autorizada

Marília, 2003

DEISERÉ GONÇALVES

DA RODRIGUES DE CARVALHO OLIVEIRA

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Marília, 2003

DEISERÊ GARGIONE LACERDA RODRIGUES DE CERQUEIRA CESAR



